

Universidade de Brasília – UnB



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Programa de Pós-Graduação FAU - UnB



A RELEVÂNCIA DAS TRADIÇÕES REGIONAIS NAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

Brasília
2011

Dissertação de Mestrado

**A RELEVÂNCIA DAS TRADIÇÕES REGIONAIS NAS POLÍTICAS
HABITACIONAIS BRASILEIRAS**

Aluna: FERNANDA LOPES RODRIGUES MARTINEZ

Matrícula:090001656

Linha de Pesquisa: TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA

Orientador: REINALDO GUEDES MACHADO

Data da Defesa: 29 de junho de 2011

Número de páginas: 155

BANCA

Dr. Reinaldo Guedes Machado (Presidente)

Dr. Jaime Gonçalves de Almeida (Membro)

Dra. Luciana Saboia Fonseca Cruz (Membro)

Brasília, junho de 2011

A Marcelo e Alice Martinez, com todo meu amor e carinho.



GRADECIMENTOS

Para que este trabalho fosse realizado e concluído, exigiu-se muita dedicação durante o período de 2009 a 2011. Tive a grande felicidade de ser mãe durante o curso de mestrado, ao mesmo tempo deparei-me com outras gratas surpresas e demonstrações de amizade, pessoas que me ajudaram - cada um a sua maneira – para a conclusão desta dissertação. Gostaria de agradecer a todos que estiveram ao meu lado e me apoiaram.

Em primeiro lugar, ao meu marido e a minha filha, por toda dedicação e compreensão da minha ausência em alguns momentos durante a elaboração desse trabalho.

A minha querida irmã, Roberta, que mesmo tão longe fisicamente, sempre se faz tão presente.

Aos meus pais, grata por tudo.

Ao professor Reinaldo Guedes Machado, orientador, prestativo, presente, incentivador e sempre compreensivo com as minhas condições de recém-mãe e esposa de diplomata.

Ao professor Luiz Alberto Gouvêa, Jacaré, com que tive a oportunidade de aprender e de trabalhar junto na UnB.

A minha colega de Mestrado Gizella Gomes, que sempre esteve tão prestativa.

A minha grande amiga Patrícia Leal, por ter me acolhido em Brasília.

A Raquel, João e Júnior, sempre diligentes, e a toda a coordenação da Pós-graduação.



ISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1: Casas anônimas com réplicas das colunas do Palácio da Alvorada.</i>	24
<i>Figura 2: Palácio da Alvorada.</i>	24
<i>Figura 3: Típico cortiço no Rio de Janeiro do final século XIX.</i>	36
<i>Figura 4: Entrada da Vila Operária Ruy Barbosa.</i>	41
<i>Figura 5: Charges sobre medidas sanitárias no início do século XX.</i>	42
<i>Figura 6: Charge sobre Revolta da Vacina.</i>	42
<i>Figura 7: Atual foto da Vila Operária na avenida Salvador de Sá.</i>	44
<i>Figura 8: fachada da escola da Vila Proletária Marechal Hermes.</i>	47
<i>Figura 9: casa na Vila Maria Zélia.</i>	47
<i>Figura 10: capela na Vila Maria Zélia.</i>	47
<i>Figura 11: casa na Vila Maria Zélia.</i>	47
<i>Figura 12: Perspectiva do Projeto original do Conjunto Várzea do Carmo.</i>	52
<i>Figura 13: Fotos da atual situação do Conjunto Várzea do Carmo.</i>	54
<i>Figura 14: Conjunto Residencial da Penha, projeto IAPI.</i>	55
<i>Figura 15: Atual situação do terreno onde foi executado o Parque Proletariado nº1 (PUC – RJ) e a derrubada das casas na década de 50.</i>	60
<i>Figura 16: Creche e Salão de Festas do Parque Proletariado Provisório nº1.</i>	60
<i>Figura 17: a derrubada do Parque Proletariado Provisório nº1, em 1970.</i>	61
<i>Figura 18: Parque Proletariado Provisório nº3 (Leblon) e o projeto posterior de prédios de classe alta.</i>	61
<i>Figura 19: Cruzada São Sebastião.</i>	63
<i>Figura 20: Conjunto Habitacional Pedregulho.</i>	64
<i>Figura 21: Conjunto Habitacional Pedregulho.</i>	65
<i>Figura 22: Conjunto Habitacional da Gávea.</i>	65
<i>Figura 23: Conjunto Habitacional da Cidade de Deus (1970).</i>	69
<i>Figura 24: Conjunto Habitacional financiado pelo BNH (1968).</i>	72
<i>Figura 25: Projeto Casa “Dominó”</i>	81
<i>Figura 26: Projeto Casas em série para artesão.</i>	81
<i>Figura 27: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, Pedregulho, condições de abandono e descaracterização na atualidade.</i>	93
<i>Figura 28: Modulor - Le Corbusier.</i>	101
<i>Figura 29: D’hotel nuance d’abricot - Jean Dubuffet.</i>	101
<i>Figura 30: Plantas Baixas modelo habitacional do Conjunto Residencial Pedregulho.</i>	116
<i>Figura 31: Maquete móvel - TIAP.</i>	131
<i>Figura 32: Trabalho participativo com a comunidade - TIAP.</i>	131
<i>Figura 33: execução obra - TIAP.</i>	131
<i>Figura 34: esquema desenvolvido pela Equipe Elemental para expansão das unidades habitacionais.</i>	133
<i>Figura 35: Projeto Elemental Quinta Monroy.</i>	134
<i>Figura 36: Projeto Elemental Quinta Monroy- Construção crua (esquerda) e já com intervenções dos moradores (direita).</i>	134
<i>Figura 37: Planta de situação Projeto Elemental para Quinta Monroy.</i>	135
<i>Figura 38: Planta baixa, primeiro piso. Projeto Elemental para Quinta Monroy.</i>	135
<i>Figura 39: Planta baixa, segundo piso. Projeto Elemental para Quinta Monroy.</i>	136
<i>Figura 40: Planta baixa, terceiro piso. Projeto Elemental para Quinta Monroy.</i>	136
<i>Figura 41: Fachada. Projeto Elemental para Quinta Monroy.</i>	137
<i>Figura 42: Corte transversal. Projeto Elemental para Quinta Monroy.</i>	137
<i>Figura 43: Corte longitudinal. Projeto Elemental para Quinta Monroy.</i>	138



SUMÁRIO

RESUMO.....	1
ABSTRACT	2
APRESENTAÇÃO.....	3
PREFÁCIO.....	4
CAPÍTULO 1: CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	14
CAPÍTULO 2: HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL	30
CAPÍTULO 3: O PROJETO PADRÃO PARA A CASA PADRÃO – A EFICIÊNCIA	76
CAPÍTULO 4: A VALORIZAÇÃO DOS SABERES E TÉCNICAS POPULARES – A IDENTIDADE.....	98
CAPÍTULO 5: EFICIÊNCIA COM IDENTIDADE: UMA MISSÃO POSSÍVEL	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149

RESUMO

No futuro próximo, os governantes brasileiros terão como missão renovada equacionar o crônico e crescente déficit habitacional do país, desafio repetidamente subestimado. Caso recorram à fórmula costumeira, apostarão na tradição modernista de construção em massa de “máquinas de morar”, traduzidas na forma de conjuntos habitacionais padronizados. Muito embora solução rápida e eficiente em termos de custos, em perfeita harmonia com os princípios basilares da administração pública e, sobretudo, excelente fonte de estatísticas que alimentam campanhas eleitorais, tal prática tem frequentemente se mostrado equivocada em seu fim precípuo de prover um “lar” às camadas de baixa renda, tendo em contanto estar em linha com as tradições construtivas e organização espacial que identificam as moradias de diferentes grupos de brasileiros.

Inseridos artificialmente na periferia de centros urbanos ou em zonas rurais afastadas, os projetos de novas “comunidades” usualmente padecem de viés homogeneizante que frequentemente ignora as particularidades das distintas regiões brasileiras e suas respectivas características geográficas e culturais, resultando, no médio prazo, na descaracterização ativa de edificações, desperdício de verbas públicas e estigmatização de grupos populacionais.

Este trabalho almeja explorar a potencial aplicação das tradições regionais (ou locais) brasileiras nas construções de habitações de interesse social, analisando metodologias selecionadas de projetos participativos.

Palavras-chave: Brasil; habitação; políticas públicas; arquitetura regional ou local, moradia popular, metodologias participativas.



A **BSTRACT**

In the near future, Brazilian government officials will have to address the growing chronic national housing deficit, challenge repeatedly postponed. If they resort to the usual formula, they will place their chips in the modernist tradition of “en masse” building of new “machines à habiter”, translated through standard housing projects. However a rapid and cost efficient solution, in perfect harmony with the basic principles of public administration and, above all, excellent source of statistics that feed into political campaigns, such choice has frequently proven inaccurate, given that it does not take into account the building traditions and spatial organization which identify the “homes” of various groups of Brazilians.

Artificially placed in urban centers’ outskirts or in distant rural zones, new “communities” projects suffer from a homogenizing bias, turning a blind eye on geographical and cultural regional traditions, resulting, in the long term, in buildings active decharacterization, waste of public resources and groups’ stigmatization.

This dissertation will explore the potential use of Brazilian regional traditions on new residential projects for lower income groups, through the analysis of selected participatory methodologies.

Key-words: Brazil; housing; public policies; regional or local architecture; popular house, participatory architecture.

PRESENTAÇÃO

Inicialmente, a motivação desse trabalho estava amparada na busca do conhecimento das origens da formação da casa popular brasileira, e seu título provisório era: **Raízes da Casa Popular Brasileira**. Sua idéia principal era a de buscar reconhecer as diferentes culturas geradoras, compreender melhor sua evolução a partir das diferentes influências recebidas, assim como estudar a estrutura da moradia e seus símbolos culturais. Buscava-se, ademais, entre o compêndio dos materiais tipicamente empregados, das técnicas construtivas e formas típicas usadas nas construções populares, identificar os traços comuns que, por seu baixo custo e excelente adaptação ao meio circundante e à cultura, pudessem ser eventualmente incorporados a projetos formais de edificações contemporâneas.

Durante o curso do mestrado, uma das disciplinas cursadas pela autora foi **Habitação: uma visão histórica da ação governamental no Brasil**, ministrada pelo Professor Luiz Alberto Gouvêa. A partir desse contato com o histórico das políticas habitacionais para população de baixa renda, surgiu a idéia de se fazer uma adaptação do tema inicial, a partir do conhecimento adquirido nessa disciplina.

Houve também o resgate de uma visão crítica da autora sobre a padronização de projetos habitacionais, gestada a partir de sua experiência profissional anterior. Entre os anos de 2005 e 2007, a autora prestou serviços profissionais ao Exército Brasileiro e percebeu haver forte tendência à padronização dos projetos arquitetônicos das edificações militares, inclusive para fins residenciais. Tal prática visava a facilitar a elaboração do projeto básico, item indispensável para a realização de licitações públicas. Percebia-se, porém certo descompasso com a realidade observada no canteiro de obras, baixa fidelidade às projeções orçamentárias e, sobretudo, pobre adaptação a condições regionais particulares. Esta dissertação terminou por se apoiar na amálgama desses dois pilares: a valorização das tradições regionais, ou locais, no contexto da construção de projetos habitacionais levados a cabo por políticas oficiais de Governo.

PREFÁCIO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, entre a década de 70 e os dias atuais, a população brasileira passou de 93 milhões para aproximadamente 191 milhões, ou seja, mais que dobrou de tamanho. Estima-se que, somente nos primeiros quatro anos do século XXI, a população brasileira tenha aumentado em cerca de 10 milhões de pessoas, número quase igual àquela residente na região metropolitana do Rio de Janeiro, segunda maior do país. Como consequência direta do crescimento vegetativo e do retraído avanço na área econômica – e a despeito da recente tendência de redistribuição de renda, agravou-se também o histórico problema do déficit habitacional nacional. No final do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo Federal avaliava que, para resolver o problema habitacional do Brasil, seria necessária a construção de 7,2 milhões de moradias populares para a população de baixa renda². Isso equivaleria a prover um lar para aproximadamente 30 milhões de pessoas, ou quase 15% do total da população brasileira.

E a situação não é estática, tem dinâmica própria. Ainda que a taxa de crescimento da população tenha diminuído dos 3% ao ano, no período 1950-1960, para 1,44% ao ano, em 2004, a população projetada pelo IBGE para o Brasil em 2050 é de 259,8 milhões de habitantes, ou cerca de 36% superior à atual. Espera-se que a população atinja o chamado “crescimento zero” por volta de 2062, apresentando, a partir daí, taxas de crescimento negativas. Em 2000, a taxa de crescimento da população do Brasil, de 1,5% ao ano, ocupava a 94ª posição no ranking crescente de 192 países, para áreas com 100.000 habitantes ou mais. A média mundial, para o mesmo ano foi estimada em 1,24% ao ano. A grande dimensão do déficit habitacional nacional fez sobressair a insuficiência das metas estabelecidas no âmbito do plano “Minha casa Minha vida”. Lançado em março de 2009 pelo Governo do então Presidente Lula, 34 bilhões de reais foram mobilizados com a intenção de construir

¹ IBGE. Diretoria de Pesquisas. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL POR SEXO E IDADE PARA O PERÍODO 1980-2050. Revisão Outubro de 2004.

² Vide sítio de Internet www.minhacasaminhaveda.gov.br. Consultada em julho de 2009.

1 milhão de moradias destinadas à população de baixa renda (i.e. com renda mensal familiar de até 6 salários mínimos), número muito abaixo das necessidades identificadas³. *Grosso modo*, a idéia por trás do novo plano seria a de combater, ao menos, uma parte do déficit habitacional (14% do total, segundo a fonte consultada), ao mesmo tempo que tentaria fortalecer a economia e gerar empregos. O plano previa, ademais, a redução da carga tributária que incide sobre insumos utilizados pelo setor da construção civil, bem como estímulos diversos ao financiamento da construção e compra de novos imóveis.

Cumprir registrar que o Poder Público tem exercido papel central para o equacionamento desse problema ao longo das últimas décadas, ainda que com recursos, em alguns casos, mais baixos do que o necessário. Desde a época do Império os problemas relacionados à habitação para a população de baixa renda fazem parte da pauta das altas autoridades brasileiras.

Analisando o histórico da questão habitacional, percebe-se sua interrelação direta com o aumento do fluxo migratório para os centros urbanos do país, tendência que se iniciou após a abolição da escravatura, quando ex-escravos partiram para os centros das cidades à procura de oportunidades de trabalho. As primeiras ações públicas na área limitavam-se à “contenção”, “sanitização” ou “modernização” de áreas selecionadas. Resumiam-se, basicamente, à tentativa de remoção das habitações consideradas inadequadas – a exemplo de cortiços, favelas e mocambos – “compensadas” pela construção de habitações populares, usualmente em número inferior ao necessário para atender a própria população desalojada. Dessa maneira, o Governo muitas vezes preocupava-se, exclusivamente, em deslocar “aglomerados espontâneos” de vizinhanças valorizadas pela dinâmica urbana, quase sempre já ocupadas majoritariamente por classes favorecidas, transferindo-os para áreas marginais, na periferia dos centros urbanos.

O crescimento exacerbado das cidades no século XX, sobretudo no pós-segunda Guerra Mundial, provocou alterações sensíveis nos padrões de apropriação do espaço urbano e trouxe modificações ao modo de organização das cidades. No Brasil, a partir da Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas, a intervenção do Estado estimulou a criatividade dos arquitetos brasileiros, que enfrentaram o

³ Vide sítio de Internet www.minhacasaminhaveda.gov.br. Consultada em julho de 2009.

problema habitacional do país atuando sob os novos paradigmas colocados pelo Movimento Modernista, incorporados definitivamente às políticas habitacionais oficiais via os projetos realizados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), no período de 1936-45. Foram seus departamentos técnicos que se voltaram, pela primeira vez, para os problemas da habitação social em massa. O IAPI tinha orientação diferente dos seus antecessores, pois não se dedicava a construir casas individuais, mas sim, conjuntos habitacionais, inaugurando uma tradição - que seria seguida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) até 1986, quando foi extinto - vindo a perdurar até os dias de hoje.

Desde então, a questão habitacional passou a ser tratada em diversos órgãos da estrutura governamental federal. De fato, a estrutura administrativa e institucional responsável pelo setor habitacional na esfera federal reúne, hoje, três Ministérios, e diversos órgãos e fundos que tem propiciado o desenvolvimento de planos e ações sem a necessária articulação institucional.

Uma tradição, entretanto, não somente se mantém como é âncora dos mais recentes esforços nessa área, a exemplo do programa *Minha Casa Minha Vida*: a construção de conjuntos habitacionais padronizados, nas periferias das grandes cidades.

Máquinas de morar: a busca pela eficiência

Em 1920, com a criação da revista “*L’Esprit Nouveau*”, Le Corbusier apresenta ao mundo o conceito de *machine à habiter* como uma qualificação para a moradia, dando a esta uma importância fundamental nos estudos de arquitetura. Le Corbusier explica que o sentido para a palavra “máquina” em sua expressão “máquina de morar” deve ser analisado como “arte”, “engenho”, “aparelho combinado para produzir certos efeitos”.

Para Le Corbusier, o homem deveria ser recolocado como o centro da preocupação arquitetônica. Esse “homem” é considerado por ele e seus seguidores como um homem padrão, que possui necessidades também padronizadas. Como consequência, deverá idealmente habitar uma casa padrão: a “máquina de morar”. Não obstante seu arcabouço conceitual, esse conceito da “máquina de morar” pode ser

melhor entendido no contexto histórico em que foi criado. Deve-se levar em consideração que:

- a. em 1920, a Europa encontrava-se abalada com o final da I Guerra Mundial;
- b. a França, país de Le Corbusier, estava particularmente afetada no pós-Guerra, pois havia sido cenário de grandes batalhas;
- c. havia uma necessidade de reconstrução rápida da Europa. Dessa maneira, o concreto armado, o material mais difundido pelos modernistas, permitia maior agilidade e rapidez para as construções; e
- d. pensar em uma arquitetura padronizada, concebida para um homem padrão, encaixava-se perfeitamente com a necessidade de reconstrução rápida da Europa.

Nesse contexto, fica fácil de entender porque a Arquitetura Moderna estava de acordo com as necessidades do cenário europeu em meados do século passado. Em terras pátrias, o conceito também obteve grande adesão, em parte devido às releituras que aqui recebeu. Entre outras possíveis interpretações, cumpre registrar que:

- a. inicialmente, a arquitetura modernista acabou por se associar ao projeto de identidade nacional capitaneado por Getúlio Vargas, pelos IAPIs;
- b. a difusão dos traços modernistas a edificações “símbolo” do país e, posteriormente, a construção da nova capital nacional em Brasília, conferiram a este estilo um status de “coisa pública”, “oficialidade”;
- c. a rápida construção de unidades habitacionais padronizadas, de custo moderado, configurou-se como alternativa viável para a superação do déficit habitacional histórico de países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil; e
- d. a licitação de serviços de construção civil de conjuntos habitacionais é processo administrativo relativamente consolidado, em perfeita harmonia com os princípios consagrados da administração pública.

Não obstante o que precede, pode-se afirmar que a influência corbusiana presente nos projetos de conjuntos habitacionais levados a cabo no Brasil desse

período em diante contribuiu para que eles sucessivamente falhassem na tentativa de prover um “lar” aos seus novos moradores. Ao enfocarem a eficiência da multiplicação máxima de “máquinas de morar” que viabilizassem abrigo com a otimização dos escassos recursos públicos, os conjuntos construídos pelo poder público via de regra padeceram de viés homogeneizante que ignorou as distintas regiões e suas respectivas características geográficas e culturais, resultando, no médio prazo, na descaracterização ativa de edificações, no desperdício de verbas públicas e na estigmatização de grupos populacionais. Constata-se daí que a adoção maciça dos princípios modernistas implicou no abandono, em alguns casos, das tradições regionais típicas das construções populares brasileiras que, em última instância, definem o que é um “lar” para um brasileiro.

Tomemos como exemplos didáticos os projetos de dois conjuntos habitacionais populares do Rio de Janeiro: o Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes – conhecido como o Conjunto Pedregulho - e o Conjunto Habitacional da Gávea, ambas as edificações representantes ilustres da Arquitetura Modernista brasileira.

O Conjunto Pedregulho, construído em 1952, é um projeto do renomado arquiteto Affonso Eduardo Reidy. Esse projeto de conjunto habitacional para famílias de baixa renda tornou-se um dos maiores exemplos de construção com o espírito modernista de se fazer uma construção habitacional social e coletiva, sendo também um dos responsáveis diretos pela projeção mundial da Arquitetura Moderna Brasileira. Premiada na I Exposição Internacional de Arquitetura de São Paulo (I EIA), o conjunto manteve-se na pauta de diversos periódicos e publicações internacionais dedicadas à arquitetura brasileira.

Não obstante o que precede, e conforme constata Herbst Júnior⁴, “apesar da significação da obra, os edifícios que compõem o Conjunto Residencial do Pedregulho encontram-se isolados entre si e em desiguais condições de conservação – o que denota a existência de múltiplos padrões de uso e ocupação dentro de uma proposta de paridade que, se um dia foi alcançada, rapidamente se fragmentou, sem deixar qualquer vestígio de recuperação”.

⁴ HERBST JÚNIOR, Hélio. *Pelos Salões das Bienais e pelas Ruas do Brasil: Um Olhar sobre os Conjuntos Arquitetônicos Premiados nas Cinco Primeiras Edições das Bienais Paulistas – 1951/1959*. FAU/USP, 2003.

Não se pode negar o brilhantismo de Reidy no projeto do Conjunto Pedregulho, porém é notável que a atual situação em que se encontra esse conjunto habitacional não é a esperada. Ao contrário, o conjunto encontra-se em avançado estado de degradação, não só pela falta de manutenção, mas, principalmente, pela sua “descaracterização”. Os moradores não reconhecem o valor patrimonial desse conjunto habitacional e fazem as modificações que consideram necessárias para que suas casas sejam mais adequadas ao modelo que estão mais familiarizados, que é diferente dos preceitos modernistas da época.

O Conjunto Habitacional da Gávea, construído em 1954, também é um projeto de Reidy reconhecido mundialmente como modelar para a solução dos problemas habitacionais. Infelizmente, o projeto ficou incompleto, faltando a execução de sete blocos e, ainda, em 1979, o bloco principal foi atravessado por um túnel da Auto-Estrada Lagoa-Barra. Com o passar dos anos, este também sofreu com as alterações por parte dos usuários, que descaracterizaram parte do projeto original.

Problemas semelhantes atingem dezenas de outros conjuntos habitacionais e “vilas” construídas pelo país afora, entre outras críticas de que são objeto, não tratadas nessa dissertação.

A Tradição Regional ou Local - Identidade

Em arquitetura, os modelos eruditos são normalmente debatidos e estudados com profundidade nos centros acadêmicos. Classificados, rotulados, mapeados à exaustão, os “movimentos arquitetônicos” são objeto de rigoroso escrutínio por hordas de estudantes ávidos em compreendê-los e replicá-los, no todo ou em parte, via a transmigração do conhecimento do passado e sua livre fusão com elementos do acervo criativo e tecnológico da atualidade. Carreiras e paixões são inspiradas e moldadas pelas “grandes escolas”, e universidades via de regra mobilizam seus recursos e pautam sua agenda em torno dessa “habitual” abordagem.

Essas mesmas instituições dedicam, porém, pouco tempo àquela manifestação construtiva elaborada pelo homem do povo, que, quase sempre sem o domínio da arte ou da técnica, simplesmente repete aquilo que, de acordo com o conhecimento disseminado, “dá certo”, geração após geração. Exíguos recursos materiais e humanos são destinados à tentativa de registrar e decifrar essa “sabedoria popular” que por

séculos deu forma à moradia do brasileiro, sobretudo de classe média e baixa, influenciando decisivamente a estruturação da sociedade e o convívio entre os integrantes das células familiares da ampla maioria do povo.

Não somente por sua importância para a reconstrução histórica do país e a sua presença ainda hoje marcante em todo o território nacional, estudos sobre a arquitetura regional ou local podem gerar insumos aos projetos governamentais de habitações voltados para população de baixa renda, essas pesquisas podem ser de grande importância para os profissionais dessa área. Pois, se bem aproveitado, esses conhecimentos podem ser aplicados de maneira a aumentar a identificação por parte das pessoas que recebem as habitações construídas pelo governo.

O Brasil é um país com diversidade cultural vasta, onde as práticas arquitetônicas regionais variam não só devido aos diferentes povos que aqui se instalaram, mas também pelo amplo território, que acarreta necessidades diferenciadas para atender a função do abrigo. Infelizmente, nota-se o desprezo ou pouco interesse por parte dos profissionais por algumas manifestações culturais, uma vez que aqueles, com frequência, atribuem mais valor à “monumentalidade” dos projetos, premissa básica no ensino das escolas de arquitetura e urbanismo.

Carlos Lemos e Gunter Weimer coincidem ao afirmar, em suas respectivas obras *Cozinha e etc.* e *Arquitetura popular brasileira*, que a arquitetura popular deve ser encarada como uma manifestação cultural. E este saber popular, essa manifestação cultural, deve ser aproveitada nos projetos elaborados por profissionais da área de construção para conjuntos habitacionais de baixa renda. Weimer chega a incluir na obra citada um capítulo sobre modelos de adaptação das diferentes arquiteturas populares brasileiras aos ecossistemas e materiais disponibilizados nas diferentes regiões do país.

Objetivamente, a questão que se coloca seria: como incorporar, de forma eficiente, aspectos relevantes sobre conhecimentos regionais ou locais a projetos de conjuntos habitacionais direcionados à população de baixa renda?

Eficiência e Identidade: uma composição possível

A padronização de projetos habitacionais apresenta-se, a priori, como uma boa opção para a implementação de políticas públicas, uma vez que os custos de projeto e de implementação das construções são minimizados pela simplificação do projeto e ganhos de escala. Observe-se que projetos habitacionais padronizados, apoiados nos princípios da arquitetura modernista, enquadram-se com facilidade nos processos burocráticos internos do Governo, em seus diversos níveis, conforme as provisões para processos licitatórios incluídos na Lei nº8666/93. Naturalmente, a customização de projetos para as várias regiões do país e seu detalhamento flexível para incorporar diferentes materiais e técnicas construtivas, além de organização especial não “otimizada”, agregaria custos adicionais, o que iria de encontro aos princípios basilares da administração pública descritos na Constituição Federal.

Porém, ao longo da execução e, principalmente, com o uso, o que se percebe é o descompasso da edificação com os traços culturais dos seus ocupantes e o meio que o cerca. A ausência de traços familiares nos projetos habitacionais pode gerar, em momento posterior, custos adicionais para a alteração e manutenção das unidades e áreas públicas do seu entorno, redundando na sua descaracterização após a entrega. Em casos mais graves, pode haver mesmo o abandono de instalações de infraestrutura, a exemplo do ocorrido na lavanderia e posto de saúde do Conjunto Pedregulho, já citado. Tais fatos trazem consigo, muitas vezes, problemas adicionais como ocupação irregular, favelização, conversão em depósitos de lixo, marginalização e violência.

É importante que se esclareça que o sucesso para os projetos de casas para população de baixa renda não está apoiado somente na execução de projetos que utilizem a eficiência e os saberes populares na busca da identidade. Não menos importante é a infra-estrutura: equipamentos públicos e transporte público eficiente, entre outros aspectos que permitem preencher sua finalidade social completa.

Em resumo, a idéia de “máquina de morar” parece eficiente e, principalmente, gera resultados rápidos para a resolução do problema de déficit habitacional no país. Porém, para se atingir, hoje, tais resultados, deve-se conviver com a ativa descaracterização das edificações e suas graves consequências que surgem com o

passar dos anos. Se, por um lado, não se deve abandonar a agilidade, não se pode tampouco ignorar os valores culturais e costumeiros dos usuários.

As tradições regionais ou locais, portanto, poderiam ser levadas em consideração nos projetos de habitações para a população de baixa renda. Algumas metodologias de projetos participativos podem ser consideradas uma boa opção para a idealização de edificações onde o usuário final se identifique com obra realizada. Assim sendo, metodologias selecionadas serão utilizadas como exemplos nessa dissertação.

Caberia aos profissionais do setor e às autoridades públicas buscar um ponto intermediário nesse moto-contínuo que tem em um de seus extremos a “eficiência”, e em outro a “customização”, sempre com fidelidade aos Princípios da Administração Pública e à identidade cultural do povo. Deve-se ter em mente que a construção de moradias é um investimento social, que dever angariar o reconhecimento, sobretudo, dos futuros usuários.

Organização do trabalho

Na estrutura proposta, o primeiro capítulo se encarregará de apresentar os conceitos relacionados ao tema exposto. Após exaustivas leituras empreendidas a fim de desenvolver esta dissertação, a autora percebeu que muitos dos termos comumente empregados para tratar do assunto eram interpretados de forma diferente pelos especialistas e acadêmicos que exploraram o assunto no passado. Na ausência de consenso, a definição de alguns conceitos foi retrabalhada pela autora. Inicialmente, esse capítulo pode parecer exaustivo, porém será essencial para que não haja ambiguidade sobre a terminologia a ser adotada neste trabalho.

O objetivo do segundo capítulo será apresentar um histórico breve da atuação das diversas instâncias do Governo brasileiro na tentativa de amenizar o problema do déficit habitacional da população de baixa renda. Para tanto, recorre-se, em paralelo, a práticas internacionais levadas a cabo com o mesmo objetivo.

O terceiro capítulo apresentará as idéias de Le Corbusier, entre outros arquitetos e teóricos, sobre a nova arquitetura do início do século XX, bem como sua influência para as políticas habitacionais brasileiras, presente até os dias atuais.

No quarto capítulo, a autora empreende uma revisão da literatura disponível, no Brasil e no exterior, sobre a arquitetura popular, na qual predominam as tradições regionais e locais, e busca compreender como a adoção de seus preceitos poderia maximizar a satisfação dos usuários com suas casas e, ao mesmo tempo, otimizar recursos financeiros.

O quinto capítulo apresenta casos concretos em que profissionais de arquitetura se propuseram a desenvolver metodologias construtivas que estivessem em sintonia com a identidade regional dos futuros moradores, sem perder de vista questões de ordem administrativa e financeira. Serão expostos alguns casos de metodologias de projetos participativos, que obtiveram sucesso unindo conhecimento dos profissionais da área de construção junto ao conhecimento da população local.

Esta dissertação se encerra com as considerações finais da autora que, sem jamais ambicionar esgotar o tema, espera contribuir para sensibilizar as autoridades competentes, acadêmicos e colegas estudantes a respeito dos méritos do problema estudado e, sobretudo, das possibilidades reais de superá-lo com base nas experiências concretas descritas.

APÍTULO 1

1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Para atingir seus objetivos, essa pesquisa recorreu à ampla revisão da bibliografia produzida no Brasil e no exterior. A autora selecionou, analisou e reinterpretou a terminologia comumente empregada na área, no contexto da abordagem levada a cabo nesta dissertação.

Para esse trabalho, assim, considera-se “cultura popular” o conjunto de saberes práticos produzidos pelo povo e transmitido entre gerações. Pode se tratar de um simples saber, um conhecimento, uma técnica de trabalho, enfim, algo material ou imaterial. Um conjunto normalmente dinâmico, que evolui ao longo do tempo. Mas que, quando imobilizado no tempo e lugar, pode caracterizar um momento específico na História.

Partindo-se desse conceito, é possível vislumbrar que a arquitetura passe a ser considerada uma manifestação cultural, uma vez que o resultado produzido na forma de edificações atribui uma marca a um povo, ao retratar seus costumes e sua forma de ocupar o espaço. Pode-se dizer, portanto, que a forma de se fazer arquitetura é um reflexo de uma cultura em particular.

O entendimento da relação existente entre a arquitetura e cultura popular será de grande valia para que se compreenda o significado de “arquitetura popular”, que será tratado no decorrer desse trabalho, assim como outros conceitos frequentemente instrumentalizados de forma difusa pelos especialistas na matéria, analisados em mais detalhe a seguir.

1.1 Arquitetura popular

1.1.1 Arquitetura popular do proletariado (vilas operárias)

A arquitetura das casas operárias também é chamada de arquitetura popular por alguns autores, assim como fez Carlos Lemos, autor que se especializou no estudo

da casa popular paulistana. Em sua obra *Cozinha, etc.*, é apresentado o conceito de casa popular adotado por Lemos (1978):

O que nos interessa é compreender melhor a casa popular autêntica, dentro do quadro de nossa sociedade, aquela construída pelo próprio morador: é compreender os anseios do proletariado, as expectativas concernentes à noção de conforto e bem-estar. É saber distinguir o que é bom e o que é ruim para uma dona de casa operária. É procurar vislumbrar dentro da simplicidade despojada da casa popular as constantes intencionais sempre presentes, apesar da pobreza e carência de meios. A acurada análise dessas moradias populares autênticas, evidentemente, não nos vai desmanchar todas as dúvidas e nem vai nos fornecer a receita da casa ideal. Encontraremos é muita falta de recursos e soluções de agenciamento e técnicas construtivas precárias, às vezes revelando engenhosidade, outras vezes confessando ostensivamente incapacidade de solução. De qualquer forma, sem um mergulho profundo até as raízes da habitação popular-mergulho no tempo e no espaço arquitetônico, não poderemos planejar nada.⁵

De acordo com esse autor, o enfoque sociológico deve merecer especial atenção dos arquitetos para a elaboração de projetos de casas populares.

Apesar do estudo da formação das vilas operárias no Brasil ser relevante a esta dissertação, o conceito usado por Lemos não será considerado sinônimo para arquitetura popular no presente texto, uma vez que este está necessariamente atrelado a um viés ideológico e, de certa forma, reducionista, de pouca utilidade à análise em tela.

1.1.2 A visão governamental da casa popular: os conjuntos habitacionais

Na visão oficial, que tem origem, sobretudo, nas entidades associadas ao Governo Federal, o conceito de arquitetura popular está relacionado a edificações construídas pelo poder público com a finalidade de atender a famílias menos

⁵ LEMOS, Carlos A.C., *Cozinha, etc.*, 1978.

favorecidas. A casa popular seria, objetivamente, a moradia direcionada às classes de baixa renda. Esse conceito, portanto, não tem relação direta com os métodos construtivos empregados.

O conceito instrumentalizado pelo Governo aproxima-se mais ao adotado por Carlos Lemos, citado anteriormente, no sentido em que ambos associam a casa popular a estratos sociais específicos. Isso é visivelmente notável na apresentação oficial do histórico da questão habitacional brasileira, em que se percebe a relação dessas políticas com a progressiva industrialização do país. Diferente do conceito de Günter Weimer (que será apresentado adiante), para o Governo, *popular* não tem como ser confundido com *vernacular*. *Popular* é feito para o povo, enquanto *vernacular* e *espontâneo* são feitos pelo povo.

Outros conceitos adotados pelo Governo, relacionados a projetos habitacionais, são dignos de nota:

- a. **moradia:** é a unidade onde se vive, é o mesmo que casa. A casa com todos os seus cômodos, separados por suas funções.
- b. **habitação:** é a moradia, adicionada a respectiva infra-estrutura (esgoto, água, luz, vias de acesso facilitadas para a população, área social coletiva, transporte público de boa qualidade).

Usualmente, em políticas públicas, usa-se o termo *habitação popular*. Essas políticas habitacionais declaram que não se limitam apenas a entregar casas aos novos moradores: visam a inseri-los em ambientes em que possam viver com dignidade, com fácil acesso aos centros urbanos onde normalmente trabalham.

É importante ressaltar que essas definições teóricas nem sempre são colocadas em prática. Muitas vezes, por dificuldades orçamentárias, os governantes entregam projetos habitacionais constituídos de casas isoladas, sem a infra-estrutura necessária: moradias, a rigor, e não habitações populares.

1.1.3 Arquitetura popular miserável: as favelas

Cabe registrar que o conceito de arquitetura popular também pode ser usado para significar aquela arquitetura feita por pessoas com escassos recursos materiais e

conhecimento técnico, muitas vezes em terrenos inadequados a qualquer atividade construtiva. De acordo com esse conceito, barracos de favelas, por exemplo, poderiam se enquadrar como construção popular.

Durante décadas, o conceito de favela esteve diretamente ligado à insalubridade, sendo que as políticas públicas estavam voltadas exclusivamente à erradicação dessas moradias. A partir da década de 80, percebeu-se não ser adequada a estratégia de eliminar as favelas como forma de “melhorar” a paisagem urbana. A favela passou a ser vista como moradia legítima de pessoas trabalhadoras e não mais como uma “mácula” das cidades. A partir desse momento, estudos acadêmicos e oficiais passaram a ser feitos de maneira a “melhorar” as moradias existentes, provendo *in locu* a infra-estrutura necessária para tanto.

O conceito de arquitetura popular com sinônimo de favela tampouco será adotado nesse trabalho.

1.1.4 Arquitetura popular feita pelo povo, para o povo

O conceito de arquitetura popular não é nada simples de ser definido, pois os autores dificilmente entram em acordo. Há autores que denominam esse tipo de arquitetura como aquela produzida pelo povo, algo similar a uma produção anônima. Outros consideram ser aquela feita para o povo, de que poderia ser exemplo os conjuntos habitacionais já discutidos, concebidos por arquitetos que trabalham para o Governo.

Entre os autores que já se dedicaram à arquitetura popular, destaca-se Weimer, por apresentar um conceito mais abrangente do termo. Weimer (2005) é um dos autores que adota o posicionamento de denominar arquitetura popular como aquela que é feita pelo povo. Em sua obra *Arquitetura popular brasileira*, o arquiteto expõe que o termo *popular* não deve ser sinônimo de *vernacular*, devido à origem desse último termo. Segundo Weimer, o termo mais apropriado é *popular*, pois este, em sua origem latina, *populus*:

(...) designava o conjunto dos cidadãos que excluía, por um lado, os mais privilegiados, os patrícios a quem estava reservada a representação do senado, e, por outro lado, os menos afortunados. Portanto, em seu sentido mais direto, significa

aquilo que é o próprio das camadas intermediárias da população. (...)

(...) parece que a forma mais correta de nos referirmos ao saber do povo é, efetivamente, a terminologia arquitetura popular: aquela que é própria do povo e por ele é realizada.⁶

Ainda nessa obra de Weimer, são citadas algumas das características da arquitetura popular:

- a. simplicidade (resultado do uso de materiais fornecidos pelo entorno próximo);
- b. adaptabilidade;
- c. criatividade;
- d. respeito às tradições culturais de um grupo (devido a sua forma plástica ser o resultado da técnica e dos materiais, ao contrário do que acontece com a arquitetura erudita).

1.1.5 Arquitetura espontânea

Outra nomenclatura encontrada para designar a arquitetura feita por pessoas sem formação técnica regular é a *arquitetura espontânea*. Essa designação é defendida por Rhode (1983), para quem o oposto da arquitetura espontânea é a arquitetura oficial, conceito que será apresentado mais adiante.

De acordo com Rohde (1983), o adjetivo *popular* não é o mais adequado para qualificar o tipo de arquitetura em questão. Esse autor apresenta em sua obra uma breve análise sobre a definição da palavra *povo* para justificar o não uso do adjetivo “popular” para qualificar esse tipo arquitetura em debate.

Se procurarmos os autores que definiram ou conceituaram povo (Marx, Marcuse, Mao-Tse-tung, Sartre), veremos que tal palavra não consegue abarcar em seu significado todas as proposições feitas pela arquitetura não-profissional ou empírica, nem fazer à complexidade dos fenômenos por ela desencadeados (Rohde, 1981a, 13). Mais ainda, deve-se notar que, de acordo com os filósofos supracitados, diferentes

⁶ WEIMER, G. *Arquitetura Popular Brasileira*, 2005.

*segmentos sociais (em diferentes espaços bioclimáticos, políticos econômicos e históricos) são classificados de maneira a não permitir-se a definição de algo geral, válido independentemente de local, tempo e sistema construtivo.*⁷

Nessa obra, Rohde (1983) explica que há dois tipos de arquitetura: a *espontânea* e a *oficial*. Esses tipos seriam antagônicos, porém não excludentes. Tampouco são puros, pois para o autor não há uma arquitetura espontânea pura ou uma oficial pura, ambas influenciando-se entre si.

Por exemplo, nessa definição de arquitetura popular estariam contemplados os modelos inspirados pelos traços típicos da arquitetura oficial. Exemplo disso seria o mestre-de-obras que simula as colunas do Palácio do Planalto (Niemeyer, Brasília) em uma casa por ele construída.

Como outro exemplo, podemos citar o costume indígena de se construir as cozinhas do lado de fora da casa, copiado pelos portugueses quando se instalaram na época do Brasil-Colônia (ROHDE, 1983). Devido ao aquecimento adicional que o modelo português gerava, com a cozinha no seu interior, os colonizadores perceberam que esse modelo não era oportuno para as terras tropicais brasileiras. Passaram, então, a fazer como os indígenas: construir a cozinha do lado de fora da casa. Dessa maneira, a arquitetura dos portugueses – que poderia ser classificada como erudita - absorveu um saber da arquitetura indígena – que poderia ser denominada de arquitetura espontânea. Esse modelo português, considerado oficial, se adaptou ao longo das décadas e, atualmente, é comum que se construa a cozinha nos fundos da casa. Note-se que a arquitetura oficial portuguesa no Brasil sofreu muitas influências da arquitetura espontânea indígena.

1.1.6 Arquitetura vernacular

Segundo Hollanda (2004), o termo *vernáculo* significa:

Do lat. vernaculu, 'de escravo nascido na casa do senhor'; 'de casa, doméstico'; 'próprio do país, nacional'.

⁷ ROHDE, G. M. *Cap.: Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul*. In BERTUSSI, P.I. *A arquitetura no Rio Grande do Sul*, 1983.

O termo *vernacular architecture* é muito comum nas obras de língua inglesa, porém, no Brasil, é adotado por poucos arquitetos que estudam a arquitetura regional ou popular. Na língua inglesa é mais comum o uso do termo *vernacular* e não *popular*, pois este termo qualifica também algo que tem popularidade, *pop*.

Na obra *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century: Theory, education and practice*, de Lindsay Asquith e Marcel Vellinga (2006), o termo vernacular é utilizado para designar a arquitetura feita pelo povo, próprio da região em que está. Para esses autores, é importante que a definição de *vernacular* seja confrontada com seus sentidos etimológico e epistemológico.

De acordo com essa obra, etimologicamente o termo *vernacular* significa aquilo que é nativo ou específico de um dado lugar, produzido sem estrangeirismo, elaborado especificamente pelos indivíduos dali originários. Porém, no século XXI, é difícil de encontrar algo que não tenha sofrido nenhuma influência de elementos externos. Dessa maneira, o que é vernacular passa a ser um elemento estático, uma espécie de “fotografia” de algo produzido por um povo num passado distante, quando havia maior dificuldade para se fazer troca de cultura entre os povos.

Epistemologicamente⁹, a arquitetura vernacular sofreria alterações geográficas, de limitações do ecossistema, de influência de outras culturas, de limitações econômicas, e nem por isso ela deixaria de ser vernacular (por ter perdido a sua forma original). Nesse sentido, a arquitetura vernacular estaria em constante mutação e não poderia ser vista como aquela “fotografia” que o sentido etimológico preconiza. O sentido epistemológico da palavra vernacular, por ser dinâmico, parece ser o que se adapta melhor às necessidades e vivências do século XXI.

Asquith e Vellinga (2006) apresentam a idéia de que o conhecimento da arquitetura vernacular deve ser mais estudado para que os profissionais possam utilizar esses estudos em construções sustentáveis e adaptadas às novas necessidades do nosso século. Esse posicionamento encaixa-se perfeitamente nas preocupações

8 HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2004.

9 Segundo HOLLANDA (2004): “*epistemologia: conjunto de conhecimentos que têm por objeto o conhecimento científico, visando a explicar os seus condicionamentos (sejam eles técnicos, históricos, ou sociais, sejam lógicos, matemáticos, ou lingüísticos), sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos, e avaliar os seus resultados e aplicações.*”

relacionadas à preservação do meio ambiente, predominantes em países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos: país de formação desses autores.

O elemento primordial dessa obra é a necessidade de se desvincular a imagem da arquitetura vernacular de algo estático e que deve ser reproduzida somente da maneira que o povo que inventou tal técnica a idealizava. Para os autores, a arquitetura vernacular deve ser vista como um estudo de técnicas que merecem ser analisadas e reinterpretadas de acordo com a realidade atual.

1.2 Arquitetura produzida por arquitetos e engenheiros

1.2.1 Arquitetura oficial

A definição adotada por Rohde (1983) para arquitetura produzida por arquitetos e engenheiros é a arquitetura oficial, em outras palavras, aquela que seria oposta à espontânea.

Nossa experiência cotidiana consegue apontar a existência de dois tipos de fenômenos arquitetônicos: um em que o arquiteto profissional (ou outra pessoa ligada ao sistema construtivo) participa; outro no qual não há esta intervenção.

A arquitetura dos arquitetos é geralmente chamada erudita. Mas em todas as regiões do mundo existe uma outra arquitetura (o outro tipo), raramente registrada em enciclopédias ou pela historiografia arquitetônica. Ela nada tem a ver com arquitetos profissionais, não nasce em pranchetas, nem obedece as normas e cânones estabelecidos em Escolas de Belas Artes ou Arquitetura. Quando mencionada, ganha sempre rótulo e adjetivos de tom pejorativo: anônima, sem arquitetos (Rudofsky, 1964), iletrada, não-industrial, vernacular, primitiva (Fitch & Branch, 1960), antiga ou – e principalmente – popular (Dolfus, 1955).¹⁰

Segundo Rhodes (1983), há dois tipos de arquitetura: uma que é executada pelos profissionais e outra que é elaborada por pessoas sem saber técnico formal.

¹⁰ ROHDE, G. M. *Cap.: Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul. In BERTUSSI, P.I. A arquitetura no Rio Grande do Sul*, 1983.

Assim, Rhodes (1983) conclui que, nos estudos da história da arquitetura, haveria destaque para as grandes obras, projetadas por renomados arquitetos, e vasta historiografia da arquitetura projetada pelos técnicos. Ele revela que pouco se estuda sobre a arquitetura conhecida como *popular*, e quando é apresentada percebe-se:

*(...) uma conotação de algo exótico, estranho e inferior.*¹¹

No entanto, segundo Rohde (1983), o termo *erudita* não é o mais adequado para qualificar a arquitetura projetada pelos técnicos, pois, para esse autor, o significado de *erudita* é:

*saber vasto e variado, que revela muito saber.*¹²

Dessa maneira, a arquitetura popular – que é o oposto de oficial – deveria ser interpretada como uma arquitetura que não possui um saber, e isso, para esse autor, não é verdadeiro.

Portanto, para Rhodes, uma nomenclatura mais precisa é a de arquitetura *oficial* como aquela feita por arquitetos, enquanto que a outra arquitetura pode ser denominada *espontânea*.

A arquitetura oficial e a espontânea são antagônicas, mas não são excludentes. Há fatores que provocam a interpretação das duas arquiteturas: a gravidade, as necessidades humanas espaciais básicas, a ideologia, o clima, os materiais disponíveis e os sistemas construtivos (Rohde, 1981a, 13).

*Podemos, então, afirmar que não há uma arquitetura espontânea ou oficial pura. Existem, entretanto, casos extremos em que o distanciamento é tal que um modo de produção da arquitetura predomina quase totalmente sobre o outro.*¹³

E quando o espontâneo recebe influências da arquitetura oficial, e vice-versa, conforma-se o chamado *Kitsch* arquitetônico:

11 ROHDE, G. M. *Cap.: Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul. In BERTUSSI, P.I. A arquitetura no Rio Grande do Sul*, 1983.

12 ROHDE, G. M. *Cap.: Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul. In BERTUSSI, P.I. A arquitetura no Rio Grande do Sul*, 1983.

13 ROHDE, G. M. *Cap.: Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul. In BERTUSSI, P.I. A arquitetura no Rio Grande do Sul*, 1983.

*O kitsch arquitetônico pode ser considerado uma das conexões entre a arquitetura oficial e a espontânea: quando esta absorve ou se apodera dos signos da arquitetura oficial, temos o kitsch ativo, autoconstruído, da ascensão social (sem carga pejorativa)*¹⁴

O kitsch na arquitetura espontânea pode ser considerado uma releitura dos elementos arquitetônicos que têm facilidade de serem encontrados e copiados, enfim que foram bem aceitos pelo povo. É uma maneira das camadas mais populares mostrarem que também podem possuir uma casa parecida ou que possuem elementos iguais aos projetados pelos grandes arquitetos. Essas pessoas não possuem informações sobre a arquitetura oficial e seus mestres, porém o povo é capaz de observar e repetir os signos que lhe pareçam agradáveis visualmente. Em alguns casos, essa repetição pode ser considerada de *mau gosto* para os profissionais, porém é uma maneira da população ter acesso aos *modismos* arquitetônicos.

O *Kitsch* arquitetônico pode ser considerado, então, uma maneira de popularização dos símbolos da arquitetura oficial a partir da inserção na arquitetura popular. Notavelmente, a arquitetura modernista brasileira, principalmente aquela elaborada por Oscar Niemeyer, foi o movimento arquitetônico que promoveu a absorção dos símbolos da arquitetura oficial nas casas populares brasileiras.

A arquitetura modernista de Oscar Niemeyer foi reconhecida tanto no país como internacionalmente. Assim sendo, seus principais símbolos, associados à nova capital, Brasília, foram orgulhosamente emulados pelo povo. Dessa maneira, é muito comum, por exemplo, encontrar as colunas do Palácio da Alvorada *copiadas* nas casas populares pelo Brasil, num perfeito exemplo sincrético de *Kitsch* arquitetônico.

¹⁴ ROHDE, G. M. *Cap.: Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul*. In BERTUSSI, P.I. *A arquitetura no Rio Grande do Sul*, 1983.



Figura 1: Casas anônimas com réplicas das colunas do Palácio da Alvorada.

Fonte: <http://mafuadohpa.blogspot.com/2010/04/memoria-oral-85-um-avatar-do-alvorada.html>. Consultada em janeiro de 2011.



Figura 2: Palácio da Alvorada.

Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/daniel-piza/legorreta-niemeyer-e-o-passado/>. Consultada em janeiro de 2011.

1.2.2 Arquitetura erudita

Segundo Hollanda (2004), o termo *erudito* significa:

Erudito [Do lat. *eruditus*.]

1. *Que tem erudição* (1).

2. *Que revela erudição* (1).¹⁵

Ainda segundo Hollanda (2004), o termo *erudição* significa:

Erudição: [Do lat. *eruditione*.]

1. *Instrução vasta e variada, adquirida sobretudo pela leitura*.¹⁶

15 HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2004.

A arquitetura produzida por arquitetos e engenheiros é comumente qualificada como erudita. Mesmo sendo passível de questionamentos, o termo é o mais comum entre os autores. Weimer (2005) é um dos autores que adota o termo erudito para qualificar a arte que provém dos modelos didáticos oficiais. Em sua obra *Arquitetura popular brasileira*, o autor, antes de explicar o que seria a arquitetura popular e a erudita, apresenta os significados de arte popular e de arte erudita brasileira:

Da mesma forma que a cultura foi costurada a partir de um modelo teórico de dominantes em oposição aos dominados, ela só foi possível de ser realizada mediante mil concessões e compromissos. As artes resultaram do mesmo processo. Teoricamente, deveríamos ter uma arte dos dominadores - erudita, acadêmica, européia, própria dos senhores - contra uma outra, dominada, vulgar marginal e mestiça. Porém, a realidade não é essa. Nossa história oficial privilegiou e continua a privilegiar os grandes feitos dos senhores brancos, criando um universo onírico em que, por mera bondade e concessão, são admitidos alguns poucos cidadãos de pele menos imaculada desde que se prestem ao papel de renegados de suas origens menos dignas.

(...)

Como a história é feita de mentiras e recheadas de algumas verdades para torná-las mais palatável, a realidade é bem mais complexa que os modelos didáticos oficiais. (...)¹⁷

No entanto, é importante citar que, para Weimer, não há uma arquitetura popular que não tenha sofrido influências da erudita, ou vice-versa. Essas manifestações misturam-se, mesmo cada uma possuindo características específicas. Na prática, frequentemente não é possível distinguir rapidamente uma da outra.

1.2.3 Arquitetura acadêmica

A arquitetura acadêmica é aquela criada em um ambiente acadêmico e, portanto, realizada por técnicos que obtiveram o saber nas escolas de arquitetura.

16 HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2004.

17 WEIMER, G. *Arquitetura Popular Brasileira*, 2005.

1.3 Outros conceitos úteis

1.3.1 Lar, casa, residência

*A casa, o tipo de habitação, sabe-se que é uma das influências sociais que atuam mais poderosamente sobre o homem.*¹⁸

Tomando-se como base o trecho do texto transcrito acima de Gilberto Freyre (2006), esse trabalho entende que a relação da casa com o seu morador não está baseado simplesmente na função de abrigo. Vai muito além, havendo uma questão da identidade que se constrói ao longo dos anos de uso do morador com a sua casa. Há uma necessidade de se fazer daquele espaço um abrigo que tenha as características próprias do seu morador, a “cara” de seu usuário. A noção de “lar” é buscada pelo morador e não é simplesmente uma “máquina de morar”, conceito modernista que será explicado a seguir.

1.3.2 A “máquina de morar”

O conceito de “máquina de morar” foi desenvolvido por Le Corbusier (2006) no início do século XX. Em seu trabalho *Por uma arquitetura*, publicado em 1923, o autor determina que o foco de uma arquitetura mais condizente com sua época deveria ser a casa e os programas habitacionais modernos, pois o homem moderno não se encaixava mais nos padrões do antigo conceito de casa, isto é, aquela que possui somente a função de abrigo. Com base nisso, a casa moderna deveria ter uma organização e técnica modernas. Para ele, Um homem-padrão com necessidades também padronizadas merecia uma casa-padrão, que se resumia na “máquina de morar”.

*Estudar a casa para o homem corrente, qualquer um, é reencontrar as bases humanas, a escala humana, a necessidade-tipo, a função-tipo, a emoção-tipo.*¹⁹

O conceito de “máquina de morar” foi bem aceito entre os arquitetos modernistas brasileiros e logo passou a fazer parte dos programas habitacionais do Governo brasileiro. Fica fácil de compreender essa boa aceitação por parte dos

18 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, 2006.

19 LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*, 2006.

governantes, pois essa nova maneira de construir casas era rápida e eficiente, embora, em alguns casos, esses bons resultados tenham-se refletido somente a curto prazo.

Também nessa obra, o autor nos apresenta a produção de “casas em série”. Esse novo modo de construção de casas poderia ser a melhor resposta para resolver o problema do déficit habitacional mundial. Pois, de acordo com Le Corbusier, “as casas em série” eram mais baratas e mais rápidas de se produzir, por serem concebidas com base em projetos globais.

A construção desse novo modelo modernista de habitação era extremamente universal. Não reputava como relevante, portanto, as diferentes tradições culturais presentes em território brasileiro, tanto no modo de se construir quanto no de se viver em um “lar”. Alguns projetos de arquitetos brasileiros que adotaram esse conceito não foram bem “compreendidos” pelo usuário final e, com o passar dos anos de uso, construções foram ativamente descaracterizadas.

O *pensamento corbusiano*, adotado parcialmente nos programas habitacionais do Governo brasileiro, será melhor detalhado no capítulo direcionado à eficiência das construções modernistas.

1.3.3 Projetos universais

Projetos universais ou globais serão definidos como aqueles que, teoricamente, poderiam ser executados em qualquer parte do mundo, pequenas adaptações aparte. A idéia da “máquina de morar” de Le Corbusier (2006) pode ser o melhor exemplo de projeto universal, também denominado arquitetura generalizada. Esse tipo de projeto, normalmente, tem a intenção de ser de rápida execução e orçamento baixo.

1.3.4 Projetos regionais

Os projetos regionais são caracterizados, entre outros pontos, por possuírem estudo prévio sobre as culturas e tradições locais, dessa maneira respeitando a identidade daqueles que receberão a edificação. Se, por um lado, tem-se, normalmente, uma aceitação maior do produto final; por outro lado, é comum que estes redundem em um custo inicial maior, decorrente da realização do estudo prévio e da implementação das adaptações por ele demandadas. É importante explicar que

autora considera as características regionais como algo dinâmico. Para esse trabalho o termo *local* será considerado sinônimo de *regional*.

1.3.5 Identidade

Para esse trabalho, o conceito de identidade é aquele que, para a autora, está diretamente ligado ao auto-reconhecimento. Quando um produto, por exemplo, a casa, apresenta um conjunto de características que seja de fácil reconhecimento pelo usuário, esse possui identidade com essas pessoas.

Normalmente, para que se logre obter o reconhecimento por parte dos moradores que recebem uma casa de projetos habitacionais de Governo, o arquiteto deve elaborar um estudo profundo das tradições culturais locais antes de começar a esboçar as suas plantas. Esse trabalho deve ser específico para cada tipo de projeto, levando-se em consideração as tradições culturais daquele que receberá o produto final, nesse caso, o morador.

Dessa maneira, fica fácil concluir que a identidade está bem longe de se alcançar via projetos universais ou generalizados, e, sim, se aproxima mais do conceito de projeto regionalizado ou local.

1.3.6 Eficiência

Para a autora, a eficiência está compreendida em um projeto que atinge os resultados almejados, com respeito a prazo e orçamento disponíveis.

No entanto, um mesmo projeto que tenha atingido a eficiência para o Governo pode ser considerado como um projeto não-eficiente para o usuário final, pois deve ser avaliado também o resultado esperado para o morador, o usuário final. Muitas vezes, a razão para que determinado projeto não seja considerado eficiente para o morador decorre do fato de que ele não é capaz de identificar-se com a sua casa.

1.4 Opções conceituais adotadas nessa dissertação

Considera-se para o presente trabalho que a casa popular é aquela construída por pessoas sem educação formal nas áreas de construção e arquitetura, porém com

conhecimento acumulado suficiente para erigir uma casa, uma moradia, um “lar”. Normalmente, as casas populares são construções de autoria anônima, de pessoas que aprenderam a “projetar” no dia-a-dia de obras, respeitando os conhecimentos transmitidos de geração para geração.

O presente trabalho adotará o conceito de arquitetura popular como definido pelo arquiteto brasileiro Günter Weimer. Para ele, a arquitetura é apenas uma dos meios em que a cultura se manifesta.

A arquitetura é um fenômeno eminentemente cultural. (...) é apenas uma das manifestações da cultura, em razão do que estas devem ser o objetivo maior para o seu entendimento.²⁰

Ressalta-se ainda que o termo “popular”, nesse trabalho, e em consonância com Weimer, será considerado sinônimo das expressões “do povo”, “dos habitantes de uma região” e, ainda, “regional”. O conceito de “arquitetura espontânea” de Rohde também será usado como sinônimo de “arquitetura popular”.

O termo “vernacular” será usado apenas no seu sentido epistemológico, e será empregado como sinônimo para o termo “popular”, de Weimer (2005), e para as demais expressões citadas.

A autora considera, ainda, que a arquitetura elaborada por profissionais que estudaram os preceitos da boa construção e possuem diploma é a arquitetura oficial definida por Rohde (1983). Ela está compreendida pelo termo acadêmica, como definida em Hollanda (2004) e também é a arquitetura erudita definida por Weimer (2005).

As denominações apresentadas serão adotadas daqui em diante nos demais capítulos que seguem.

20 WEIMER, G. *Arquitetura Popular Brasileira*, 2005.

APÍTULO 2

2. DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL: O DIAGNÓSTICO DE SEMPRE, A SOLUÇÃO DE SEMPRE

Conforme já apresentado no prefácio deste trabalho, o problema do déficit habitacional no Brasil está presente há séculos. Ele passou a constar da pauta dos governantes brasileiros ainda no período monárquico e sua importância se intensificou com a abolição da escravatura e a progressiva industrialização do país, ambos vetores de urbanização acelerada de uma população sempre crescente.

Durante muito tempo, o Governo limitou-se a incentivar o setor privado industrial a resolver o problema habitacional, ainda que parcialmente, e atuava somente como agente indutor, por meio da concessão de incentivos fiscais para a construção de vilas operárias.

Com o passar do tempo, e vendo resultados pouco eficientes, o Governo passou, de fato, a encarar a questão habitacional como uma de suas responsabilidades. Alguns planos governamentais lograram obter sucesso, outros nem tanto. Não obstante, a ampla maioria dos programas habitacionais implementados no decorrer dos anos compartilhou da premissa da retirada da população de baixa renda de suas casas “fora do padrão de qualidade de vida” e seu deslocamento para conjuntos habitacionais localizados na periferia dos centros urbanos.

O objetivo desse capítulo é apresentar um histórico da atuação do Governo na tentativa de amenizar o problema do déficit habitacional. Também se deseja sublinhar que as ações do Governo são historicamente influenciadas pelo conceito corbusiano de produção em série de “máquinas de morar”.

2.1 Problemas habitacionais em escala global

O problema habitacional da população de baixa renda está, via de regra, relacionado aos fluxos migratórios campo-cidade e ao desenvolvimento urbano-

industrial. (FINEP, 1985). No final do século XIX, nos países pioneiros da chamada “revolução industrial” - a exemplo da Inglaterra, a urbanização acelerada e o déficit habitacional andaram juntos. A ostensiva ocupação dos campos com atividades de pastoreio e o crescimento de oportunidades de emprego nas fábricas, que se situavam nos núcleos urbanos, fizeram com que a população se deslocasse das zonas rurais para as cidades, nesse período.

No entanto, as cidades não estavam preparadas para alojar esse grande número de pessoas. Como agravante, os novos habitantes não possuíam suficientes recursos financeiros e, conseqüentemente, submetiam-se a viver em condições insalubres, agrupados em pequenos espaços. Em vista do que precede, as novas moradias tornaram-se ambientes propícios à disseminação de epidemias que dizimaram um grande número de pessoas, sobretudo crianças.

Com a proliferação de enfermidades nos centros urbanos e a insatisfação crescente da população devido às péssimas condições a que estava submetida, alguns países europeus trataram da questão por meio da construção de casas subsidiadas, como relata o relatório organizado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), intitulado *Habitação Popular: Inventário da ação governamental* (1985):

*(...), planos colossais foram postos em prática em vários países, apoiados por vultuosos subsídios concedidos pelo Estado. Na Inglaterra, entre 1919 e 1934, e a partir do Town Planning Act, foram construídas 2.112.000 novas casa, das quais 1.180.000 subsidiadas. Na Alemanha o problema dos blocos insalubres (demolição, reconstrução, transferência dos inquilinos) foi objeto de leis criando subsídios em 1925 e em 1930. Durante esses anos cerca de 3.000.000 de casas foram construídas, das quais 2.500.000 subsidiadas.*²¹

2.1.1 A origem das vilas operárias, um modelo adotado mundialmente

No final do século XIX, uma prática comum no meio rural inglês tornou-se referência. As primeiras unidades fabris inglesas que se instalaram no meio rural projetavam as moradias dos seus trabalhadores em terrenos anexos ao local de trabalho, com vistas a minimizar deslocamentos e aumentar a assiduidade da mão-de-obra. Embora em contexto distinto, essa solução parecia ser também a melhor

21 FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.

resposta para as fábricas inauguradas nos centros urbanos, e esse modelo, denominado *cottage system* (traduzido como colônias operárias), popularizou-se rapidamente. Analogamente, essas novas colônias operárias caracterizavam-se por serem casas idênticas, distribuídas em fileiras, situadas nas proximidades das fábricas. Seu sucesso inicial garantiu sua ampla difusão na Grã-Bretanha.

A priori, o modelo foi bem aceito pelas autoridades públicas, pois, conforme já mencionado, passava a responsabilidade da construção das moradias para a iniciativa privada, com reduzido impacto sobre as contas do Governo. No outro pólo, era também conveniente aos donos das fábricas, já que esses recebiam os incentivos fiscais e passavam a “vigiar” sistematicamente seus funcionários. Do ponto de vista estritamente financeiro, os empresários equilibravam as contas ao cobrar o aluguel do operário-morador.

Os moradores, contudo, eram vítimas de abusos regulares devido ao controle exercido pelos donos das fábricas sobre suas vidas e viam sua renda encolher com o desconto automático de seus salários dos valores relativos ao aluguel.

Em razão de seu notório êxito, no ponto de vista dos operários, o modelo foi copiado por outros países em seus respectivos processos de industrialização. As colônias operárias, também conhecidas por vilas operárias, foram introduzidas no Brasil para abrigar a nova população proletária no início do século XX. Até os dias de hoje, são o tipo de habitação mais presente no imaginário da população quando se evoca o tema da moradia popular.

O grande problema desse modelo habitacional, no Brasil, foi o mesmo percebido na Inglaterra e no resto do mundo: o constante assédio dos trabalhadores pelos donos das fábricas e a cobrança de valores abusivos a título de aluguel foram razão suficiente para mobilizar os trabalhadores em manifestações de protesto contra o modelo das vilas operárias.

As dificuldades exigiram a intervenção direta do Estado. Leis foram elaboradas para conter tais abusos e o Estado passou a atuar de forma mais direta para ofertar à população de baixa renda alternativas habitacionais. Mormente a partir do século XX, os governantes perceberam que não bastavam as medidas de incentivo fiscais concedidas à iniciativa privada, sendo essencial a intervenção direta para

solucionar o déficit habitacional gerado pela industrialização e o inchaço dos centros urbanos.

2.1.2 As primeiras ações diretas dos governantes

Em meados do século XIX, idéias de *sanitização* das cidades tomaram força entre os governantes que defendiam uma cidade sem o caos das habitações insalubres do proletariado. Assim, a cidade moderna deveria tomar o lugar da cidade caótica medieval. Para começar essa reforma da *urbe* era necessária, em primeiro lugar, a *limpeza* das cidades, por meio da implementação da *modernidade*. Esse conceito de cidade moderna foi adotado por cidades européias, tais como Paris e Barcelona, conforme descreve Gonsales (2002);

O inchaço populacional da cidade industrial do século XIX e todos os problemas decorrentes desse fato, constituem-se como o impulso de novas idéias para a moderna cidade. A partir da migração campo-cidade de uma população que buscava trabalho e melhores condições de vida, surgem os primeiros bairros operários que em seguida vão apresentar problemas de insalubridade e falta de infra-estrutura. Desde as primeiras propostas revolucionárias elaboradas pelos chamados pré-socialistas da primeira metade do século XIX – Owen, Fourier, Cabet – à Carta de Atenas, existiu uma busca em comum: a de uma cidade que representasse o “espírito da época”, que respondesse às necessidades, mas também aos anseios do homem da era moderna. O resultado físico último é uma cidade que se constitui como um campo livre pontuado por edifícios isolados que leva implícita uma idéia de higiene, salubridade, banho de sol e velocidade.²²

Durante a administração de Georges-Eugène Haussmann na capital parisiense, entre 1853 e 1870, desalojou-se a população miserável que *deteriorava* o centro da metrópole com moradias insalubres a fim de reformar e *embelezar* o centro de Paris. Essa medida desumana desalojou milhares de pessoas, sem que essas fossem realocadas posteriormente.

Inspirado pelo Plano Urbano de Haussmann, o então prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1902 a 1906), tomou medida semelhante para reformar o centro da então capital brasileira: o Rio de Janeiro. Argumentando ser

22 GONSALES, Célia Helena Castro. *Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades*, 2002.

necessário retirar o que era considerado risco de salubridade da cidade, Pereira Passos desalojou casebres do centro da cidade que abrigavam trabalhadores de baixa renda, para pôr em prática o seu projeto de modernização da capital.

Algumas poucas pessoas foram realocadas nesse projeto. A maioria da população desalojada foi procurar abrigo nas áreas mais próximas, o que deu início à ocupação dos morros cariocas pela população de baixa renda por meio do que se conhece atualmente por favela. Mas este não foi o capítulo inicial da questão habitacional no Brasil, como se verá a seguir.

2.2 Histórico das Políticas Habitacionais no Brasil

2.2.1 As primeiras causas dos problemas habitacionais no Brasil: a abolição da escravidão e o início da urbanização das grandes cidades

A questão habitacional no Brasil, assim como no resto do mundo, está relacionada diretamente com o aumento do fluxo migratório para os grandes centros urbanos. Especificamente no caso brasileiro, esse *inchaço* urbano teve o seu início marcado pela abolição da escravatura. Muitos dos ex-escravos passaram a procurar oportunidades de empregos nas cidades e, conseqüentemente, intensificou-se a busca por moradias por parte desta camada da população, de renda muito baixa ou até nula.

As medidas adotadas pelo império brasileiro, durante o século XIX e antes da abolição da escravatura, e que demonstraram uma certa preocupação com as precárias condições no interior dos cortiços e das *cabeças-de-porco* foram: (a) a exigência de que a construção de novos cortiços deveria ser submetida à aprovação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a partir de 01 de agosto de 1855; e (b) a proibição da construção de novos cortiços na capital, a partir de 01 de setembro de 1876. Com essas medidas, o Império brasileiro apenas supervisionava a execução das novas construções.

Com a abolição da escravatura, em 1888, os problemas habitacionais relacionados às classes menos favorecidas começaram a ser debatidos pelo Império brasileiro, por duas razões principais. Primeiramente, porque, nesse momento, as

atividades comerciais passaram a ter mais importância no panorama econômico brasileiro, tendo em vista que o Brasil já fazia parte da rota comercial da principal economia mundial: a Inglaterra. Em segundo lugar, porque os ex-escravos, na sua maioria, partiram para os centros urbanos em uma tentativa de sobrevivência. Como consequência, houve um inchaço dos centros urbanos, o que agravou o problema de déficit habitacional para população de baixa renda no Brasil. Até então, não se discutia as questões habitacionais dos escravos nas casas-grandes, mesmo sabendo que eles viviam amontoados e em péssimas condições de salubridade. Na época da escravatura, a principal preocupação era apenas a de se ter um sistema de segurança que diminuísse o número de fugas dos escravos.

Se por um lado, com o final da escravidão, desapareceram as senzalas, por outro lado, houve o surgimento de habitações coletivas também de péssima qualidade de saúde, tais como, os cortiços e os mocambos, que poderiam ser chamadas de *senzalas urbanas*, conforme relatam FINEP (1985) e Freyre (2006):

Com a abolição e a conseqüente fuga da senzala para os aglomerados urbanos, surgiu a casa de taipa e palha, com a cobertura à maneira de chalé, de duas portas e uma janela, sendo uma de frente. Nem pior nem melhor do que a senzala, apenas o direito de viver livre em sua própria casa. A necessidade de atrair o braço livre para suas lavouras obrigou o senhor de engenho a modificar as suas senzalas, em parte, colocando porta no fundo das casas e janelas de frente a fim de dar ao trabalhador liberto as garantias que sua nova situação social determinava. Pouco a pouco, as senzalas vão sendo substituídas pelas chamadas vilas operárias. São casas construídas em grupos, de adobe, coberta de telha, atijoladas, com paredes com janelas rebocadas e caiadas, barradas a piche, com uma sala de frente e outra de jantar, um quarto, uma cozinha e armadores de rede.²³

Com a urbanização do país, ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o

23 FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.

*mesmo que entre brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas.*²⁴

2.2.2 Os cortiços, as cabeças-de-porco e os mocambos

A multiplicação dos cortiços e mocambos nos centros urbanos está diretamente ligada ao aumento do número de ex-escravos nas cidades, conforme já mencionado.



Figura 3: Típico cortiço no Rio de Janeiro do final século XIX.

Fonte: http://educaterra.terra.com.br/literatura/realnaturalismo/realnaturalismo_30.htm. Consultada em novembro de 2010.

Esse *boom* populacional teve seu ápice com o fim da escravidão, no final do Segundo Reinado. Essa nova classe social de ex-escravos pouco ou nada possuía de economias e passaram a submeter-se a trabalhos de baixa renda. Dessa maneira, pouco sobrava para a moradia e as opções viáveis eram os cortiços, cabeças-de-porco e mocambos.

Não eram somente os ex-escravos os habitantes dessas instalações. Os imigrantes que chegaram ao país foragidos da miséria em que viviam na Europa, tampouco possuíam muitos recursos financeiros e habitavam, assim, essas moradias. Homens, mulheres, crianças, todos viviam em condições péssimas e a mercê de doenças nessas precárias edificações. O escritor maranhense Aluísio Azevedo (1997), radicado no Rio de Janeiro, descreve o dia-a-dia de um cortiço carioca de forma primorosa em seu livro *O Cortiço*, publicado originalmente em 1890:

24 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, 2006.

À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeo foram varridos pela febre amarela e outros três italianos estiveram em risco de vida. O número dos hóspedes crescia, os casulos subdividiam-se em cubículos do tamanho de sepulturas, e as mulheres iam despejando crianças com uma regularidade de gado criador.²⁵

Os cortiços foram muito comuns no centro do Rio de Janeiro, uma vez que os casarões antigos que pertenciam a comerciantes foram sendo habitados por famílias que procuravam novas oportunidades na capital. Já os mocambos foram mais comuns no Nordeste, principalmente no Recife.

Os mocambos eram casas miseráveis, onde os ex-escravos passaram a viver após o fim da escravidão. De acordo com Freyre (2006) em sua obra *Sobrados e Mocambos*, a versão da casa-grande nas cidades foram os sobrados. Porém como os sobrados não tinham a senzala, parte da tradicional casa-grande, os mocambos eram as moradias dos ex-escravos, *a nova senzala urbana*. Os mocambos tinham a sua independência dos sobrados - diferente das senzalas - e eram onde vivia, de forma miserável, a nova população urbana desprovida de recursos financeiros.

Já sobre os cortiços, habitação tão presente no início do século XX, percebeu-se o seu crescente número nos centros urbanos brasileiros, principalmente na capital: Rio de Janeiro. Segundo Gonsales (2002), os cortiços caracterizavam-se por serem co-habitações involuntárias, onde havia o compartilhamento de uma habitação unifamiliar por várias famílias em razão de necessidade econômica.

A denominação *cabeça-de-porco* era sinônima de cortiço. Derivou de um dos cortiços mais famosos do Rio de Janeiro do século XIX, conhecido popularmente como o Cabeça-de-porco, eventualmente eliminado pela mão do Estado em uma de suas típicas ações “sanitizantes”.

Para os moradores, as vantagens de se viver em um cortiço eram a proximidade com as fábricas, a inserção nos centros das cidades e o relativo baixo-custo da habitação. Como os meios de transportes públicos nas cidades no início do século XX eram praticamente inexistentes - o que havia era o bonde de tração animal,

²⁵ AZEVEDO, Aluisio. *O cortiço*, 1997.

o trabalhador se via obrigado a morar perto de seu trabalho, convertendo o cortiço em uma opção conveniente.

Se, por um lado, a proximidade com o local de trabalho era essencial, os moradores de cortiços pagavam um “preço” bem alto por isso. Eles viviam em cubículos insalubres, dividindo áreas de banho, limpeza e cozinha. Eram um “amontoador” de pessoas, sem privacidade, em espaços pequenos e confinados. Comumente, tornavam-se vítimas de enfermidades.

Os donos dos cortiços, normalmente, eram comerciantes bem-sucedidos que descobriram nessa forma de moradia uma fonte de renda adicional. A procura por vagas nos cortiços era grande, não havendo necessidade de melhorias ou investimentos nessas casas por parte dos proprietários. Ao contrário, a situação piorava cada vez mais, os espaços ficavam cada vez menores e mais subdivididos entre os moradores, devido à intensa demanda.

Conviviam nos centros urbanos os palacetes dos Barões do café com casarões em péssimo estado de conservação, onde se instalavam os cortiços, não havendo segregação geográfica em bairros, conforme se observa atualmente. Um importante elemento motivador para o Governo agir contra esses cortiços foi a reclamação constante dos vizinhos ricos em relação às péssimas condições dos cortiços que começavam a incomodá-los. No entanto, as *bandeiras* das causas higiênicas, do fim da promiscuidade e da modernização dos centros urbanos também contribuíram para que os governantes, tanto dos países europeus quanto do Brasil, agissem de forma mais incisiva. Para isso, medidas de regulamentação das construções de cortiços, de proibição de construção de novos cortiços e até de retirada dos cortiços existentes foram implementadas por pressão das camadas privilegiadas.

Houve também interesse de empresários do setor imobiliário em eliminar os cortiços e desenvolver projetos de habitações coletivas higiênicas. Afinal de contas, os subsídios oferecidos pelo Governo eram atraentes, iam desde a isenção de impostos ao direito de desapropriação dos prédios e terrenos envolvidos nos novos projetos e até isenções de tarifas alfandegárias para importação de materiais de construção (VAZ, 1994).

Em paralelo, difundiam-se as novas teorias da modernidade, conforme os casos já mencionados de Paris e Barcelona.

O fim dos cortiços no Rio de Janeiro foi decretado no início do século XX e, para isso, o Estado tomou medidas que visavam à salubridade da cidade, à melhoria da imagem da capital, à modernização da cidade, e, finalmente, a agradar às elites abastadas e aos novos empresários da construção civil.

Porém, os *ex-encortiçados* precisavam de um lar. Nesse sentido, os governantes agiram indiretamente, na tentativa de agilizar as construções de casas operárias higiênicas. Se o problema tinha origem na instalação de fábricas, o pensamento reinante era de que elas deveriam resolver isso com estímulos do Estado. Essa foi uma atitude adotada tanto nos centros urbanos na Europa como no Brasil. Mas isso, infelizmente, não foi o suficiente para atender aos desabrigados, que por sua vez começaram a ocupação nos morros cariocas, na forma de favelas.

Por outro lado, a classe operária que vivia em vilas ou casas operárias estava se fortalecendo por meio de influência de idéias socialistas trazidas pelos imigrantes europeus. A consolidação da classe operária brasileira acabou por pressionar o Governo por uma solução mais efetiva para a questão da habitação popular. Como resultado dessa pressão, o Estado passou a agir diretamente na construção de vilas proletárias, no início do século XX. Porém, o número continuava insuficiente.

2.2.3 As medidas de contenção do início do século XX

2.2.3.1 A omissão do Governo na elaboração de políticas habitacionais

Como já discutido, as primeiras medidas introduzidas pelo Estado para mitigar a questão habitacional preconizavam o estímulo à construção privada de vilas operárias, modelo de solução implementado nas cidades européias. Tendo em vista que parte significativa do problema havia sido causada pela procura por oportunidades de emprego, nada mais “justo” que as próprias fábricas apresentem soluções ao problema, com apoio do Estado.

A Vila Operária Ruy Barbosa, construída pela iniciativa privada, com incentivos do Governo, em 1905, foi um dos primeiros empreendimentos do gênero implementados no Brasil. De acordo com o artigo de Lilian Vaz: *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro*, essa vila operária era constituída de 145 casas para famílias e 324 cômodos para celibatários, esses últimos com banheiros coletivos. Já demolida, ficava no centro da capital.

As propostas apresentadas para as vilas eram conservadoras em relação à separação das famílias, de modo a acabar com a promiscuidade gerada pelo *amontoado de gente* típico dos cortiços. Porém, para que tivessem custo mais baixo, era necessária a utilização de projetos com metragem quadrada bem reduzida, quase que iguais aos *cubículos* que os *encortiçados* estavam acostumados a viver, conforme o trecho transcrito de Vaz (1994), abaixo. E mesmo assim, essas casas eram muito mais caras que do que os moradores dos cortiços podiam pagar.

Nota-se nas propostas dos higienistas a influência dos modelos europeus que reportam às proposições dos socialistas utópicos. Apesar da ênfase nas condições técnicas e de higiene dos projetos, radicalmente opostas às das habitações coletivas existentes, a sua concepção enquanto organização de espaço de moradia pouco diferia delas, pois mantinha os cubículos (quartos para celibatários) e as instalações sanitárias e de serviço coletivas.²⁶

De acordo com Vaz (1994), a denominação *Vila Operária* não qualificava somente as casas construídas pelas fábricas para atender aos seus operários, também se incluíam as moradias executadas por empresários imobiliários para atender a demanda dos operários que viviam nas cidades.

26 VAZ, Lilian Fessler. *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro*, 1994.



Figura 4: *Entrada da Vila Operária Ruy Barbosa.*

Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2007/12/04/villa-ruy-barbosa-2/>. Consultada em novembro de 2010.

2.2.4 A modernização do centro do Rio de Janeiro

O então Presidente da República, Rodrigues Alves (1902 a 1906), aliado ao Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, e também ao médico sanitariano Oswaldo Cruz, liderou a reforma da capital.

Em um primeiro momento, houve a retirada de muitos cortiços para dar lugar ao projeto de uma capital mais moderna. Largas e belas avenidas foram abertas no lugar do centro insalubre. Essa era a base da nova imagem da capital brasileira, pronta para atrair investimentos e também a imigração estrangeira. Medidas sanitarianas, como a obrigatoriedade da vacinação, também foram implementadas.

A população removida não ficou satisfeita com as medidas dos governantes. Em primeiro lugar, porque a maior parte dos *encortiçados* retirados não receberam abrigo. Aqueles que o receberam foram obrigados a mudar para longe de seus trabalhos ou a submeter-se a viver em vilas operárias salubres, porém com alugueres com valores bem mais elevados do que estavam acostumados a pagar nos cortiços.

Em segundo lugar, por terem de aceitar a vacina obrigatória e as novas medidas higiênicas impostas. Em 1904, houve a Revolta da Vacina, que foi a maneira que a população mais carente encontrou para manifestar sua insatisfação com *as medidas modernas e sanitaristas* do Estado.



Figura 5: Charges sobre medidas sanitaristas no início do século XX.

Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/revolta-da-vacina/revolta-da-vacina-1.php>. Consultada em novembro de 2010.



Figura 6: Charge sobre Revolta da Vacina.

Fonte: <http://pvsgo2010.blogspot.com/2010/10/artigo-complementar-republica-velha.html>. Consultada em novembro de 2010.

2.2.5 A construção de novas, embora insuficientes, moradias

O então Prefeito do Rio de Janeiro e engenheiro, Pereira Passos, realizou a retirada de cerca de 3 mil cortiços e outros tipos de estalagens “insalubres” durante a execução do projeto de modernização da capital (FINEP, 1985). Foram abertas grandes ruas e avenidas, tal como a Avenida Central²⁷, para que a capital perdesse a imagem de *suja* e ganhasse os *ares parisienses* da modernização tão almejada.

Se, por um lado, a modernização da cidade implicou desalojar milhares de famílias de trabalhadores, por outro houve melhorias na infra-estrutura urbana. Melhor dizendo, houve o início da abertura de redes de saneamento básico e também a modernização no setor de transporte público da capital. Até então, o *trabalho sujo*, a retirada dos dejetos humanos, era realizada pelos *tigres*, ex-escravos que utilizavam máscaras e carregavam os barris com os excrementos dos moradores, e despejavam esses dejetos nas praias ou nos rios mais próximos (VERÍSSIMO e BITTAR, 1999).

Para amenizar o descontentamento da população desalojada, em 1906, o Prefeito Pereira Passos empreendeu a primeira ação direta do Governo na área de habitação popular: a construção de um conjunto habitacional para alojar 120 famílias de operários na Avenida Salvador de Sá (FINEP, 1985). Essa foi a primeira construção de habitações para o proletariado coordenada pelo Governo. Nas palavras de Pereira Passos:

*E desse modo fiz atingir laboriosa classe operária os benefícios a que ela tem direito, dando solução ao importante problema de garantir, ao proletariado, habitação higiênica e barata e tornando-o, no fim de determinado prazo, proprietário do lar que ocupa.*²⁸

²⁷ Hoje a Avenida Rio Branco.

²⁸ FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.



Figura 7: Atual foto da Vila Operária na avenida Salvador de Sá.

Fonte: <http://extra.globo.com/economia/materias/2009/05/09/projeto-da-prefeitura-do-rio-para-vila-operaria-salvador-de-sa-recebido-com-desconfianca-pelos-moradores-755794948.asp> . Consultada em novembro de 2010.

Vale destacar que a Vila Operária da Avenida Salvador de Sá, localizada na Cidade Nova, centro do Rio de Janeiro, foi tombada em 1985. Algumas tentativas de manutenção desse patrimônio histórico foram implementadas, porém, a mais atual é a inclusão da recuperação dessas casas no projeto *Minha Casa, Minha Vida*.

Segundo André Nunes de Azevedo, no artigo publicado na Revista Rio de Janeiro (2003), *A reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*, dois outros projetos para a população de baixa renda teriam sido elaborados por Pereira Passos:

*A prefeitura deu início também ao processo de construção de uma segunda vila operária na região sul da cidade, onde havia comprado um terreno junto à praça da Glória, local também próximo do centro urbano, ao qual se ligava pela recém-inaugurada Avenida Beira-Mar. Da mesma forma, iniciou um terceiro empreendimento de habitação operária na Rua São Leopoldo, nas proximidades da Avenida Salvador de Sá.*²⁹

Ainda de acordo com Azevedo (2003), a intenção da modernização da capital não era elitista, como pode parecer em um primeiro momento, mas sim, visava à integração dos moradores (classe operária e burguesia). Porém, esse projeto tomava como base os modelos europeus de integração e higienização, como a criação de vilas

29 AZEVEDO, André Nunes de. *A reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*, 2003.

operárias higienizadas, criação de largas e amplas vias, proibição de costumes não-considerados higiênicos (proibição de cuspir nas vias, vender carnes cruas, entre outros), melhoria de meios de transportes públicos, implementação de vida cultural (criação de teatros), criação de redes de esgoto e água, conforme transcrição abaixo:

*Desta forma, a reforma Passos não buscou excluir a presença das camadas populares do centro, mas integrá-las de maneira conservadora, ou seja, estimulando a participação destas no centro urbano a partir de sua adesão a uma visão de mundo e, por conseguinte, comportamento burguês europeu.*³⁰

Azevedo (2003) apresenta a formação em escola européia de Pereira Passos, que também estudou Economia Política no *Collège de France* de Paris, em 1880, para justificar o porquê da escolha de se tentar fazer uma Paris nos trópicos:

Assim, podemos afirmar que em sua ação reformadora o prefeito expressou uma visão de integração típica de determinados setores da elite européia – perplexos diante do fenômeno do crescimento da classe operária – que, a partir de uma visão de mundo aristocrática, pensaram em “eivar espiritualmente o operariado”, possibilitando o seu convívio com as elites urbanas das grandes cidades através de sua adesão à visão de mundo destas, o que se daria pelo controle governamental da civilidade urbana, pelas melhorias no espaço público e pelo fomento ao sentimento estético e cultural na cidade, além da educação escolar da população.

Longe de empreender uma intervenção urbana com o fim de isolar as camadas populares do centro da cidade, o organicismo da reforma urbana de Pereira Passos pensou em aproximar e atrair o operariado ao centro do Rio de Janeiro, a fim de que este, inserto em uma ética burguesa na utilização do espaço público, disseminasse a urbanidade desejada pelo prefeito para além dos limites do centro urbano.

*Assim, podemos afirmar que Pereira Passos pensou em um projeto de integração urbana, um projeto de integração conservadora.*³¹

30 AZEVEDO, André Nunes de. *A reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*, 2003.

31 AZEVEDO, André Nunes de. *A reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*, 2003.

O Governo de Hermes da Fonseca (1910 a 1914) também foi notório na área de políticas habitacionais. Durante seu mandato, foram iniciadas a construção de importantes vilas operárias, contemplando as zonas sul, norte e oeste. Na zona sul, foi elaborado o projeto da Vila Orsina da Fonseca, localizado no bairro da Gávea, ao lado do Jardim Botânico. O objetivo era atender aos trabalhadores de três grandes fábricas existentes no bairro. O segundo projeto era localizado em Manguinhos, na zona oeste do Rio de Janeiro, e era atendido tanto pela via férrea quanto por bondes. A sua localização era próxima à zona portuária da cidade, a qual havia passado por um recente projeto de modernização. O terceiro e mais grandioso projeto do Marechal Hermes foi o que deu seu nome ao atual bairro carioca da zona norte da cidade. Esse era um verdadeiro projeto habitacional, pois previa, além da moradia para 5.000 pessoas, escolas, creches, posto de saúde, maternidade e transporte público. Este projeto habitacional era atendido pela estrada de Ferro Central do Brasil.

Essas obras de Marechal Hermes são descritas no artigo publicado na *Revista Eletrônica de Geografía Y Ciencias Sociales* da Universidade de Barcelona, publicado em 1 de agosto de 2010, denominado *Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista*, escrito por Néelson Nóbrega Fernandes e Alfredo César Tavares de Oliveira. Os autores atribuem a esse governante a iniciativa direta de maior importância sobre habitação popular, conforme transcrição abaixo:

*Diferente dessa perspectiva tradicional, nós entendemos que estão nas Vilas de Hermes as origens da intervenção do Estado na habitação social no Brasil; as ações de Hermes neste campo são distintas daquelas de Passos, e a tomamos como um prenúncio, uma espécie de antecipação do que veio a suceder com a habitação no período Vargas.*³²

32 FERNANDES, Néelson Nóbrega ; TAVARES, Alfredo César. *Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista*, 2010.



Figura 8: fachada da escola da Vila Proletária Marechal Hermes.

Fonte: http://etevm.g12.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&catid=43:current-users&id=110:joomla-security-strike-team&Itemid=75. Consultada em novembro de 2010.

Enquanto isso, em São Paulo, em 1917, foi fundada a Vila Maria Zélia, no bairro do Belém, para atender aos funcionários da fábrica têxtil de Jorge Luis Street, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ). Essa obra foi realizada pela iniciativa privada entre 1911 e 1917, com incentivos do Governo Federal, e também se destacou por ser um grandioso projeto habitacional na época, prevendo atender 2.100 funcionárias da fábrica. Posteriormente, passou para outras empresas e, após seu tombamento, em 1992, tornou-se patrimônio histórico de São Paulo.



Figura 9: casa na Vila Maria Zélia.

Figura 10: capela na Vila Maria Zélia.

Figura 11: casa na Vila Maria Zélia.

Fonte: <http://www.vilamariazelia.com.br/fotosvilamariazelia/album/VILAMARIAZELIA.html>. Consultada em novembro de 2010.

Com a retirada das moradias insalubres dos centros urbanos e a reposição de um pequeno número por novas casas higiênicas, muitos trabalhadores começaram a construir suas casas nas favelas, principalmente na então capital Rio de Janeiro. Eram

famílias sem abrigo e que precisavam se manter próximas aos seus trabalhos, normalmente no centro da cidade.

Em 1927, foi lançado o Plano Agache pelo presidente Washington Luís (1926-1930), que consistia em um projeto urbanístico com a intenção de remodelar, modernizar e também retirar as primeiras ocupações populares nos morros da capital, ou seja, as favelas (FINEP, 1985). A política é ilustrativa de mais uma tentativa de retirada das famílias que viviam em casas consideradas *fora do padrão*.

De acordo com a obra *Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental*, realizada pela FINEP, as seguintes normativas voltadas para a questão da habitação popular, no início do século XX, podem ser destacadas, entre outras:

- a. decreto nº 843, de 11 de outubro de 1890 (BR): concessão ao Banco de Operários os favores do Decreto nº3151 (09/12/1882), referente à construção de edifícios para habitação de operários e classes pobres, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes;
- b. decreto s/nº, de 01 de setembro de 1892 (BR): estabelecendo regulamento para administração de políticas e regime interno das habitações destinadas aos operários e classe pobre, que deveriam ser construídas pela Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro;
- c. decreto s/nº, de 26 de janeiro de 1893 (RJ/DF): determinando a retirada dos cortiços da capital;
- d. resolução nº216, de 01 de dezembro de 1900 (RJ/Petrópolis): Código de Posturas; artigo 20, isentando de impostos as casas e vilas operárias;
- e. resolução s/nº, de 10 de fevereiro de 1903 (RJ/DF): proibição de obras relacionadas a melhorias de cortiços no Rio de Janeiro;
- f. decreto nº 1.042, de 18 de julho de 1905 (RJ/DF): autorização para o prefeito utilizar os terrenos que sobraram com a obra da Avenida Salvador de Sá para construção de casas operárias;

- g. lei nº 1.098, de 08 de julho de 1908 (SP/São Paulo): incentivo a quem construir casas operárias;
- h. decreto nº 2.407, de 18 de janeiro de 1911 (BR): incentivo às associações que quisessem construir casas proletariadas (casas de aluguel);
- i. decreto nº 11.554, de 22 de abril de 1915 (BR): o Ministério da Fazenda abre créditos relacionados a custeio e administração de vilas operárias;
- j. 1920 (RJ/BR): remoção de favelas dos morros da Providência, Santo Antônio e Gávea-Leblon;
- k. decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923 (BR): Lei Eloy Chaves - cria para as estradas de ferro do país uma Caixa de Aposentadorias e Pensões aos seus funcionários;
- l. 1926 (RJ/DF/004): união do departamento de Saúde Pública e Ministério da Justiça na tentativa de encontrar soluções para a crise habitacional no país;
- m. decreto nº 5.109, de 20 de dezembro de 1926 (BR): a lei Eloy Chaves passa a se estender também às empresas de navegação, marítimas e fluviais e também às de exploração portuária);

2.3 Vargas e os projetos habitacionais para população de baixa renda: Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPIs);

À medida que a classe operária adquiria força, ela exigia medidas relacionadas às melhorias no setor trabalhista e habitacional. Durante a República Nova e também o Estado Novo, as melhorias no setor habitacional para a população de baixa renda tiveram grande avanço. Foram executadas medidas mais consistentes em relação ao setor habitacional e, portanto, a classe operária se viu satisfeita, conforme transcrição abaixo (GOMES in NASCIMENTO; BOTAS, 2009):

A habitação era parte integrante do modelo estadonovista de criação do trabalhador. Partindo da idéia de que não havia um povo antes de sua ação, o Estado Novo forja o “verdadeiro” trabalhador, apagando vestígios das práticas culturais diferenciadas e reforçando os ideais de unidade, coesão e poder coletivo. As reais virtudes do povo brasileiro, bem guardadas durante anos, escondiam os valores de nossa nacionalidade e poderiam emanar, caso fossem satisfeitas suas necessidades. Fazia-se necessário “restaurar” a sociedade brasileira, retirando-a do seu estágio de natureza, mediante a organização do poder político. O pobre urbano não era mais o alvo das ações policiais e repressivas, tão comuns no cenário da República Velha. A partir de 1935 a questão social definia-se como uma questão política.³³

Com Getúlio Vargas no poder, grandes avanços na área trabalhista foram conquistados: a regularização de férias e do horário de trabalho, a criação do Ministério do Trabalho, Indústrias e Comércio (1931), e, principalmente, a sindicalização da classe. Também a questão habitacional foi objeto da atenção do Estado. Para tratar do tema, as Caixas de Aposentadoria e Pensões³⁴ foram autorizadas a financiar casas ao proletariado, além de reduzir o valor dos aluguéis das casas populares.

Em 1933, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que aos poucos foram substituindo as Caixas de Aposentadoria e Pensões. Porém, de acordo com o Inventário produzido pelo FINEP (1985), a atuação dos IAPs é melhor percebida a partir da década de 1940.

A produção de casas para população de baixa renda ainda estava muito abaixo da expectativa, mas o novo Governo mostrou-se um aliado das causas do povo. Apesar do baixo número de novas unidades, as facilidades para o financiamento das casas pelos IAPs e pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões foram aumentando gradativamente. Na República Nova, o Estado realmente assumiu que o problema habitacional das classes populares era de sua responsabilidade, e que necessitava de ações diretas e urgentes dos governantes.

33 GOMES in NASCIMENTO, Flávia Brito do; BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. *O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade*, 2009.

34 As Caixas de Aposentadoria e Pensões foi criada em 1923 e correspondia a um regime de previdência. Por meio delas, os empregados das empresas ferroviárias, junto com seus familiares, tinham direito à assistência médica, a remédios subsidiados, à aposentadorias e à pensões.

Os IAPs, com apoio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPIs), estes últimos criados em 1936, favoreceram os projetos de habitações multifamiliares, em detrimento de casas isoladas e unifamiliares. Isso ocorreu devido, principalmente, ao custo menor dos conjuntos habitacionais comparados às casas isoladas (FINEP, 1985). A preocupação com a redução dos custos na execução dos projetos habitacionais populares era positiva para o Governo e também para o morador, conforme trecho transcrito abaixo da FINEP (1985):

*A preferência pela moradia em edifícios coletivos resulta, assim, naturalmente, do estudo econômico do plano de inversões, como um dos processos de obtenção de residências a baixo custo, acessível a grandes massas associadas.*³⁵

Outra mudança nos projetos habitacionais financiados pelos IAPs e pelos IAPIs, nessa mesma época, foi a adoção de princípios da arquitetura modernistas. Muitos arquitetos modernistas brasileiros de renome passaram a assinar os projetos dessas novas edificações.

Construir conjuntos habitacionais baseados nos princípios da nova arquitetura passou a ser uma forma de ter reconhecimento profissional, tanto no Brasil quanto internacionalmente. A idéia da arquitetura moderna se enquadrava perfeitamente com o sistema de construção das casas:

*Os arquitetos modernos conseguiram introduzir a estética sem ornamentações dos conjuntos habitacionais como símbolo de progresso e desenvolvimento. Nos projetos estavam subentendidos novos modos de vida. Esta transposição entre o que era almejado pelo imaginário da população a respeito da habitação ideal e as propostas realizadas - desvinculadas de qualquer tradicionalismo - estavam no cerne da questão do movimento moderno. Muitas das inovações propostas vinculavam os conjuntos habitacionais à modernidade e ao progresso.*³⁶

Entre alguns projetos dos IAPIs dessa época, merecem ser citados o Conjunto Várzea do Carmo (SP) e o Conjunto Residencial da Penha (RJ).

³⁵ FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.

³⁶ MENEGHELLO, Isabela Belém. *Conjunto Habitacional da Várzea do Carmo: do projeto ideal ao conjunto real*, 2009.

O Conjunto Várzea do Carmo foi construído em São Paulo, próximo ao centro, em 1942, pelo programa habitacional dos IAPIs. Esse conjunto foi projetado pelos arquitetos Atílio Corrêa Lima, Hélio Uchôa Cavalcanti, José Theodulo da Silva e pelo engenheiro Alberto de Mello Flôres.

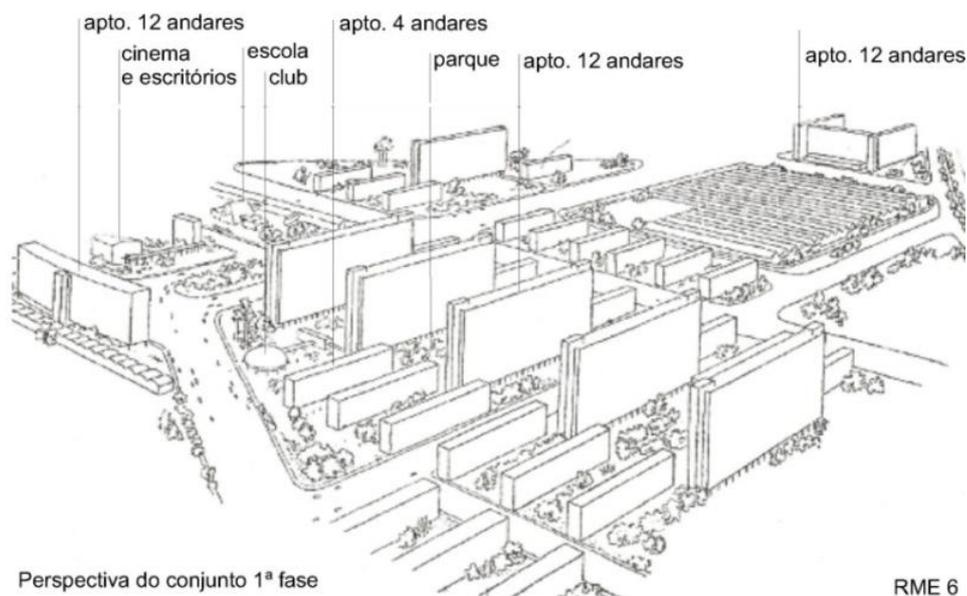


Figura 12: Perspectiva do Projeto original do Conjunto Várzea do Carmo.

Fonte: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/082.pdf>. Consultada em dezembro de 2010.

O projeto original do conjunto Várzea do Carmo era grandioso. A idéia inicial era de que o conjunto habitacional pudesse receber um alto número de moradores, que seriam inseridos em uma espécie de bairro, pois dentro do conjunto seriam dispostos todos os serviços necessários aos moradores (escola, creche, posto de saúde, cursos profissionalizantes, comércio, entre outros). O projeto priorizava as áreas coletivas, como áreas de integração dos moradores, algo que com o passar do tempo não funcionou conforme previsto (MENEGHELLO, 2009):

Equipamentos como escola, creche, clube, restaurante, cinema, hotel, posto de gasolina, estação rodoviária, comércio, e serviços gerais, eram pulverizados pelo conjunto, e se diferenciavam dos edifícios habitacionais pela escala e pelas formas diretamente relacionadas com os programas, com o uso de cascas, prismas. (...). Além da diversidade de programa estavam previstos serviços de abastecimento de água potável, rede de esgoto e energia

elétrica, que proveriam autonomia do conjunto em relação ao entorno.

(...)

É evidente que a qualificação do espaço que se pretendia contava com a boa manutenção do conjunto e com o apoio do Estado para garantir segurança assim como um bom nível de vida para seus habitantes, mas o que se configurou ao longo do tempo difere da espacialidade almejada.³⁷

De acordo com a análise feita por Meneghello no artigo *Conjunto Habitacional da Várzea do Carmo: do projeto ideal ao conjunto real*, o uso atual está bem diferente daquele imaginado pelo grupo de arquitetos que o concebeu e, ainda de acordo com essa autora, apenas 10% do que foi projetado foi efetivamente construído.

Houve uma tentativa de introdução de novos valores habitacionais, baseados na arquitetura modernista, que foram ignorados ou rejeitados pelos moradores do conjunto habitacional, que preferiram manter costumes mais conservadores. Também houve o problema de manutenção das habitações, tanto por parte do Governo quanto pelos moradores.

³⁷ MENEGHELLO, Isabela Belém. *Conjunto Habitacional da Várzea do Carmo: do projeto ideal ao conjunto real*, 2009.



Figura 13: Fotos da atual situação do Conjunto Várzea do Carmo.

Fonte: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/082.pdf>. Consultada em dezembro de 2010.

No Rio de Janeiro, pode-se citar o Conjunto Habitacional da Penha como exemplo de construção de iniciativa do IAPI, da década de 1930. De acordo com Nascimento e Botas (2009), no artigo *O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade*, o projeto inicial desse conjunto foi feito no final da década de 30 pelo escritório dos Irmãos Roberto, porém o projeto executado foi elaborado pelos profissionais do IAPI, entre 1947 e 1949.

Para o IAPI, já na segunda metade da década de 1940, o refinamento arquitetônico presente no projeto dos irmãos Roberto não respondia às necessidades de construir mais, no menor período de tempo possível. Na avaliação dos técnicos do Instituto, não havia razão para deixar à mostra a estrutura dominó, e o telhado em duas águas respondia mais objetivamente aos propósitos estabelecidos. O bloco residencial que se reproduz para formar o conjunto residencial da Penha faz parte de uma linha tênue da produção habitacional no Brasil, que separa uma arquitetura de exceção que se imaginou passível de reprodução, de uma produção massiva e pragmática, calcada na economia e racionalização a todo custo, na qual as preocupações com os

limites da padronização presentes na concepção do IAPI foram abandonadas.³⁸

O projeto implementado não foi o do Escritório dos Irmãos Roberto e sim o elaborado por profissionais do IAPI, basicamente por ser mais econômico do que o primeiro. Representou o início de uma nova metodologia de construção adotada pelos IAPIs e, posteriormente, pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), alguns anos depois.

A organização da planta da unidade residencial tipo, o edifício reproduzido em série e a inserção urbana do Conjunto da Penha representam, de maneira geral, uma importante parcela dos conjuntos empreendidos pelo IAPI a partir do final da década de 1940. Como no caso de outros empreendimentos, é presente a preocupação de implantar a habitação onde houvesse fácil acesso à cidade já constituída.³⁹



Figura 14: Conjunto Residencial da Penha, projeto IAPI.

Fonte: http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1434&sid=5. Consultada em dezembro de 2010.

O fato é que os princípios modernistas da década de 30 influenciaram a maneira de se construir. A cidade precisava se modernizar e os arquitetos e urbanistas dessa época adotaram esse lema, inclusive nos projetos de habitação popular. Em um primeiro momento, assim como foi visto no projeto original da Vila do Carmo e

38 NASCIMENTO, Flávia Brito do; BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. *O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade*, 2009.

39 NASCIMENTO, Flávia Brito do; BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. *O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade*, 2009.

também no primeiro projeto para o Conjunto Habitacional da Penha (elaborado pelo escritório Irmãos Roberto), percebe-se que houve a intenção de se fazer uma nova construção com os princípios da arquitetura moderna que pudesse ser *reproduzida*, no todo ou em parte, ou mesmo servir de *fonte de inspiração* a novos projetos.

Porém, esses projetos de viés modernista não eram simplesmente manifestações de arquitetura, na medida em que deveriam inculcar nos moradores uma nova consciência de como se viver. Exigiam, ademais, o financiamento público de elevadas despesas de administração e manutenção.

O Governo percebeu que eram bons projetos, muitas vezes premiados e reconhecidos internacionalmente. Porém, eram caros e muitas vezes de difícil execução na sua totalidade. Com a decisão do corpo técnico dos IAPIs de se adotar um projeto mais simples para a execução do Conjunto Residencial da Penha, fica evidente que foi uma necessidade priorizar o enquadramento dos projetos habitacionais da *cidade moderna* aos padrões reais de construção do Governo.

Assim, as premissas do Estado implicavam rápida construção, fácil manutenção, simples reprodução e, principalmente, baixo custo. De acordo com Nascimento e Botas (2009), fica clara a intenção de construir conjuntos habitacionais que se coadunassem com as realidades do Estado, conforme o texto transcrito abaixo:

A definição das células de habitação depende, obviamente, de fatores peculiares a cada conjunto (nível de salário, família-tipo etc.). Os projetos devem ser padronizados, tanto quanto o permitirem as condições do meio, objetivando sempre economia em todos os pontos não essenciais ao dimensionamento da habitação, de modo a tornar o valor construtivo compatível com os salários médios locais. (...)

Ao ser elaborado o projeto do conjunto residencial da Penha, foi estudada uma unidade de sala e 3 quartos (tipo PE2) que, com pequenas variantes, passou a ser usada em larga escala, tendo sido empregada nos conjuntos de Terra Nova, Del Castilho (1a parte) e Bangu, no Distrito Federal, e Vila Teresa, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.⁴⁰

40 IAPI (150:292) in I NASCIMENTO, Flávia Brito do; BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. *O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade*, 2009.

Essa mudança no pensamento introduzida pelos IAPIs e IAPs foi transferida para o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964. Havia, então, urgência de construir e os governantes dessa época estavam tentados a satisfazer as necessidades populares. Os projetos *padronizados* pareciam ser a solução ideal para se agradar a todos.

Ressalte-se, todavia, que as facilidades proporcionadas pelos IAPs e pelas Caixas não atendiam à população miserável, e seguiu aumentando o número de moradias miseráveis nos morros cariocas. As primeiras medidas do Estado referentes às favelas cariocas foram muito parecidas com àquelas tomadas no início do século XX para a exterminação dos cortiços. Em um primeiro momento, tentou-se impedir melhorias nas moradias existentes nas favelas, proibiu-se a construção de mais casas e, posteriormente, tentou-se a extinção daquelas já existentes.

Em 1937, houve um importante ganho no setor da construção com o surgimento do Código de Obras do Rio de Janeiro (Decreto nº 6.000/37). Esse instrumento legal é utilizado, com suas devidas atualizações, até os dias atuais e foi modelo para governantes de outros Estados do país. O Código de Obras do Rio de Janeiro, de acordo com o Inventário do FINEP (1985), sugeria explicitamente a retirada das favelas cariocas e a conversão dessas moradias miseráveis em casas produzidas pelos programas do Governo para essa população. O trecho abaixo, reflete essa assertiva:

Observa-se que a ação governamental se alimenta da esperança de que o problema será resolvido através da repressão desses movimentos espontâneos (PE./Dec.nº268 de 24 de janeiro de 1934) e da criação de dispositivos paternalistas do tipo isenção de impostos às casas de construção modesta pertencentes a pessoas pobres (PE./Ato nº895 de 17 de junho de 1931 e BR./Dec. nº22708, de 12 de maio de 1933)⁴¹

Durante o Estado Novo, a atuação dos IAPI's cresceu muito e, como consequência, a produção de casas também aumentou bastante. A atuação do Governo também esteve marcada pela tentativa de exterminar as favelas na capital e pela eliminação dos mocambos em Pernambuco.

41 FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.

O que se percebe é que, até esse momento, as políticas habitacionais estavam mais voltadas para os trabalhadores das fábricas e indústrias. Contudo, os moradores mais *marginalizados* das favelas não se enquadravam naquele grupo de beneficiados pelos IAPIs e Caixas. Diante disso, o Governo passou a ter uma visão de que os *marginalizados* das favelas cariocas poderiam oferecer perigo ao controle populacional da capital e, por isso, surgiram as primeiras políticas habitacionais voltadas aos *favelados*. Elas assumem a forma de Parques Proletariados Provisórios, cuja principal característica era o controle por meio de administração rigorosa.

A idéia inicial do Governo era a de levantar os Parques Proletários Provisórios, retirar as famílias da *marginalização* das favelas e, ao mesmo tempo, ganhar a confiança desses moradores. Como o nome *provisório* já diz, o projeto almejava atender essa população no período em que se erigiam casas populares de melhor estrutura, de caráter *permanente*, principalmente na Zona Oeste da cidade. Assim sendo, a idéia do Governo era exterminar, aos poucos, as favelas da paisagem urbana do Rio.

O importante é que o Governo da capital ganhou a confiança da população na execução do Programa dos Parques Proletariados Provisórios, sensibilizando tanto as elites quanto as classes menos favorecidas. Nesse período, houve a real esperança de se extinguir as favelas. Ainda que obviamente não tenham atingido seu objetivo, o programa significou um primeiro passo concreto do Governo no sentido de dar uma alternativa à população mais pobre.

De acordo com o inventário do FINEP (1985), algumas erradicações de favelas foram, de fato, conduzidas pelo Governo nesse período. Os Parques Proletários Provisórios faziam parte do programa de retirada de moradores das favelas para casas consideradas mais higiênicas e esses parques eram também atendidos por postos de saúde, escolas, creches e cursos profissionalizantes. Foram criados três Parques Proletários Provisórios na década de 40: o primeiro, na Gávea, o segundo, no Caju, e o terceiro, no Leblon. Seguem abaixo, reflexões a respeito dos Parques Proletários pela FINEP (1985) e por Monteiro (2004), respectivamente:

A partir de 1940, a Prefeitura do Distrito Federal (RJ) intensifica um programa de erradicação de favelas, criando os Parques Proletários numa visão autocrática de reeducar, reajustar, e

*recuperar o morador, integrando-o novamente na sociedade como elemento útil e produtivo*⁴²

*Os parques proletários foram a primeira política habitacional do Governo para a população de baixa renda. Mas, na verdade, foi mais do que apenas uma política habitacional, foi uma política de controle de uma parcela da população que estava muito solta e precisava ser neutralizada. Essa idéia casava muito bem com a proposta do Getúlio (Vargas, presidente da República de 1930/45 e 1951/54) de moldar a população com o 'ethos' do trabalho.*⁴³

Inaugurado em 1940, na Gávea, o Parque Proletariado Provisório ou Parque n° 1, abrigava 700 unidades. Foram retirados parte dos *barracos* da Favela da Praia do Pinto, cujos moradores foram reinstalados nesse projeto. Já no final da década de 50, teve início o programa de remoção desses moradores e a sua recolocação em programas permanentes de habitação, localizados na zona oeste (em Cascadura, na Cidade de Deus, Cordovil, na Vila Kennedy, entre outros), uma vez que esses parques tinham um caráter provisório.

Em 1970, o Parque Proletariado Provisório da Gávea foi integralmente desativado e derrubado. Nessa época, o parque já havia perdido as suas características iniciais, assemelhando-se a uma favela. Atualmente, no terreno do parque Proletariado da Gávea localiza-se a PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Próximo ao local original do Parque Proletariado Provisório da Gávea, implementou-se, em 1952, o grande projeto para habitação popular de Affonso Eduardo Reidy: o Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente.

42 FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.

43 MONTEIRO, Marcelo. *Morrendo na praia*, 2004.

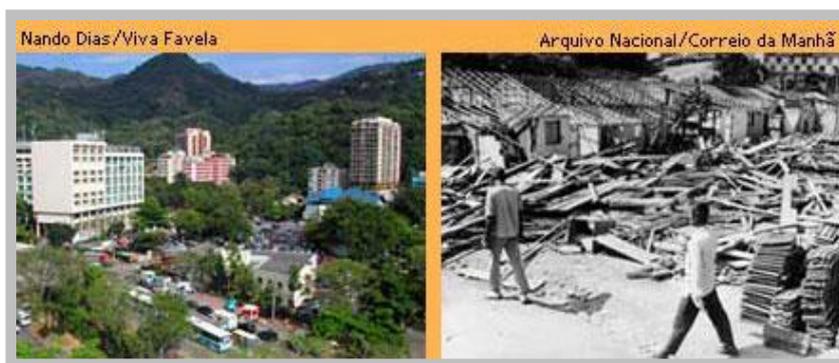


Figura 15: Atual situação do terreno onde foi executado o Parque Proletariado nº1 (PUC – RJ) e a derrubada das casas na década de 50.

Fonte: http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from_info_index=11&sid=. Consultada em dezembro de 2010.

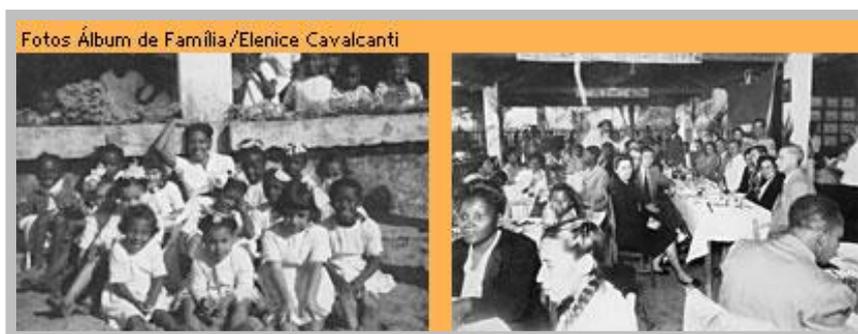


Figura 16: Creche e Salão de Festas do Parque Proletariado Provisório nº1.

Fonte: http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from_info_index=11&sid=. Consultada em dezembro de 2010.

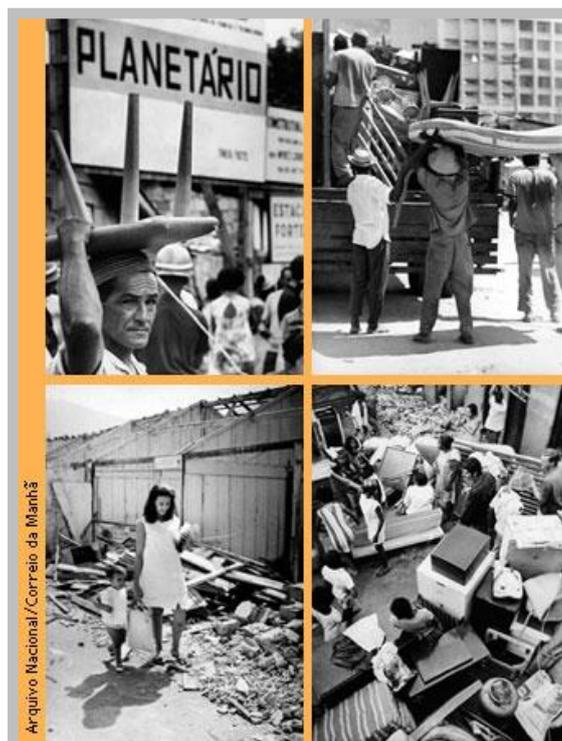


Figura 17: a derrubada do Parque Proletariado Provisório nº1, em 1970.

Fonte: http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from_info_in dex=11&sid=. Consultada em dezembro de 2010.

O Parque Proletariado Provisório do Caju (ou Projeto nº2), construído em 1942 para atender aos moradores retirados da favela do morro do Livramento, também incluiu 700 unidades. Já o Parque Proletariado do Leblon (ou Projeto nº3) atendeu parte das famílias retiradas da favela da Praia do Pinto (do Leblon), e foi inaugurado em 1944. Ambos foram desativados até a década de 70.



Figura 18: Parque Proletariado Provisório nº3 (Leblon) e o projeto posterior de prédios de classe alta.

Fonte: http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from_info_in dex=11&sid=. Consultada em dezembro de 2010.

De acordo com Monteiro (2004), a satisfação das pessoas que receberam as casas desses três Projetos era muito alta. Inicialmente, a infra-estrutura dessas habitações funcionava muito bem, pois havia uma organização administrativa muito severa. Porém, com o passar do tempo e devido também às condições provisórias das casas, que eram feitas de madeira, a situação mudou e, à época do Censo de 1950, os três Parques Proletariados Provisórios já estavam descaracterizados.

Ainda de acordo com Monteiro (2004), as casas eram muito simples: feitas em madeira e com cobertura de telha vã. Os banheiros e os tanques eram coletivos. No entanto, o que gerava alto grau de satisfação dos moradores, além da idéia de se morar em uma casa higiênica, era também a oferta de serviços, tais como, escolas e postos de saúde, aos quais esses ex-moradores de favelas não tinham acesso anteriormente.

Dignas de nota foram as medidas “educativas” implementadas para *preparar* esses moradores, *ex-favelados*, a morar nas novas casas. Tais atividades ficavam a cargo dos funcionários do “Serviço Social”, por meio de visitas e inspeções de assistentes sociais. No próximo capítulo, será detalhada essa tentativa de doutrinação do homem a sua nova casa *moderna*.

Assim como ocorreu nos conjuntos habitacionais realizados pelos IAPIs, a manutenção e administração dos Parques Proletariados Provisórios eram de responsabilidade do Estado.

2.4 As medidas que antecederam ao BNH

Antes de passar a abordar os projetos elaborados e executados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), é importante que seja destacado o papel da Fundação Casa Popular e de outras entidades criadas para atender as questões habitacionais do país.

Em 1946, foi criada a Fundação Casa Popular, por meio do Decreto-lei nº 9.218, de 01/05/1946. Esse órgão, criado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi a maneira encontrada de dar seguimento às políticas habitacionais do Governo anterior que tanto agradaram à classe popular brasileira. A intenção era a de centralizar as políticas habitacionais, que até o momento eram dispersas, e dessa maneira facilitar a gestão. Infelizmente, os programas elaborados pela Fundação Casa Popular pouco lograram em benefício da população de baixa renda. De acordo com o inventário do

FINEP (1985), as ações de responsabilidade desse órgão eram amplas e seus recursos, reduzidos, de forma que, em pouco tempo, o órgão foi extinto por completo, já em 1960.

Em paralelo à criação da Fundação Casa Popular, o Governo deu continuidade também às políticas mais severas de erradicar as favelas, que não paravam de crescer em número de moradores. Foram editadas várias medidas para tentar proibir melhorias em favelas existentes e com a intenção de proibir o surgimento de novas favelas.

Uma medida que merece destaque foi a união do Governo com a Igreja Católica na tentativa de atender à população mais carente. A construção da Cruzada São Sebastião tornou-se possível por meio da Lei nº 2.875, de 19/09/1946, também denominada *Lei das Favelas*. Em 1955, a Cruzada São Sebastião foi construída pela Igreja Católica, no bairro do Leblon, zona sul da capital, para retirar famílias de favelas e abrigá-las em habitações higiênicas. Apesar do projeto ser bem simples, a aceitação desse conjunto habitacional foi positiva pelos moradores e as edificações sobrevivem até os dias atuais abrigando população de baixa renda.

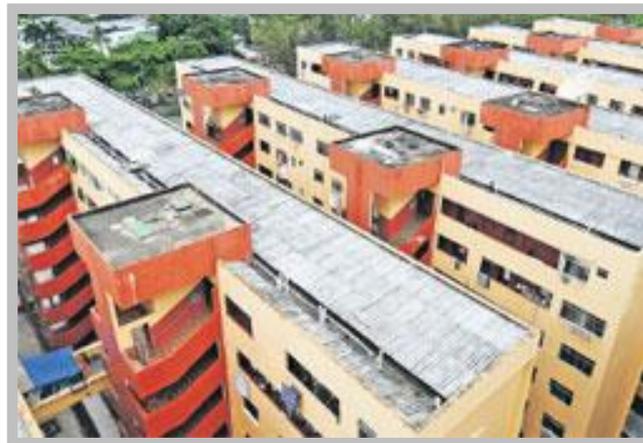


Figura 19: Cruzada São Sebastião.

Fonte: http://www2.uol.com.br/JC/sites/sementesdodom/dom_da_providencia.html. Consultada em dezembro de 2010.

Outros projetos habitacionais foram realizados nessa época e merecem destaque, tais como: o Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes (conhecido como Pedregulho) e o Conjunto Habitacional da Gávea. Ambos foram construídos pelo Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal (DHP da

PDF) e seus projetos, que foram destaques internacionais, foram idealizados pelo renomado arquiteto Affonso Eduardo Reidy.

O Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) foi construído, em 1952, para abrigar funcionários de baixa renda da Prefeitura e possui a capacidade de abrigar 328 famílias. Já o Conjunto Habitacional da Gávea foi construído (parcialmente, pois o projeto original previa mais unidades do que as construídas), em 1954, para abrigar as famílias retiradas do Parque Proletariado da Gávea ou Parque nº1, o que, de fato, não ocorreu. Além disso, houve uma *mutilação* do bloco principal alguns anos depois, com a abertura do túnel acústico que liga a auto-estrada Lagoa Barra.

Esses dois últimos projetos tinham idéias novas – modernistas – e sugeriam aos moradores uma nova maneira de se habitar, o que causou certo desconforto e estranheza aos moradores. O reconhecimento pelos profissionais foi grande para ambos. Os pontos negativos desses projetos eram o alto custo de construção e manutenção, percebidos durante a execução. Com o passar dos anos, essas edificações se deterioraram progressivamente.



Figura 20: Conjunto Habitacional Pedregulho.

Fonte: <http://planhabdaufes.blogspot.com/2009/12/tipologias-habitacionais.html>. Consultada em dezembro de 2010.



Figura 21: Conjunto Habitacional Pedregulho.

Fonte: <http://planhabdaufes.blogspot.com/2009/12/tipologias-habitacionais.html>. Consultada em dezembro de 2010.

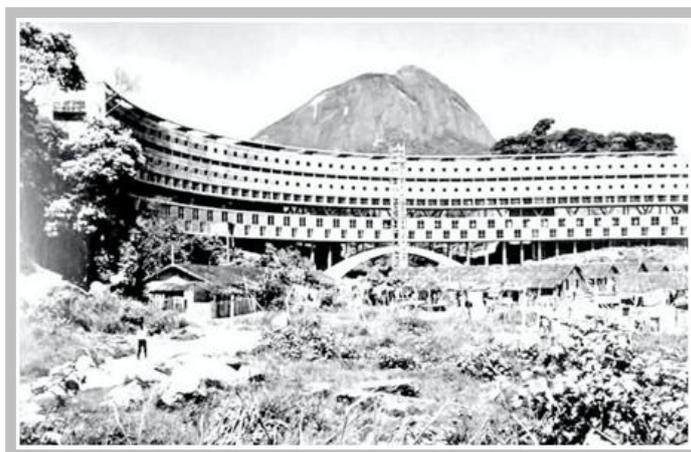


Figura 22: Conjunto Habitacional da Gávea.

Fonte: http://arqpetufc.blogspot.com/2010_05_01_archive.html. Consultada em dezembro 2010.

Essas edificações serão analisadas detidamente no próximo capítulo, levando em consideração seus impactos culturais e físicos. Será apresentada a tentativa de usar essas edificações para fazer a *transformação* do cidadão comum em um homem moderno, por meio da supressão da cultura de habitar desse cidadão e imposição de uma nova maneira de morar.

Ainda na década de 1950 foi criado o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Habitações Anti-Higiênicas), que seria responsável pelas questões de eliminação das favelas e recolocação dessas famílias. A SERFHA foi extinto na

década de 60 e, nessa mesma época, foi criada a COHAB (Companhia de Habitação Popular) pelo Governo do Estado da Guanabara, com objetivo semelhante. As construções realizadas pela COHAB, normalmente, caracterizavam-se por serem moradias e não habitações, pois eram casas isoladas e desprovidas de transporte público e de rede de saneamento adequados. Como consequência, houve rejeição por parte dos ex-moradores das favelas que recebiam essas casas. Exemplos dessas moradias são a Vila Kennedy (em Senador Camará, na zona oeste do Rio de Janeiro), a Vila Aliança (em Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro) e Vila Esperança (em Vigário Geral, na zona norte do Rio de Janeiro).

Infelizmente, no Plano de Metas desenvolvido pelo Presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) não havia programas na área habitacional, de maneira que a questão habitacional ficou abandonada por um bom tempo nas pautas governamentais. No entanto, durante o curto Governo de Jânio Quadros (1961) foram criados o Instituto Brasileiro de Habitação e também o Conselho Federal de Habitação com vistas a retomar as questões habitacionais no país. Com a posse do novo Presidente João Goulart (1961 a 1964), as questões habitacionais voltam à pauta do Governo e falou-se mesmo de uma reforma urbana, enfim não executada.

No entanto, no Governo de João Goulart pairou certo medo dos governantes do continente americano devido a promessas de reforma social provenientes do Governo cubano de Fidel Castro. Em função disso, lançou-se a Aliança para o Progresso, iniciativa liderada pelo Governo norte-americano para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos, inclusive nas questões habitacionais (FINEP, 1985). Exemplo disso foi a construção, em 1966, da primeira fase do conjunto habitacional “Cidade da Esperança”, na cidade de Natal, Rio Grande no Norte.

2.5 O BNH (Banco Nacional de Habitação)

Nas décadas de 60/70, a população brasileira atingiu o status de *urbanizada*, de acordo com o inventário do FINEP (1985). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registra que, em 1960, 45% da população brasileira vivia nas cidades. Em 1970, esse percentual passou para 56%. Ao mesmo tempo em que a população se aglomerava nos centros urbanos, os problemas habitacionais

relacionados à população de baixa renda cresciam. Os números de favelas e de moradores das favelas aumentavam. Os programas habitacionais do Governo continuavam com a idéia de eliminar as favelas da paisagem urbana, removendo seus moradores para conjuntos habitacionais.

Após o Golpe Militar, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) por meio da lei federal nº 4.380, promulgada em 21 de agosto de 1964. O BNH foi responsável pela construção de milhares de unidades habitacionais em um curto prazo, por intermédio da implementação de novos instrumentos direcionados ao financiamento das casas populares. De acordo com o inventário do FINEP (1985), em 1965 foram construídas 8 mil casas para população de baixa renda. Em 1967, o número de casas construídas pelo BNH ficou em torno de 22 mil unidades.

A lei que criou o BNH determinou que, em substituição à Fundação Casa Popular, aos IAPs e IAPIs, o BNH seria o único órgão responsável pela construção de casas destinadas a população de baixa renda. De uma maneira diferente dos IAPs e IAPIs, o BNH não trabalharia com o regime de locação e nem era o responsável pela administração dos conjuntos habitacionais construídos. A Lei Federal nº 4.380 também criou as provisões para que os IAPs e os IAPIs vendessem as suas unidades residenciais, mantidas até aquele momento sob regime de locação.

O BNH garantia seus recursos a partir do recolhimento de 8% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e também por meio das poupanças voluntárias do Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos (SBPE), investimento da escolha da classe média brasileira.

Em comunicação apresentada ao Simpósio de Habitação da XXVII Reunião Anual do SBPC (Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência) – 1975 – Gabriel Bolaffi assim resumiu os objetivos do sistema habitacional instituído em 1964:

1-coordenação da política habitacional e do financiamento para saneamento;

2-difusão da propriedade residencial, especialmente entre as classes menos favorecidas;

3-melhoria do padrão habitacional e do ambiente, bem como eliminação das favelas;

4-redução do preço da habitação pelo aumento da oferta, da economia de escala de produção, do aumento da produtividade nas indústrias de construção civil e intermediários;

5-melhoria sanitária da população;

6-redistribuição regional dos investimentos;

7-estímulo na eficiência privada e, conseqüentemente, aos investimentos;

8-aumento na eficiência da aplicação dos recursos estaduais e municipais;

9-aumento de investimentos nas indústrias de construção civil, material de construção e de bens de consumo duráveis, inicialmente de forma acentuada – até o atendimento da demanda reprimida – e de forma atenuada, mas permanente, para o atendimento das demandas vegetativas e de reposição;

10-aumento da oferta de emprego, permitindo absorver mão-de-obra ociosa não-especializada;

*11-criação de pólos de desenvolvimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas rurais.*⁴⁴

A intenção do Governo com a criação do BNH era a de construir casas populares e, ao mesmo tempo, dinamizar o setor da construção civil, gerando empregos diretos e indiretos. Dessa maneira, as camadas mais populares sentiram-se mais confortáveis e satisfeitas com o novo regime, pois a oferta por empregos aumentou – mesmo para os profissionais menos qualificados – assim como a geração de novas casas populares.

*Não se tratava mais, portanto, de construir moradias para assegurar condições mínimas de vida ao operariado mas, sim, de prover empregos para uma considerável parcela da população, sem alternativas de obter trabalho. A produção de habitações passava a ser subproduto da nova diretriz governamental; desejável de seu ponto de vista político, mas não necessariamente do econômico.*⁴⁵

44 FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.

45 FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*, 1985.

Um dos grandes problemas do BNH foi que ele gerou um alto número de casas ou moradias e não de habitações. Normalmente, eram moradias sem infra-estrutura e afastadas dos centros urbanos, pois os terrenos eram mais baratos. Um exemplo de conjunto habitacional entregue nessa época e com essas características foi o Conjunto Habitacional Cidade de Deus.



Figura 23: Conjunto Habitacional da Cidade de Deus (1970).

Fonte: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>. Consultada em dezembro de 2010.

Para que as construções fossem produzidas em grande número e em pouco tempo, era necessário que elas fossem elaboradas por projetos simples e de baixo custo. A idéia que os IAPIs passaram a adotar no final da década de 40, de projetos padrões para população de baixa renda, foi também resgatada nos projetos do BNH, pois parecia a maneira mais rápida e fácil de construir. O BNH juntou-se ao sistema das Companhias de Habitação Popular, ou COHAB's, que foram criadas também pela Lei nº 4.380/64, para aumentar a produção de casas populares, parceria que gerou grandes resultados.

Na busca de diminuir os gastos das construções e também de aumentar os lucros das construtoras, as obras para população de baixa renda foram progressivamente diminuindo de qualidade. Alguns problemas tais como materiais mais baratos para os acabamentos e também a redução da metragem quadrada das unidades habitacionais foram comuns nos projetos financiados pelo BNH (FINEP, 1985). Esses erros se deram pela falta de organização administrativa que os governantes se depararam ao longo os anos de existência desse sistema. De acordo com inventário do FINEP (1985), enquanto as unidades dos conjuntos habitacionais

entregues pelos IAPs eram mais ou menos de 45m², as unidades entregues pelo BNH no Conjunto de Antares, no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro possuíam 19,53 m².

Outra diferença entre os projetos habitacionais dos IAPs e IAPIs em relação ao BNH era o local de implantação das casas. Enquanto que nos IAPs e IAPIs havia uma grande preocupação em inserir projetos habitacionais no meio urbano, o BNH abandonou de vez essa idéia usando a justificativa de baixar os custos das moradias. O BNH também abandonou a idéia de se construir edificações multifamiliares e resgatou a idéia de casas unifamiliares.

Com essas estratégias, o BNH reduziu o custo das edificações, o que fez com que o programa tivesse uma produção que nenhum outro programa habitacional havia conseguido até o momento. Porém, aumentou a insatisfação dos moradores. Os projetos do BNH passaram a ser considerados de baixa qualidade, isolados dos centros urbanos e sem infra-estrutura adequada.

No início da década de 70, os recursos do BNH passaram a financiar outros projetos que não eram direcionados à população de baixa renda, o que fez com que se perdesse o foco inicial do sistema. Alguns anos mais tarde, foram lançados dois programas pelo BHN: o PROFILURB (1975) e PROMORAR (1979).

Através do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, o PROFILURB, o trabalhador poderia comprar um lote já com toda a infra-estrutura urbana necessária para viver e era o responsável pela construção de sua casa. Os moradores que se beneficiaram desse programa deveriam receber até 5 salários mínimos.

O Programa PROMORAR tinha como objetivo a retirada das habitações sem condições mínimas de se viver e a transferência desses moradores para novas habitações construídas pelo BNH. O programa deveria, além de prover as novas casas, estimular o desenvolvimento comunitário e dar apoio às melhorias da infra-estrutura urbana.

No fim da década de 70 e início da década de 80, o mundo começou a enfrentar fortes crises econômicas - como a crise do petróleo, em 1979, que se refletiram na economia brasileira. A população também estava sentindo a crise e a

inadimplência aumentou, inclusive no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o que se refletiu diretamente nas contas do BNH.

Medidas emergenciais foram elaboradas para tentar salvar e manter o BNH. Destacaram-se a reforma na estrutura do BNDS, em 1983 e o *mutirão da moradia* ocorrido em Goiânia, no mesmo ano. Nesta última iniciativa, usou-se a mão-de-obra dos futuros moradores na tentativa de se construir casas populares.

Uma terceira medida foi a implementação da política de aluguéis, que havia sido abolida nos primórdios do BNH, para dessa maneira fazer girar o capital do sistema. Muitas habitações construídas pelo BNH estavam vazias, pois os mutuários não conseguiram arcar com as suas despesas do financiamento e devolviam os imóveis. O Governo permitiu o uso, em caráter provisório, a possibilidade do aluguel desses imóveis para o próprio locatário, por um período máximo de 30 meses. De acordo com esse programa, o locatário deveria entrar em um sistema de pagamento para que, ao final do contrato, ele pagasse para comprar o imóvel que estava alugado por ele.

O BNH dava nítidos sinais de que não sobreviveria por muito tempo. As finalidades e propósitos iniciais do programa já haviam se perdido e no final do regime militar, já na década de 80, o BNH financiava mais casas para a classe média do que para a classe popular. Havia uma forte crise financeira no mundo e no país, a urbanização crescia vigorosamente e, conseqüentemente, as favelas se multiplicavam. Em 21 de novembro de 1986, o BNH foi extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291 e as suas funções de financiamento de empreendimentos imobiliários passaram para a Caixa Econômica Federal.

Apesar de ter sobrevivido por apenas 22 anos, o BNH significou um *certo* avanço no sistema habitacional do país. A grande produção, em pouco tempo, conquistou, inicialmente, a confiança da população de que se estava tentando fazer algo para melhorar a situação precária em que muitas famílias viviam. Foi o momento em que mais perto estivemos da produção em massa de casas, ou seja, da *industrialização* do sistema de construir *máquinas de morar*.

Até esse momento, as políticas governamentais, na sua maioria, haviam sido centralizadoras e pouco respeitavam as diferenças regionais. As políticas habitacionais previam o bem-estar social e tinham a intenção de controlar a

população, retirando os *marginais* das favelas e provendo a casa do trabalhador, deixando a população satisfeita com o Governo. A idéia de projetos padronizados era perfeita para os contornos do sistema.

Com o BNH, também surgiu, com mais força, a idéia da *casa própria*. Até o momento, as políticas estavam mais voltadas para casas de alugueis, entre outras modalidades.

Porém os princípios do BNH perderam-se, elitizaram-se, o foco não era mais o mesmo e, para agravar a situação, a crise econômica mundial gerou grandes impactos negativos ao país. O número de favelas aumentou assustadoramente e os governantes passaram a ter a real idéia de que não havia uma maneira de se erradicar as favelas, assim como foi feito com os cortiços. Os próximos governantes, pós-regime militar, enxergaram que era necessário aceitar e tentar, na medida do possível, urbanizar as favelas.



Figura 24: Conjunto Habitacional financiado pelo BNH (1968).

Fonte: <http://www.fpm.org.br/bairros/maua/maua.asp>. Consultada em dezembro de 2010.

2.6 A era pós-BNH: os atuais projetos habitacionais para a população de baixa renda

Nas décadas de 1980 e 1990, pouco foi feito pelos governantes para melhorar os problemas habitacionais do país. A persistente crise econômica fez com que as prioridades se tornassem outras. Com a extinção do BNH, em 1986, a Caixa Econômica Federal ficou responsável pelos financiamentos de construções, porém o que se percebeu é que a classe média foi quem se tornou a maior usuária desse sistema de financiamento habitacional.

Por outro lado, o número de favelas aumentou, e o abandono dos projetos concluídos anteriormente fez com que muitas dessas casas entregues anos atrás se tornassem *casas-fantasma*. Isso ocorreu nos projetos realizados pelos IAPIs, tais como o Conjunto Habitacional do Pedregulho e o Conjunto Habitacional da Gávea.

Durante o Governo do Presidente Fernando Collor de Melo (1990 a 1992), pouco foi feito para solucionar os problemas habitacionais. As prioridades do Governo eram outras, principalmente enfrentar a crise econômica que o país atravessava. Ressalte-se que o Sistema Financeiro Habitacional (SFH) foi diretamente prejudicado com a política de congelamento das poupanças bancárias.

De 1993 a 1994, na gestão de Itamar Franco, a prioridade era o Plano Real. A preocupação desse Governo era conseguir uma estabilidade monetária e superar a crise econômica que o país enfrentava nas duas últimas décadas. No setor habitacional, alguns programas com participação conjunta do Governo federal, estadual ou municipal foram realizados, tais como o Habitar-Brasil e o Morar-Município, que estavam voltados sobretudo para a urbanização das favelas e produção de lotes urbanos. Contudo, esses também foram programas de baixos resultados e sem produção significativa de habitações para as classes populares.

Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), a política neoliberal se mantinha, a economia estava mais estabilizada que nos anos anteriores devido ao sucesso do plano econômico do Governo anterior, e isso permitiu ao Governo rever os problemas que não haviam sido solucionados durante as décadas de

crise do país. Em 1996, foi formulado o Plano Nacional de Habitação no documento denominado Política Nacional de Habitação (PNH). Nesse momento, novos programas habitacionais foram criados, tais como o Programa de Subsídio à Habitação (PSH), Pró-Moradia, Morar Melhor, Carta de Crédito Individual e Associativo, entre outros. Também houve o resgate de políticas de Governos anteriores, assim como o Habitar-Brasil. Porém, os resultados continuavam a ser insuficientes.

Durante as duas gestões do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), houve uma significativa alteração nas políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda. Estas passaram a ser geridas pelo Ministério das Cidades, que foi criado justamente para transformar as cidades em ambientes mais humanizados, facilitando, assim, o acesso da população ao transporte, ao saneamento básico e à moradia.

Em 2009, o Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida* para a produção de habitações para a classe mais popular. Esse programa tinha como objetivo gerar 1 milhão de habitações para a população de baixa renda. O financiamento das casas se dava pela Caixa econômica Federal através de uma interrelação entre as três esferas do Governo – Federal, Estadual e Municipal. Houve também a participação da iniciativa privada para a construção dessas habitações. Além disso, o programa contemplava a construção de habitações urbanas e rurais.

De acordo com a Cartilha disponibilizada pela Caixa Econômica Federal (2009) sobre esse programa, a estimativa era de que 400 mil habitações fossem construídas para a população de até 3 salários mínimos. Para esta faixa salarial, o programa é composto por casas térreas unifamiliares de 35 m² ou de edifícios multifamiliares com apartamentos de 42 m². Na faixa de renda entre 3 e 10 salários mínimos, terão prioridades as famílias com uma renda mensal de até 6 salários mínimos.

As construções foram realizadas pela iniciativa privada, por empresas previamente aprovadas de acordo com o programa e habilitadas pelo Estado, que supervisionaram o processo para que as habitações fossem entregues no prazo e de

acordo com os padrões especificados. Seriam entregues habitações, e não simplesmente casas, pois toda a infra-estrutura urbana e de transporte estava contempladas no programa.

De acordo com as informações levantadas no momento da conclusão desta dissertação, tudo indica que o programa terá continuidade na gestão da Presidenta Dilma Rousseff, que assumiu o Governo em janeiro de 2011.

APÍTULO 3

3. O PROJETO PADRÃO PARA A CASA PADRÃO – A EFICIÊNCIA

Esse capítulo tem como objetivo apresentar o pensamento corbusiano sobre a nova arquitetura do início do século XX, bem como analisar sua influência sobre as políticas habitacionais brasileiras a partir da década de 40, até os dias atuais.

Pretende-se aprofundar a maneira pela qual a idéia de casas em série de Le Corbusier significava a fabricação rápida e pouco custosa de casas, de tal forma a resolver o grande problema do setor habitacional no mundo. Será possível verificar que a arquitetura moderna não se limitava ao conceito construtivo em si. No contexto das políticas habitacionais para a população de baixa renda, imaginava-se a arquitetura como transformadora do próprio homem, como formadora e multiplicadora do cidadão moderno. É importante ressaltar que essas idéias encaixavam-se perfeitamente com seu momento histórico - o pós-guerra, cuja necessidade mais premente era a reconstrução rápida.

Vamos constatar como essas novas idéias da arquitetura moderna influenciaram os arquitetos brasileiros do início de século XX, o que ficou bem claro nas construções dos IAPIs, na década de 40, e também na produção massiva de casas pelo BNH. Grandes nomes da arquitetura modernista brasileira conceberam inovadores projetos habitacionais para população de baixa renda, fonte de reconhecimento internacional desses profissionais.

Veremos também que, em alguns momentos, os conceitos corbusianos foram adotados parcialmente por arquitetos do Governo brasileiro. Até os dias atuais, ainda há resquício dessa maneira de fabricar casas, que muitas vezes não respeita a diversidade brasileira – tanto territorial, quanto cultural, privilegiando a quantidade de casas produzidas, quase sempre em detrimento do grau de satisfação de seu futuro morador.

3.1 Le Corbusier: máquina de morar, célula humana e casas em série

O problema que assume um caráter de urgência, em todos os países, é o da construção de casas necessárias ao alojamento das multidões que o fenômeno maquinista concentrou nas grandes cidades. A descrição é inútil. Os fatos aí estão. Colocou-se o problema da quantidade. Além do mais, impõe-se uma rigorosa economia e sabemos o motivo. ⁴⁶

De acordo com Le Corbusier, a nova arquitetura, a modernista, deveria mudar seus conceitos sobre como habitar a casa. A arquitetura moderna deveria causar uma *revolução* no modo de vivenciar a moradia. Os tempos modernos possuíam outras necessidades, o homem moderno também, dessa maneira seria natural que a sua casa também se adequasse aos novos tempos. Porém, essa mudança de estilo de vida do homem não era simplesmente um *capricho* para a modernidade. Le Corbusier estava muito bem informado sobre os problemas habitacionais que a população estava sofrendo devido ao *inchaço* dos centros urbanos, e também se deve destacar que algumas cidades européias encontravam-se arrasadas após a Primeira Guerra Mundial e precisam ser reconstruídas com rapidez.

Assim, em 1921, Le Corbusier apresenta ao mundo a expressão *máquina de morar* (*machine à habiter*) na revista *Esprit Nouveau*. A *máquina de morar* seria uma espécie de casa passível de ser reproduzida em grande escala e com preços mais acessíveis aos governantes. Em 1929, no artigo *Uma célula na escala humana*, apresentado no livro *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*, Le Corbusier, além de explicar melhor o conceito da *máquina de morar*, também apresenta os números, a metragem quadrada necessária para o que batizou *homem-tipo*, com suas *necessidades tipo*, morar bem. Após relatar a experiência de se viver em uma cabine de navio, ele fez os cálculos usados nesse período e chegou a conclusão de que o *homem-tipo* viveria bem, com todas as suas necessidades diárias atendidas, em apenas 15 m².

Um homem é feliz, realiza todas as funções da vida doméstica, dorme, lava-se, escreve, lê, recebe seus amigos em 15 metros quadrados. ⁴⁷

46 LE CORBUSIER. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*, 2006.

47 LE CORBUSIER. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*, 2006.

De acordo com o pensamento de Le Corbusier, a *célula humana*, que poderia ser esses 15 m² de área, permitiria a sua multiplicação rápida, em sintonia com as necessidades dos novos tempos. A arquitetura moderna, com suas *células humanas* multiplicadas, teria como consequência o urbanismo moderno, a tão *sonhada* cidade moderna.

Para entender de onde surgiram essas idéias, é importante que sejam apresentadas algumas de suas influências. Primeiramente, Le Corbusier nasceu em 1897, em Le Chaux-de-Fonds, Suíça, cidade industrial de traçado racional que havia sido reconstruída duas décadas antes (FRAMPTON, 1997).

Outra importante influência formadora de seu pensamento foram as idéias socialistas disseminadas no início do século XX. Le Corbusier associou essas idéias à finalidade da arquitetura. Para ele a nova arquitetura estava diretamente relacionada aos fenômenos sociais, idéia que ganhou contornos mais nítidos após conhecer, em 1907, a obra do arquiteto e urbanista francês Tony Garnier, responsável pelo projeto de uma Cidade Industrial para a cidade de Lyon, França, prevendo a utilização do concreto em grande escala. Já com o arquiteto August Perret, Le Corbusier teve seu primeiro contato de trabalho com o concreto armado - material que viria a adotar e defender como o representante da nova arquitetura. O Purismo, movimento da vanguarda cubista dos anos 20 a ele apresentado pelo pintor Amédée Ozenfant, também foi logo assimilado à arquitetura corbusiana. (FRAMPTON, 1997)

Percebe-se que a praticidade, o racionalismo e o caos das cidades industriais, podem ter sido por ele absorvidos como consequência da cidade onde nasceu e viveu. Já sobre a idéia de usar o arquiteto como agente social responsável por resolver, de maneira rápida e prática, os dilemas habitacionais da era industrial, isso se poderia atribuir, portanto, à influência das correntes socialistas em voga.

Na obra *Por uma arquitetura*, Le Corbusier apresenta o conceito de *casas em série*:

Uma grande época começa.

Um espírito novo existe.

*A indústria, exuberante como um rio que rola para seu destino,
nos traz os novos instrumentos adaptados a essa época nova
animada de espírito novo.*

A lei de economia gere imperativamente nossos atos e nossos pensamentos.

O problema da casa é o problema da época. O equilíbrio das sociedades hoje depende dele. A arquitetura tem como dever, em uma época de renovação, operar a revisão dos valores, a revisão dos elementos constitutivos da casa.

A série está baseada sobre a análise e a experimentação.

A grande indústria deve se ocupar da construção e estabelecer em série os elementos da casa.

É preciso criar o estado novo de espírito da série.

O estado de espírito de construir casas em série.

O estado de espírito de residir em casas em série.

O estado de espírito de conceber casas em série.

Se arrancarmos do coração e do espírito os conceitos imóveis da casa e se encararmos a questão, de um ponto de vista crítico e objetivo, chegaremos à casa-instrumento, casa em série, sadia (e moralmente também) e bela pela estética dos instrumentos de trabalho que acompanham nossa existência.

Bela também com toda animação que o sentido artista pode conferir a estes órgãos estritos e puros. ⁴⁸

De acordo com Le Corbusier, havia resistência a se produzir e se viver nas *casas em série*. Isso ocorria tanto por parte dos arquitetos da época como dos futuros moradores. A idéia do regionalismo era uma das questões que mais dificultava a aceitação do novo conceito. Porém, a idéia seria aceita, depois das devidas explicações e doutrinações, pois havia a necessidade da anterior aceitação do *estado de espírito* para que fossem compreendidas as novas idéias. A revolução cultural era necessária para tal (LE CORBUSIER, 2006).

O que Le Corbusier expõe é que a produção de *casas em série* é uma necessidade dos novos tempos e essa idéia deveria ser aceita e executada. Para o autor, as soluções anteriores não eram adequadas e não seriam possíveis de resolver os problemas habitacionais existentes.

48 LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*, 2006.

Deveria haver uma cadência de aceitações para se chegar ao *espírito novo* na construção:

- a) a troca dos materiais naturais por materiais artificiais;
- b) troca do uso da estrutura de madeira pela estrutura de concreto armado; e
- c) troca da construção tradicional de telhado com caimento em águas, também dos parapeitos que avançam na construção e que atrapalham o aproveitamento do sol e da água. Em detrimento dessas, dever-se-iam adotar coberturas mais simples: a laje quase plana.

A produção de casas em série viria a resolver os problemas que a construção convencional do início do século XX não era mais capaz. Para Le Corbusier, uma construção *antiga* demorava dois anos para ser terminada e necessitava de transporte para carregar as pesadas peças e materiais solicitados. Já a construção de casas em série, o *novo* modelo de casa, poderia demorar poucos meses: como exemplo, cita o projeto das casas em concreto líquido que poderia ser executado em tão somente 3 dias.

Essa *nova* produção de casas, além de ser mais rápida, poderia ver diminuída em até quatro quintos a área da casa convencional. Com a crise dos transportes, o maquinismo para facilitar as produções, a destruição causada pela guerra e a conseqüente necessidade de reconstrução das cidades, a idéia das casas em série se encaixavam perfeitamente com a realidade vivida por Le Corbusier.

É importante ressaltar que, para o arquiteto, esse novo modelo de se viver não almejava somente resolver os problemas habitacionais da população de baixa renda: deveria ser utilizada também pelos mais favorecidos. Seria a mudança de hábitos de se viver de toda a população, não havia mais motivos para se continuar com os desperdícios do modelo de casa antiga, mesmo para a classe mais alta da sociedade.

Le Corbusier apresenta alguns projetos de casas em série para solucionar problemas habitacionais da população de baixa renda, tais como: a Casa “Dominó” (1915), Casas em concreto líquido (1920), Casa operária em série (1922), Edifícios-casa (1922), Casas em série para artesãos (1924), entre outros.

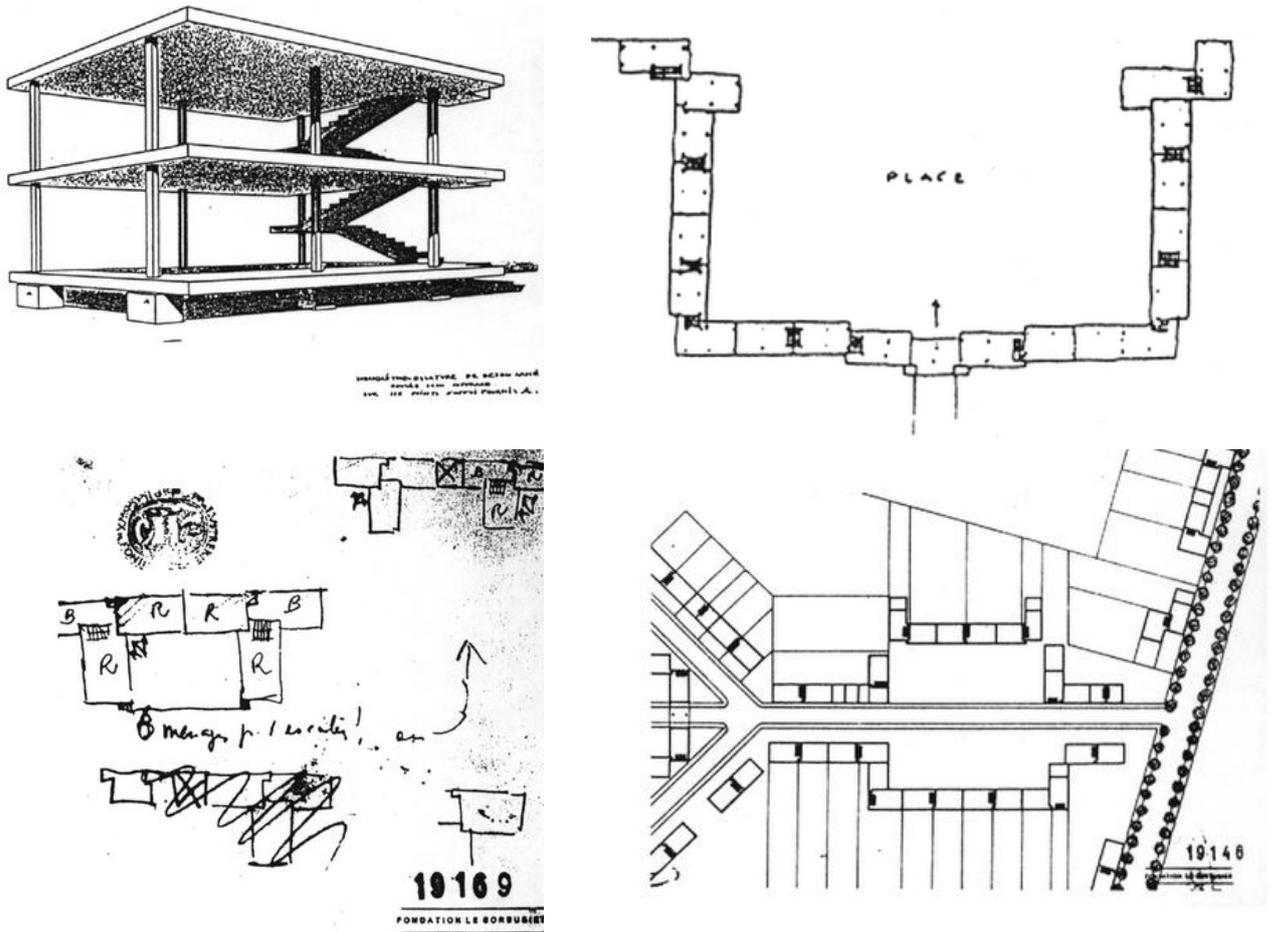


Figura 25: Projeto Casa "Dominó".

Fonte: <http://teoriarquitectura.blogspot.com/2009/06/funcao-e-razao.html>. Consultada em dezembro de 2010.

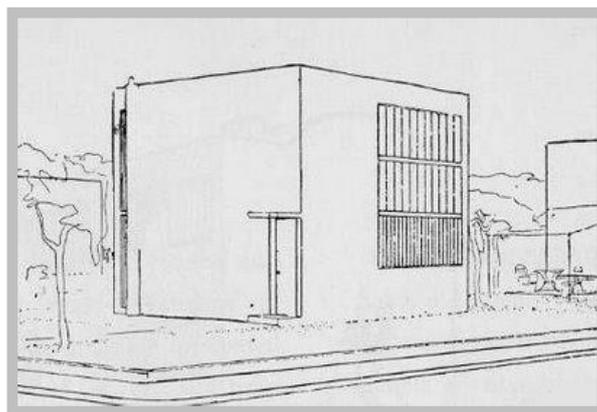


Figura 26: Projeto Casas em série para artesão.

Fonte: <http://teoriarquitectura.blogspot.com/2009/06/funcao-e-razao.html>. Consultada em dezembro de 2010.

Le Corbusier ressalta que as *casas em série* poderiam ser de dois tipos: casas unifamiliares ou edifícios multifamiliares. Para o segundo tipo, seguiria a tendência dos arranha-céus que eram uma realidade no Continente Americano no início do século XX. O autor assinala que os países americanos possuíam mais condições de aceitação e implementação dessas novas idéias, enquanto que o Continente europeu encontrava-se mais hostil ao *espírito novo*, mais resistente a essas mudanças culturais.

A questão de se fabricar casas em grande escala poderia ser uma maneira de tornar acessível, a todos os cidadãos, o sonho de ter a sua casa própria. Para Le Corbusier, construir uma casa da maneira *antiga* poderia ser algo comparado a fazer um testamento. Algo difícil e que ficaria para os herdeiros de tão demorado que poderia ser. Era necessária a implementação do novo sistema de se construir habitações, assim como se estava montando carros ou outros bens de consumo no início do século XX. Dever-se-ia produzir casas também dessa maneira.

Questão atual:

Tenho 40 anos, por que não compraria uma casa? Por que preciso desse instrumento? Uma casa como o Ford que comprei (ou melhor meu Citroen, pois que sou snob).

Colaboradores devotados: a grande indústria, as fábricas especializadas.

Colaboradores a suscitar: as estradas de ferro dos subúrbios, as organizações financeiras, a escola de Belas-Artes transformada. O objetivo: a casa em série.

Coalizão: os arquitetos e os estetas, o culto imortal da casa.

Os realizadores: as empresas e os verdadeiros arquitetos.

A prova dos nove: 1º o Salão de aviação; 2º as cidades de arte célebres (Procuraties, rua de Rivoli, praça dos Vosges, a Carrière, o palácio de Versailles etc.; série). Porque a casa em série implica traçados automaticamente amplos e grandes. Porque a casa em série necessita o estudo aprofundado de todos os objetos da casa e a busca do padrão, do tipo. Quando o tipo é criado, estamos às portas do belo (o automóvel, o transatlântico, o vagão, o avião). Porque a casa em série imporá a unidade dos elementos, janelas, portas, procedimentos construtivos, matérias. Unidade de detalhes e grandes traçados de conjuntos, eis o que, no século de Luís XIV, numa Paris compósita, congestionada,

inextricável, inabitável, reclamava uma abade muito inteligente, Laugier, que se interessava por urbanismo: uniformidade no detalhe, tumulto no conjunto (o contrário do que fazemos: uma louca variedade dos detalhes e uma uniformidade morna dos traçados das ruas e das cidades).

Conclusão: trata-se de um problema de época. Mais ainda, do problema da época. O equilíbrio da sociedade é uma questão de construção. Concluímos com esse dilema defensável: arquitetura ou revolução.⁴⁹

3.2 As influências das idéias modernistas nos projetos habitacionais brasileiros

As idéias corbusianas sobre a nova arquitetura e a revolução necessária para entender o *espírito novo* foram difundidas por todo o mundo no início do século XX. Na América, principalmente, foram bem aceitas. Os arquitetos brasileiros foram grandes adeptos da arquitetura modernista e também de todas as mudanças que ela propunha.

Le Corbusier via no continente americano um forte potencial para adesão ao movimento modernista, e isso foi o que realmente ocorreu. Este arquiteto esteve em vários países do continente americano de modo a difundir as idéias da nova arquitetura. Esses relatos de viagens foram publicados em seus livros posteriormente.

No Brasil, os arquitetos viam na proposta da arquitetura moderna uma maneira de transformar o arquiteto em um agente social. Essa idéia de mostrar a responsabilidade social do arquiteto difundida por Le Corbusier era sugerida pela racionalização do processo construtivo (produção em série), a utilização de materiais produzidos em grande escala (em detrimento das técnicas artesanais) e também fazendo com que a boa arquitetura ficasse ao alcance de todos (uma edificação modernista poderia ser para uma família de classe alta como também para uma família de classe média) (COELHO, 2007).

Com a difusão dos princípios arquitetônicos modernistas, a idéia de se projetar uma cidade moderna, onde o planejamento urbano integrasse as unidades habitacionais da população proletária, passou a fazer parte dos temas em destaques dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), a partir do final da década de 20. Logicamente, também afetou os projetos dos arquitetos brasileiros que

49 LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*, 2006.

estavam aderindo ao movimento modernista, tais como Lucio Costa, Affonso Reidy, os irmãos Roberto, entre outros.

De acordo com os CIAMs, a moradia tinha uma função social e era chamada de *célula de morar*, assim como Le Corbusier chamava a casa de *uma célula na escala humana*, e também de *máquina de morar*. A adesão a esse pensamento da função social da moradia fica muito clara no comportamento dos arquitetos dos IAPIs e na maneira como passaram a projetar os conjuntos habitacionais no Brasil a partir da década de 40.

É importante também que seja citada a influência dos postulados da Carta de Atenas, manifesto urbanístico do CIAM de 1933, posteriormente adotados pelos arquitetos modernistas brasileiros. De acordo com a Carta de Atenas, a definição de urbanismo está diretamente ligada à maneira como os conjuntos habitacionais projetados pelos IAPIs foram idealizados no Brasil na década de 40.

77 - As chaves do urbanismo estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular. (...)

84 - A cidade, definida desde então como uma unidade funcional, deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo de espaços e ligações onde poderão se inscrever equilibradamente as etapas de seu desenvolvimento.(...)

88 - O número inicial do urbanismo é uma célula habitacional (uma moradia) e sua inserção num grupo formando uma unidade habitacional de proporções adequadas. Se a célula é o elemento biológico primordial, a casa, quer dizer, o abrigo de uma família, constitui a célula social. A construção dessa casa, há mais de um século submetida aos jogos brutais da especulação, deve tornar-se uma empresa humana. A casa é o núcleo inicial do urbanismo. Ela protege o crescimento do homem, abriga as alegrias e as dores de sua vida cotidiana. Se ela deve conhecer interiormente o sol e o ar puro, deve, além disso, prolongar-se no exterior em diversas instalações comunitárias. Para que seja mais fácil dotar as moradias dos serviços comuns destinados a realizar comodamente o abastecimento, a educação, a assistência médica ou a utilização dos lazeres, será preciso reuni-las em "unidades habitacionais" de proporções adequadas.

89 - *É dessa unidade-moradia que se estabelecerão no espaço urbano as relações entre a habitação, os locais de trabalho e as instalações consagradas às horas livres. A primeira das funções que deve atrair a atenção do urbanismo é habitar e... habitar bem.*

90 - *Para realizar essa grande tarefa é indispensável utilizar os recursos da técnica moderna. (...) As modernas técnicas de construção instituíram novos métodos, trouxeram novas facilidades, permitiram novas dimensões. Elas abrem verdadeiramente um novo ciclo na história da arquitetura. As novas construções serão não somente de uma amplitude, mas, ainda, de uma complexidade desconhecidas até aqui. Para realizar a tarefa múltipla que lhe é imposta, o arquiteto deverá associar-se a numerosos especialistas em todas as etapas do empreendimento (Carta de Atenas, 1933).⁵⁰*

Os arquitetos brasileiros organizaram o I Congresso de Habitação em 1931 e, dez anos após, realizaram a Jornada de Habitação Econômica. Os dois movimentos tinham como base as teorias corbusianas e dos CIAMs, sobretudo da Carta de Atenas. É importante lembrar que a questão da resolução dos problemas habitacionais no Brasil, nesse momento, também era vista como uma maneira de controle social por parte dos governantes: a população proletariada e a favelizada significavam um “inconveniente” para o Estado.

Os arquitetos modernistas brasileiros estavam preocupados em prover uma habitação confortável, nos moldes modernistas, aos proletariados. Era a função social do arquiteto modernista sendo posta em prática. Os primeiros projetos dos IAPIs que seguiam essa linha previam uma habitação confortável no sentido econômico: o mesmo difundido pelos CIAMs e por Le Corbusier nos projetos da *célula na escala humana* ou *máquina de morar*. Também se pregava o sentido da palavra conforto relacionado ao bem-estar social, aquele que poderia ser representado pelos equipamentos e áreas de uso coletivo dos conjuntos habitacionais. Os projetos dos conjuntos habitacionais, além de econômicos, deveriam pregar a socialização dos moradores.

50 Carta de Atenas IN CORDEIRO, Simone Lucena. *Projetos e Iniciativas sobre a Habitação popular em São Paulo*, 2008.

A arquitetura modernista no Brasil, inicialmente, preconizava que a moradia popular deveria ser econômica. Assim, seria mais fácil para o Governo viabilizar um grande número, tendo presente que o menor custo não poderia implicar a baixa qualidade do produto final. Como o material mais difundido pelos modernistas, o concreto armado, era uma inovação tecnológica que possibilitava a alta produção com custo menor, esse deveria ser um dos itens que levaria a redução dos custos de execução de uma casa. Entre outros itens que também poderiam reduzir os gastos da construção de moradias, pode-se destacar a retirada de ornamentos, a idéia do projeto universal, a verticalização de edifícios, e o uso de áreas comuns em detrimento das áreas privadas nos conjuntos habitacionais. Deve-se destacar que a casa modernista, a *célula humana*, deveria ter baixo custo de construção, porém com ótima qualidade de acabamentos, isso proporcionado pelas novas tecnologias de construção.

Os projetos elaborados pelos arquitetos e engenheiros do IAPIs levavam em consideração não somente a produção de moradia, mas também previam a infraestrutura e a integração desses moradores nos seus novos bairros. De acordo com Almeida (2008), no artigo *O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930*, o Serviço Social Familiar desempenhava o papel de avaliar os moradores que se candidatavam às novas casas, como também fazia o acompanhamento do novo morador, sua inserção no conjunto habitacional e a doutrinação necessária para o morador aprender a viver na casa moderna.

No Brasil, ficou bem clara a adoção dos novos padrões modernistas de se viver nos projetos dos IAPIs. No Conjunto Habitacional da Várzea do Carmo, já mencionado neste trabalho, percebe-se claramente a tentativa de se trabalhar com as funções integralistas do urbanismo modernista. O projeto original previa a existência de áreas públicas para a socialização dos moradores, a verticalização das edificações (de maneira a produzir unidades habitacionais mais baratas e mais rápidas de serem construídas), o não uso de ornamentações desnecessárias e que só serviriam para encarecer a construção, o uso de áreas mistas (comércio e moradias) e a infraestrutura necessária para integração com a cidade (a exemplo de transportes públicos, escolas, creches e postos de saúde).

Um dos principais problemas percebidos ao longo da execução dos projetos habitacionais dos IAPIs era o custo final que redundava da sua total construção. As idéias eram muito boas: edificações de simples e rápida construção (era o que parecia ser), inseridas no centro da cidade, provimento de infra-estrutura básica e incentivo a integração social. Porém, a execução desses edifícios ideais tornou-se cara para a produção em grande escala, conforme era a intenção do Governo e como pregavam os modernistas. Assim, o Conjunto Habitacional Várzea do Carmo, como outros, foi parcialmente construído, de maneira que alguns dos objetivos - como, por exemplo, de integração social – foram perdidos. A recepção do projeto, assim, tampouco foi conforme esperado.

A administração, manutenção, fiscalização e doutrinação também eram de responsabilidade do Estado, de acordo com o projeto inicial. De maneira que, com o passar dos anos de uso, o Governo percebeu que esses gastos eram altos para serem sustentados por muito tempo. Pouco tempo depois, o Estado passou essas responsabilidades para os moradores.

Com o passar dos anos de uso, houve também outro problema, não previsto durante a elaboração desses projetos modernistas: uma certa dificuldade de aceitação do *novo e moderno* modo de viver. Por exemplo, a nova idéia de várias áreas sociais em detrimento das áreas privadas fez com que os moradores, com o passar dos anos, alterassem o projeto original e fracionassem essas em áreas privadas. Isso pode ter ocorrido pela impressão de falta de segurança que as áreas abertas causavam aos moradores ou simplesmente por não conseguirem administrar o uso dessas áreas de uso coletivo.

O fato é que, com o passar dos anos de uso, e também pelo não cumprimento dos projetos idealizados (isso inclui até a descontinuidade da administração por parte dos IAPIs, que passou para a responsabilidade dos moradores), as edificações modernistas dos IAPIs foram deterioradas e perderam parte da essência do projeto original de prover uma arquitetura socializada. Essa descaracterização do projeto original provocou conseqüências negativas, tanto na aceitação pelos usuários como também na aparência que essas construções passaram a ter sem a manutenção devida, e mesmo pela execução parcial de boas idéias que se tornaram inconvenientes aos moradores.

Na teoria, as idéias do novo modo modernista de viver eram muito boas e pareciam ser a resposta ideal para o problema habitacional da população de baixa renda. As medidas adotadas foram muito bem aceitas, em seu primeiro momento. Essa parecia ser a solução para acabar com as favelas e todos os constrangimentos que elas causavam à sociedade brasileira e também era a solução para assegurar a satisfação e o controle das camadas proletárias e favelizadas.

Porém, na prática, eram difíceis de serem implementadas e houve grande dificuldade financeira por parte do Estado de se produzir esse novo padrão de habitar em grande escala, conforme era o objetivo original. O que de fato ocorreu no Brasil foi a parcial construção dos ideais modernistas para se viver, assim como ocorreu no Conjunto Habitacional Várzea do Carmo, em São Paulo; no Conjunto Habitacional da Penha, no Rio de Janeiro; e, também na capital, nos projetos de Reidy: os Conjuntos Habitacionais da Gávea e no Pedregulho; entre outras obras realizadas com verbas públicas. O projeto da habitação universal, ao longo dos anos de execução, transformou-se na execução de casas baratas, longe dos centros urbanos: nada que lembrasse o viés social inicial da arquitetura modernista. Produziu-se muito, porém com pouca qualidade e baixo nível de satisfação das classes populares.

Isso se exemplifica pelo projeto do Conjunto Habitacional da Penha, que, originalmente elaborado pelo escritório dos irmãos Roberto, exprimia o ideal teórico da urbanização modernista. Porém, a execução desse foi comprometida pelas dificuldades, principalmente financeiras, para a viabilização do empreendimento. O projeto original foi *engavetado* e o que foi de fato executado era algo muito mais econômico e que também significava a *fórmula mágica* para os conjuntos habitacionais no Brasil. A *fórmula mágica* da construção padronizada desenvolvida pelos profissionais dos IAPIs foi posteriormente adotada, de maneira parcial, pelos profissionais do BNH, como se viu no Capítulo anterior.

Os ideais de Le Corbusier da *máquina de morar*, da *célula humana* e das *casas em série*, que foram adotados pelos arquitetos dos CIAMs e também pelos profissionais brasileiros, padeceram de falhas na sua implementação no Brasil, de fundo financeiro e cultural.

O que realmente ocorreu no Brasil foi que, ao longo das décadas, a idéia da *máquina de morar* teve cada vez mais limitações, principalmente orçamentárias, e os

projetos habitacionais tornaram-se, em alguns casos, a execução de simples moradias com baixa infra-estrutura urbana, durante o tempo do BNH. A essência da integração social do urbanismo modernista transmitido pela idéia da *máquina de morar* corbusiana foi perdida.

Durante a gestão do BNH, houve, sim, a execução de *casas em série*, e o problema está justamente no resultado dessa política habitacional, que visou à produção de um grande número de moradias e não de habitações. Durante as primeiras políticas dos IAPIs, verificava-se a produção de projetos habitacionais, incluída a infra-estrutura urbana necessária para se viver confortavelmente. Porém, o preço de fazê-lo revelou-se muito alto para o Governo, que tratou de reformular o modelo para significar projetos mais simples, localizados em áreas afastadas dos centros urbanos, e sem os serviços urbanos essenciais: escola, creche, posto de saúde e transporte público.

No final da gestão do BNH, os financiamentos estavam mais voltados para a classe média. Os poucos projetos para as classes menos favorecidas estavam sendo executados em forma de mutirão, ou via outros métodos alternativos que pudessem diminuir os gastos do Governo. A produção de *casas em série* pelo BNH foi aos poucos perdendo os objetivos iniciais do programa.

Houve, portanto, nas práticas do BNH, distorções no conceito de produção de casas em série, em relação às idéias corbusianas. Conforme já citado nesse trabalho, o Instituto tinha também como objetivo gerar trabalhos no setor da construção civil e alavancar a economia do país. Isso também explica o porquê do BNH priorizar a quantidade, e não a qualidade das moradias produzidas.

É claro que a população, inicialmente contente por poder viver com dignidade, ficou, no longo prazo, insatisfeita com as moradias financiadas pelo BNH. O número de favelas continuou a crescer, pois era a saída para que muitos continuassem a viver próximos dos centros urbanos, com as vantagens que estes oferecem.

Houve também dificuldades na aceitação dos projetos modernistas, que visavam à padronização, caracterizavam-se por serem universais ou internacionais, e queriam suprir uma nova cultura de morar aos cidadãos. A falta de características regionais, peculiares a cada projeto habitacional, também pode ter ajudado a levar ao fracasso a produção habitacional para população de baixa renda no período do BNH.

3.3 O Conjunto Habitacional Pedregulho e o Conjunto Habitacional da Gávea

Affonso Eduardo Reidy foi o arquiteto responsável por dois dos grandes projetos da arquitetura moderna brasileira voltados para a população de baixa renda: o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (o Pedregulho) e o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente (Gávea).

Ambos projetos fizeram parte da iniciativa de construção de habitações populares financiadas pelos IAPIs na década de 40, no âmbito do Departamento de Habitação Popular (DHP) do Distrito Federal. Os projetos tentavam seguir na íntegra os novos pensamentos internacionais do início do século XX sobre a arquitetura com fundo social e coletivo. Esses projetos de Reidy foram geniais e tinham a intenção de serem os primeiros projetos com os princípios modernistas implementados na íntegra. Seriam os pioneiros, de muitos outros que viriam inspirados nesses conjuntos habitacionais para população de baixa renda.

O projeto original de Reidy para o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, mais conhecido como Pedregulho, foi o grande exemplar brasileiro da real tentativa de implementação da máquina de morar, fazendo uso dessa nova idéia como instrumento de mudar o cidadão comum para um homem moderno, o homem-tipo.

O Pedregulho foi projetado para abrigar servidores públicos de baixa renda do então Distrito Federal em 328 unidades habitacionais. Construído entre 1946 e 1952, tentou obedecer integralmente às diretrizes corbusianas da arquitetura modernista, com ênfase nos princípios sociais: feita em concreto armado; sem ornamentações; uniformização dos blocos; estilo de vida com predominância de áreas de uso coletivo em detrimento das de uso privado; e infra-estrutura urbana necessária para se viver com conforto, entre outros aspectos.

O Projeto de Reidy teve destaque internacional e até Le Corbusier o elogiou devido ao integral cumprimento das diretrizes da arquitetura modernista - no qual o arquiteto se mostrava também no papel de um agente social, e à presença das idéias divulgadas pelos CIAMs.

A idéia difundida era de que a administração seria de responsabilidade da Prefeitura, já que os apartamentos a ela pertenciam. O sistema utilizado para o uso das unidades habitacionais era de aluguel descontado na folha de pagamento, maneira mais viável de o morador pagar por uma moradia de qualidade e com gasto menor, evitando-se a especulação imobiliária e o endividamento excessivo.

No artigo *Ensinando a Morar: a busca pelo homem novo através da arquitetura no Conjunto do Pedregulho*, de Helga dos Santos da Silva e Mauro Cesar de Oliveira Santos (2005), torna-se claro que a implementação do Pedregulho estava além do provimento de habitação para a classe proletariada. Seu objetivo era também “promover” essa classe a homens modernos e isso poderia ser atingido por meio de algumas modificações dos antigos hábitos daquela população. Esse projeto deveria ter sido o primeiro de outros conjuntos habitacionais brasileiros que realizariam a revolução do novo homem brasileiro. Assim sendo, assistentes sociais eram responsáveis pela triagem dos novos moradores, pelo ensinamento dos novos modos de se viver em uma casa e também pela fiscalização dos hábitos dos moradores.

A máquina de morar impunha novas regras. Para se viver na *máquina de morar* do Pedregulho era necessário que esse morador alterasse seus hábitos, a maneira de viver a sua casa, o seu lar. No caso do Pedregulho, essas eram expostas e deveriam ser obedecidas de acordo com livreto que expunha o regulamento próprio para habitar o conjunto habitacional.

*Segundo o regimento, o Serviço Social do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes teria sido criado com o objetivo de promover o bem-estar social, garantindo a assistência social das famílias moradoras do Conjunto. Ao avançar na leitura do regimento, podemos observar que “promover o bem-estar social”, seria garantir o respeito às regras impostas para a moradia no conjunto. É importante ressaltar que está explícito no regimento que o Serviço Social está diretamente subordinado ao DHP.*⁵¹

51 SILVA, Helga Santos da; SANTOS, Mauro Cesar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem através da arquitetura no Conjunto do Pedregulho*, 2005.

Assim, os novos moradores foram estimulados a usar a lavanderia comunitária, por um lado, e proibidos de lavar e estender qualquer peça de roupa nos apartamentos, em linha com os novos hábitos pregados pela modernidade. De acordo com os arquitetos modernistas, isso permitiria diminuir a metragem quadrada das unidades habitacionais e, conseqüentemente, economizar nas instalações hidrossanitárias necessárias para a área de serviço, além de prover a socialização dos moradores. Porém, as regras eram tão rígidas que estipulavam até mesmo a quantidade máxima de vestimentas por morador durante o uso da lavanderia comunitária (SILVA; SANTOS, 2005).

Também era proibido aos moradores quaisquer mudanças na arquitetura das unidades habitacionais, mesmo que essas fossem internas. Os ocupantes do Pedregulho não podiam conversar nos corredores, ter animais de estimação, estender ou colocar qualquer objeto nas varandas ou áreas externas, entre outros hábitos comuns do brasileiro (SILVA; SANTOS, 2005).

As assistentes sociais do Governo tinham o papel de ensinar os novos hábitos de como se morar no Pedregulho, ao mesmo tempo em que fiscalizavam os apartamentos nas visitas periódicas, para verificar se as unidades estavam sendo usadas da nova maneira *moderna* de se viver. Houve uma clara imposição do Estado do modo de viver para se moldar o novo homem, pois havia a intenção de transformá-los em *homem-tipo* para a *casa-tipo*. Porém, frente a resistência dos moradores, a imposição de novos hábitos não perdurou por muito tempo.

*A crítica que cabia à idealista Diretora do DHP aos moradores era a de que eles sobrecarregavam a máquina de morar, com móveis e objetos. Um pouco da cultura dos moradores, e também um reflexo do que eles tinham acesso à compra.*⁵²

O Estado não conseguiu administrar por muito tempo essa política habitacional modernista. Além de toda a resistência por parte dos moradores, essa política custava um alto valor para os cofres do Governo, tornando-se impossível de ser sustentada por muito tempo.

52 SILVA, Helga Santos da; SANTOS, Mauro Cesar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem através da arquitetura no Conjunto do Pedregulho*, 2005.

Apesar de todo o reconhecimento e brilhantismo desse projeto, as atuais condições em que se encontra o conjunto habitacional são reveladoras. Primeiramente, o conjunto foi parcialmente construído por ter se tornado muito mais custoso do que o que havia sido orçado inicialmente, de maneira que a idéia não foi completamente implementada por falta de verbas.

O abandono da administração do Estado, por ser muito oneroso, e a situação em que os moradores seriam os novos responsáveis pela organização do conjunto podem também ter contribuído para a descaracterização do projeto. Outro grave problema veio com o passar dos anos de uso: o estado de abandono que passou a caracterizar a obra e as alterações feitas pelos moradores na tentativa de conciliar a edificação com suas necessidades e também com os recursos, que eram poucos, disponíveis por eles.

O Conjunto hoje se encontra também em precário estado de conservação pela falta de manutenção, e bastante alterado pelas modificações realizadas pelos moradores. As esquadrias originais de madeira foram substituídas por esquadrias de alumínio de desenhos variados; o espaço das varandas foi, em muitos casos, incorporado à área dos apartamentos; os panos de fechamento em cobogó encontram-se em muitos pontos destruídos ou alterados devido à inserção de peças cerâmicas novas que não seguem o desenho original (as peças originais não são mais fabricadas)”⁵³



Figura 27: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, Pedregulho, condições de abandono e descaracterização na atualidade.

Fonte: <http://ace.caad.ed.ac.uk/Brazil/gallery> in COELHO . Consultada em janeiro de 2011.

⁵³ COELHO, Carla Maria Teixeira. *Preservação de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro*, 2007.

A manutenção e a administração dos ideais modernistas, que no primeiro momento pareciam ser simples, na verdade mostraram-se muito mais custosas. Devido esse custo muito mais alto que o esperado, o poder público não conseguiu investir o necessário na administração e na manutenção do Conjunto Residencial Pedregulho, como era a idéia inicial.

Como seus moradores não possuem recursos para financiar a manutenção necessária, a idéia de atividades em áreas coletivas e as instalações de infra-estrutura foram gradualmente abandonados (a lavanderia, a escola, a creche, entre outros). Modificações foram feitas de acordo com as necessidades e com o poder aquisitivo dos moradores, de maneira que o conjunto habitacional encontra-se descaracterizado daquelas idéias modernistas originais tão louvadas pelos profissionais de arquitetura da época.

Na década de 80, o conjunto foi tombado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, e, desde 1997, encontra-se em processo de tombamento pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O outro projeto social modernista de destaque, o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, ou Conjunto Residencial da Gávea, também padeceu dos mesmos males que o Conjunto Residencial Pedregulho. O projeto original, que também seguia os preceitos da integração social pela arquitetura moderna, foi parcialmente construído por se mostrar também muito mais custoso durante a execução da obra do que o previsto durante a fase de orçamento do projeto.

O percentual de construção desse projeto foi bem menor do que o observado no Conjunto Residencial Pedregulho, de maneira que o Conjunto Residencial da Gávea perdeu suas características do urbanismo como meio de integração social, conforme proposto por Reidy. Parcialmente construído em 1954, o conjunto ainda sofreu uma grande alteração em 1979 para a abertura da auto-estrada Lagoa Barra. Algumas unidades foram suprimidas e a fachada foi alterada, descaracterizando ainda mais o projeto original do conjunto.

3.4 A forma de contratação do Governo brasileiro se encaixa perfeitamente com o projeto padronizado

O Governo brasileiro percebeu que a idéia do modelo de casa padrão, que possibilitava a produção em grande escala por um preço menos oneroso, poderia ser a resposta para resolver o problema habitacional no país. Essas idéias foram implementadas pelos IAPIs, pelo BNH e continuam sendo utilizadas em algumas políticas habitacionais atuais. Na prática, infelizmente, a implementação da casa padrão, para o homem padrão, na tentativa de se resolver os problemas habitacionais do mundo, não foi tão simples quanto a teoria mostrava.

Como se sabe, o uso de verbas públicas demanda rigorosos parâmetros exigidos por lei para que o projeto padrão encaixe-se perfeitamente aos moldes da burocracia governamental. Dessa maneira, as idéias corbusianas do projeto universal da *máquina de morar* que, ao menos em teoria, permitiriam a produção das *casas em série*, parecem perfeitamente adequadas ao arcabouço legal existente. Essa facilidade de se trabalhar com projetos padronizados no contexto de políticas burocráticas foi também um dos atrativos dos moldes corbusianos de se construir. Todavia, ainda que essa teoria funcione no momento da elaboração do projeto, a execução usualmente prova o contrário.

A partir de 1993, para se executar uma obra ou reforma de engenharia com verba pública, passou a ser obrigatória a obediência às diretrizes da Lei de Licitações e Contratos Públicos, a Lei Federal nº 8666/93. O objetivo dessa lei é que o Governo gaste o menor valor possível para que seja viabilizada uma obra, um projeto, um produto, entre outros. O menor custo é a regra que vigora, desde que atendidas as especificações do projeto.

Essa lei é responsável pela execução de contratos públicos. Se por um lado ela facilita a execução da licitação pública, por outro, por ser muito rígida. Percebe-se que o processo de trabalhar do Governo facilita a elaboração do projeto (a teoria), porém gera obstáculos à execução (a prática).

Verifica-se a facilidade com que as idéias dos projetos padronizados do início do século XX se enquadram perfeitamente com a lei em vigor responsável pelos contratos de obras públicas. Obviamente, a idéia do

arquiteto como agente social e todo o viés socialista dos conceitos corbusianos perderam-se, permanecendo somente a idéia de redução de custos. Percebe-se a adoção, somente, do que é mais interessante para o trabalho dos agentes do Governo: a padronização de projetos para se produzir um alto número de casas.

Durante o período em que a autora trabalhou em órgãos públicos, de 2005 a 2007, foi possível perceber a tendência de se lançar licitações com base em projetos padronizados, em detrimento de projetos regionalizados - com características locais. Isso se justificaria pela maior facilidade e rapidez proporcionadas pelo projeto padrão durante a sua elaboração.

A tentativa de prover a *fórmula mágica* – tão presente nos projetos do BNH - ainda vigora nos projetos de obras públicas atuais, portanto. Porém, o que ocorre realmente durante a execução das obras é a dificuldade gerada pela falta de uma análise específica de cada projeto, a falta de elementos regionais. Durante a execução da obra, o poder público, em alguns momentos, defronta-se com despesas muito superiores àquelas previstas no *projeto padrão*, o que acarreta redução da qualidade esperada, a paralisação temporária da obra, ou mesmo sua inviabilização por falta de verbas.

O trabalho com projetos padronizados permite a falsa impressão de baixo custo. No primeiro momento, há uma redução de gastos, pois se economiza tempo dos profissionais envolvidos no projeto e também se permite que a licitação pública seja iniciada e aprovada com mais rapidez. A regra diz o Governo deve contratar a empresa que apresente o menor custo para viabilização da obra descrita na documentação.

Porém, durante a execução da obra, os profissionais deparam-se com características específicas de uma região, que não foram levantadas pelo projeto padrão. Isso pode ser exemplificado pela diferença de preços de um mesmo material de construção ou por sua total inviabilidade de compra em algumas partes do território brasileiro. Durante a execução, a regionalização ou a coleta de informações específicas de cada projeto, é indispensável. Essa deveria ser realizada ainda durante a elaboração dos projetos, mesmo que isso implicasse um gasto a mais.

Outro problema que a falta de estudos específicos regionais pode gerar é o não-reconhecimento pelo usuário final. O morador não se identifica com o projeto final elaborado pelo Governo, que muitas vezes tenta impor uma nova maneira de se viver aos novos moradores. Esse não reconhecimento faz com que o morador altere e descaracterize o projeto final entregue, ao longo dos anos de uso.

APÍTULO 4

4. A VALORIZAÇÃO DOS SABERES E TÉCNICAS POPULARES: A IDENTIDADE

O presente capítulo visa a apresentar a trajetória das tradições populares na arquitetura, no mundo e no Brasil. Também mostra saberes e técnicas populares e sua relevância para os profissionais de arquitetura. Tenta ilustrar, por fim, como esses conhecimentos regionalizados, se usados de maneira oportuna, podem ajudar a minimizar os custos das obras habitacionais do Governo, bem como aumentar a satisfação dos usuários com suas moradias.

4.1 O movimento moderno e o debate sobre o regionalismo

A arte moderna trouxe à tona o debate sobre as tradições populares. No campo da arquitetura, não poderia ser diferente: foi a arquitetura moderna do início do século XX que fez com que os profissionais da área de construção *notassem a existência* das edificações feitas pelo povo.

No Brasil, ocorreu um fato marcante para que as artes começassem a colocar o povo como foco: a Semana de Arte Moderna de 1922 e o movimento dela decorrente de valorização da cultura popular. Até o momento, a cultura popular não fazia parte do imaginário dos artistas. Os artistas que se apresentaram na Semana de Arte Moderna de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, tinham a intenção de mostrar uma arte mais “legítima”, que contasse com a influência da cultura popular brasileira.

De certa forma, os artistas que se apresentaram na Semana de Arte Moderna, em São Paulo, também estavam seguindo a tendência que ocorreu na Europa de valorização de uma arte menos elitista. Com certeza, essas influências alterariam bastante a maneira de se ver e fazer arte no Brasil.

A percepção da sua existência foi o primeiro passo para iniciar um debate crítico em torno da cultura popular. Mas, mesmo trazendo à tona a cultura popular nas

artes, os artistas do século XX - de uma maneira geral - ainda defendiam a idéia de que a arte era coisa de artistas. Dessa maneira, por mais que o assunto *popular* tenha sido trazido para debate, ainda havia o preconceito de que o povo não fazia arte, mas sim, havia-se tornado uma *fonte de inspiração* válida para os artistas.

Conforme ocorreu com o movimento artístico, a arquitetura moderna também trouxe a inclusão das influências populares nas edificações, de maneira bem peculiar. Na arquitetura moderna, o caminho de inclusão do *popular* foi um tanto quanto diferente do ocorrido nas outras artes. Porém, não se pode negar que esse movimento tenha sido o responsável direto por essa discussão na arquitetura.

Até a arquitetura moderna trazer para o debate as tradições populares nas construções, pouco se notava a presença ou a importância da cultura de se viver do povo. Sabia-se que as tradições populares existiam, porém este não era um tema levado para debates ou considerado em estudos. Na realidade, devido à busca por projetos universais ou internacionais, ficou evidente a negação das tradições populares, ou seja, para a arquitetura da “casa padrão” ser implementada, era necessário o abandono dos projetos com características regionais. Paradoxalmente, a arquitetura moderna resgatou o tema das tradições populares a partir do momento que buscava o oposto: o projeto universal ou internacional.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a arquitetura moderna do início do século XX buscava ressaltar o valor social presente no projeto arquitetônico e urbanístico, gerados pela ação consciente do profissional. Assim, o arquiteto seria o agente social com função de resolver os problemas habitacionais que o mundo estava passando devido ao caos urbano provocado pela industrialização.

Seria necessária a *revolução* proposta por Le Corbusier, por meio da arquitetura, para que novos hábitos de se viver a casa fossem inseridos na sociedade. Havia a preocupação em se desenvolver projetos universais, passíveis de serem reproduzidos com a urgência necessária da época. Assim, fica bem clara a necessidade de abandono do regionalismo e das tradições culturais específicas de cada povo, pois essas idéias eram contrárias à busca dos projetos internacionais.

Le Corbusier também apresenta o conceito de que a arquitetura seria uma construção, porém nem toda construção poderia ser considerada arquitetura. A

arquitetura seria, portanto, uma construção produzida por arquitetos, em que há a relação da forma e da função. A função básica deveria ser o abrigo, enquanto a forma seria a responsável pela identidade das obras arquitetônicas. Quando o povo constrói, segundo Le Corbusier, apenas atinge o objetivo da função, produzindo meramente uma construção, algo que não provoca a emoção: somente proporcionada pela verdadeira arquitetura.

Foi por este caminho que as idéias corbusianas fizeram com que o assunto “regionalismo nas construções” passasse a ser debatido entre os profissionais, ainda que sob a ótica de que as tradições ou construções populares fossem algo indesejável, e sobretudo contrário aos anseios dos arquitetos modernistas. O assunto, assim, ganhou relevo, ainda que negativo.

Progressivamente, a imagem do “homem ideal”, preconizada por Le Corbusier e demais modernistas no início do século XX, foi cedendo espaço para o homem comum, do povo. Já na década de cinquenta, a arquitetura modernista do primeiro ciclo, o qual Le Corbusier pertencia, foi perdendo sua força devido ao impossível alcance de seus objetivos originais.

O próprio Le Corbusier percebeu que seria inviável a total implementação dos seus ideais sobre o homem padrão, e o movimento modernista foi mudando seus pensamentos sobre o homem. Começaram a ser implementadas as novas idéias do segundo ciclo da arquitetura moderna (segunda metade do século XX) e do que viria a ser, posteriormente, a arquitetura contemporânea: aquela que defendia o homem comum como eixo central das novas construções. Percebe-se, portanto, que o pensamento modernista no início do século XX foi etapa necessária de uma *evolução natural* em direção aos conceitos que surgiriam na década de 1950 e mais adiante. O repúdio original deu ensejo a que as tradições regionais fossem finalmente *notadas*, e posteriormente avaliadas.

4.2 Da busca do homem padrão aos estudos dos homens comuns

A partir da segunda metade do século XX, houve um redirecionamento conceitual, com o gradual abandono do “homem padrão” em benefício do “homem comum”: este último com imperfeições, necessidades e características diferenciadas. Esse desvio foi refletido na arquitetura, assim como nas artes. Nas artes plásticas, por

exemplo, o homem passou a ser representado com imperfeições, muitas vezes com distorções físicas caricaturais, com o único objetivo de descrever o homem como realmente é.

O artista plástico francês Jean Dubuffet pode ser citado como exemplo daqueles que tentaram representar a imagem desse homem com distorções e imperfeições, idéia diametralmente oposta àquela do homem padrão de Le Corbusier, assim como representado por seu *Modulor*.

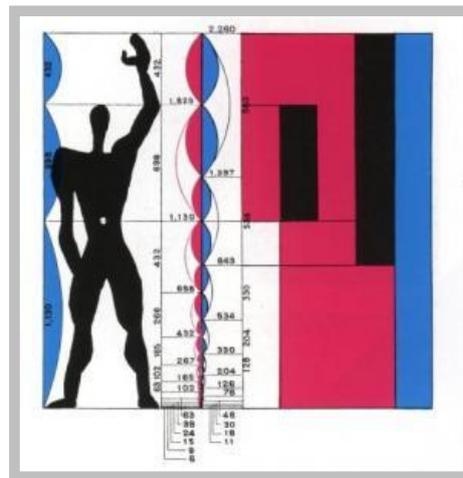


Figura 28: Modulor - Le Corbusier.

Fonte: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/06/30/quem-acredita-no-modulor/>. Consultada em janeiro de 2011.



Figura 29: D'hotel nuance d'abricot - Jean Dubuffet.

Fonte: <http://www.acidlife.com/deface/dubuffet01.html>. Consultada em janeiro de 2011.

De acordo com Josep Montaner (2001), em seu livro *Depois do movimento moderno*, o caso da obra do francês Jean Dubuffet poderia ser considerado um caso extremo da necessidade de se desvincular da imagem do homem ideal gerada pelos primeiros modernistas, por meio das distorções do homem nas obras dessa artista plástico francês:

*No fundo, tratava-se de uma defesa do <homem comum>, concreto, autêntico, real e individual, frente ao homem universal e abstrato, sem atributos, sem necessidades psicológicas, que a sociedade produtiva de Frederick W. Taylor e Henry Ford tentou gerar, e para o qual a arquitetura do Movimento Moderno tinha pensado seus projetos. O homem agora é concreto e imperfeito, é o homem comum, o homem da rua que aparece nas fotografias de Nigel Henderson, de Henry Cartier-Bresson ou Francesc Català-Roca.*⁵⁴

A arquitetura modernista européia abandonou, no decorrer das décadas de quarenta e cinquenta, as idéias de Le Corbusier da busca do homem ideal, ao mesmo tempo que aceitou que deveria trabalhar para o homem comum. Os CIAMs passaram a discutir e a aceitar as diversidades das pessoas, suas diferentes culturas, suas condições ambientais específicas e até mesmo a arquitetura que eles denominavam de *anônima*, ou seja, a popular.

*No VI CIAM em Bridgewater (1947), James M. Richards, o editor da revista Architectural Review, defendeu como necessária a relação entre arquitetura contemporânea e o homem comum. Richards expressava que era necessário recuperar as qualidades humanas do contraste, da variedade e da individualidade que estavam em perigo de perder-se devido à pressão do peso das técnicas desumanizadas. Se a arquitetura contemporânea sabia enfatizar a continuidade histórica da identidade de cada lugar, também poderia dar a entender ao homem da rua que é algo que admite a sua participação.*⁵⁵

Segundo Montaner (2008), após a Segunda Guerra Mundial, o rumo da arquitetura moderna foi alterado definitivamente. Os arquitetos então passaram a observar as construções feitas pelo povo, as produções anônimas, vernáculas. Além

54 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

55 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

desse estudo do regionalismo, os arquitetos também passaram a utilizar as referências orgânicas da natureza. A nova arquitetura moderna passou a ter influências regionais e também da natureza, dessa maneira, abandonando a era da máquina.

Paulatinamente, a linguagem metafórica da máquina é substituída pela linguagem metafórica orgânica .⁵⁶

A partir do momento em que alguns arquitetos aceitaram as influências populares e também as formas orgânicas da natureza, a arquitetura moderna deixou de ser algo universal e passou a ter características específicas em cada país. De maneira que, a partir desse momento, percebeu-se o diferente caminho que seguiu o modernismo nas Américas e na Europa, e até mesmo as diferenças percebidas especificamente em cada país.

Ao longo da segunda metade do século XX, a Europa perdeu a sua supremacia cultural, passando aos poucos esse papel para os Estados Unidos da América. Conforme já mencionado neste trabalho, o continente americano, de maneira geral, aderiu facilmente às idéias corbusianas e, na segunda metade do século XX, aderiu também às novas idéias do segundo ciclo modernista.

Aos poucos, a nova arquitetura modernista na América Latina seguiu a tendência do regionalismo e os arquitetos passaram a utilizar as influências das tradições de seus países nas novas construções. Um exemplo ocorrido no Brasil é o *resgate* do uso de azulejos, material utilizado largamente no Brasil-Colônia, nas edificações modernistas. Já a nova arquitetura modernista nos Estados Unidos da América trabalhava com formas e idéias que pudessem ser consumidas mais facilmente:

Se por um lado, as propostas vindas da América Latina tenderão à busca de raízes próprias e à perseguição de formas úteis para a maioria, por outro as propostas norte-americanas tenderão a ser mais acrílicas, superficiais, formais e consumíveis .⁵⁷

O fato é que a arquitetura moderna foi mudando a partir da década de 1950, de maneira que o foco não estava mais voltado para as influências que as grandes

56 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

57 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

capitais européias transmitiam ao resto do mundo. Nesse momento, os Estados Unidos da América passou a ser o centro das atenções e o ditador de influências, o que ocorreu também porque muitos dos artistas europeus haviam saído da Europa em razão da Segunda Guerra Mundial, mudando-se para este país.

Ficou patente, com o passar do tempo, a perda do objetivo social da arquitetura. Principalmente quando os Estados Unidos da América passou a pregar o consumismo nas artes e, por consequência, na arquitetura. Enquanto isso, na América Latina, passou-se a trabalhar com a busca das raízes culturais na arquitetura, e os arquitetos modernistas passaram a valorizar técnicas populares e empregá-las, inclusive no Brasil. É importante ressaltar que o conceito modernista de que o autor da arquitetura era somente o arquiteto continuou vigorando, mesmo com a valorização do conhecimento popular.

4.3 O pós-modernismo e a sua vertente voltada para os estudos dos conhecimentos regionais

Na transição da década de sessenta para a de setenta, mudanças bruscas foram observadas na arquitetura e os rumos desta foram cada vez mais se distanciando dos preceitos modernistas. Até então, os arquitetos modernistas estavam apenas se adequando aos novos princípios modernistas pós-segunda guerra. Apesar de algumas alterações nos princípios adotados, ainda havia uma idéia de continuidade da arquitetura moderna.

Outro fato importante que marca o fim da arquitetura moderna foi a morte de Le Corbusier, em 1965, que poderia ser considerado o *pai* da arquitetura moderna. A partir da segunda metade dos anos sessenta, os arquitetos adotaram novos rumos, bem diferentes dos princípios arquitetônicos até então divulgados. Muitas críticas sobre a arquitetura modernista e suas falhas passaram a ser discutidas pelos profissionais. Na década de setenta, os profissionais já se denominavam pós-modernos.

Também nesses anos vai sendo generalizada a consciência de que se estava vivendo uma nova situação que, no final deste breve período, nos anos setenta, se denominará pós-modernidade.

(...)

A meados dos anos setenta, expande-se uma consciência abertamente crítica com o legado do Movimento Moderno, e é proposta a idéia da entrada no período pós-moderno. Esta crise não é evidenciada somente em uma série de textos e projetos, senão que fatos físicos concretos se convertem em símbolo do fracasso dos pressupostos modernos.

(...)

Se nos anos quarenta e cinquenta ainda predominavam a continuidade e revisão de uma tradição única – a do Movimento Moderno – a partir dos anos sessenta, assistimos a uma situação de grande diversidade e posições.⁵⁸

A arquitetura pós-moderna, já na década de setenta, possuía uma expressão tecnológica extremamente forte, e alguns dos países que mais se destacaram nesse período foram os Estados Unidos da América e o Japão. Porém, ainda durante esse período, surgem profissionais a favor do retorno às origens e ao estudo da arquitetura popular, algo considerado mais regional e, nos termos da época, ecológico.

Os avanços tecnológicos eram tão grandiosos na década de setenta que produziu-se a polarização dos profissionais em dois extremos: de um lado estavam aqueles que passaram a usar de maneira excessiva as novas tecnologias de construção e os novos materiais, e de outro lado, aqueles profissionais que passaram a estudar e tentar fazer ressurgir as antigas técnicas e os materiais utilizados pelo povo.

Os arquitetos pós-modernistas que estavam dispostos a estudar a arquitetura feita por não-arquitetos, ou seja, pelo povo, partiram da premissa de que a construção elaborada pelo povo também é arquitetura - em negação à idéia já exposta nesse trabalho, desenvolvida por Le Corbusier. E além de admitir a arquitetura popular, esses profissionais queriam estudá-la e aprender a construir com o povo.

A justificativa estava baseada, principalmente, na idéia de que a arquitetura do povo era mais “ecológica”, ou seja, estaria em “harmonia” com a natureza, conceito que posteriormente evoluiu para “sustentável”. Isso se dá em contexto de crise de materiais e de fontes energéticas. A arquitetura popular, para esses profissionais,

58 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

também era mais humana, pois aceitava as diferentes culturas existentes, respeitava o regionalismo.

Ao longo dos anos setenta, o urbanismo e a arquitetura e o desenho começam a trabalhar a partir de uma nova premissa: buscar soluções alternativas aos vigentes critérios culturais, econômicos, tecnológicos, urbanos e de projeto, soluções mais experimentais, atrevidas, versáteis e adequadas a cada contexto social, que não imponha modelos senão que aprendam de cada lugar. Tratava-se de reconstruir um sentido comum existente durante séculos e que agora estava ameaçada de extinção.⁵⁹

Entre os arquitetos pós-modernos que estudavam as técnicas populares, havia um grupo ainda mais radical que adotava a idéia de uma arquitetura sem arquitetos, eram os denominados “situacionistas”. Os arquitetos que adotavam as idéias da “Internacional Situacionista” acreditavam que a participação do povo nas construções, sem a intervenção de arquitetos, afloraria a criatividade na construção e traria idéias novas e de acordo com o contexto de cada região, no que se poderia batizar de *obra de arte coletiva*.

Na realidade, de acordo com os situacionistas, a arquitetura popular - livre dos arquitetos - faria com que as pessoas construíssem utilizando os materiais que ali estivessem disponíveis, ao mesmo tempo que respeitaria a cultura de um povo. Seria uma espécie de laboratório para que os arquitetos pudessem estudar as técnicas populares surgidas de acordo com as necessidades, em situações de recursos escassos.

A justificativa mais forte para aplicação das técnicas do povo nas construções estava na nova realidade que a sociedade dos anos setenta passou a viver, os impactos com a escassez de fontes de energia e de materiais. Era uma forma que esses arquitetos encontraram para fazer uma crítica ao consumismo que marcava a evolução das últimas décadas. De acordo com esses profissionais, a arquitetura dita vernacular era mais ecológica, assim seria mais adequada aos tempos em que viviam.

Arquitetos como Bernard Rudofsky passaram a desenvolver e divulgar estudos sobre a sabedoria do povo para construir, apesar de suas limitações teóricas. Em sua

59 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

obra *Architecture without architects* (1964), Bernard Rudofsky apresenta, por meio de fotos, a arquitetura popular, que consegue ser bela e, ao mesmo tempo, resolver os problemas dos usuários apesar dos limites de recursos. Ficava a mensagem de que os arquitetos deveriam observar e aprender também a construir com o povo (MONTANER, 2001).

Seu trabalho teve início com uma exposição de fotos no MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, em 1964. Alguns anos depois foi publicado o referido livro, com fotos de uma arquitetura até então desconhecida, ignorada. A importância dessa obra é ter sido a pioneira em divulgação de uma arquitetura popular, ou vernacular, e mostrar ao mundo sua beleza e eficiência.

A discussão acerca da importância de estudos sobre a arquitetura popular foi aberta e outros profissionais passaram a se interessar por esse assunto. Outro arquiteto reconhecido internacionalmente que também posicionou-se a favor dessa arquitetura produzida por não-arquitetos foi Paul Oliver.

Na obra *Built to Meet Needs* (2006), Paul Oliver apresenta o tema e a evolução dos estudos sobre a arquitetura popular ao longo das últimas décadas. Conforme nos diz Oliver, nos anos setenta havia certo preconceito sobre o assunto, este era um tema ainda visto em retrospectiva, como uma análise do que os povos passados faziam para ter abrigo. Porém, o tema teria evoluído e os arquitetos teriam logrado comprovar a real importância de se estudar os hábitos de construir e viver dos diferentes povos.

Ao longo dos estudos apresentados por arquitetos na década de setenta, percebeu-se que a análise das tradições regionais poderia gerar uma arquitetura auto-sustentável e que também respeitasse as diferenças existentes entre as diversas culturas. Os primeiros arquitetos que estudaram o tema eram europeus ou norte americanos; porém, décadas depois, o assunto despertou o interesse dos acadêmicos da América Latina. Na Colômbia, pode-se destacar Walter López Borbón, arquiteto que, baseado nos estudos apresentados nos anos setenta sobre arquitetura vernacular, desenvolveu a metodologia do *Projeto Participativo*. No Brasil, pode-se destacar Günter Weimer, arquiteto que elaborou um vasto estudo sobre a arquitetura popular brasileira.

É importante que seja citado o arquiteto Hassan Fathy (1980) como um dos profissionais responsáveis por despertar interesse e desenvolver um projeto sobre o assunto da arquitetura popular. Na obra de Fathy *Construindo com o povo: Arquitetura para os pobres*, o arquiteto apresenta sua experiência de projetar junto à população de uma aldeia no Egito, respeitando as tradições dessa comunidade. Essa obra tornou-se um clássico para os arquitetos que, nas décadas seguintes, desenvolveram projetos de interesse popular de maneira participativa, baseados em alguns dos métodos de Fathy.

No início da década de oitenta, os arquitetos que estudavam as tradições regionais na construção passaram a utilizar esse conhecimento como alternativa de se resolver os problemas de déficit habitacional das populações de baixa renda. Esses estudos foram principalmente aplicados nos países em vias de desenvolvimento. Logo se notou que alguns estudos foram conduzidos em construções irregulares e percebeu-se que se poderia trabalhar com a construção participativa para edificações legalizadas voltadas para população mais necessitada, era uma espécie de *autoconstrução supervisionada*.

A proposta do arquiteto britânico John F. Turner foi exatamente a explorar o conceito de autoconstrução supervisionada, aplicada no Peru em uma área de construção irregular. Turner observou a maneira de construir e os materiais utilizados dessa população peruana e propôs construir como esse povo, e com a ajuda deles, edificações regularizada e dignas de se viver:

*Turner partia da premissa de que a moradia deve ser entendida como processo de reciclagem adequado para os materiais que eram utilizados nestas culturas. Deveríamos autoconstruir com os próprios resíduos produzidos pela sociedade.*⁶⁰

A crítica de Turner foi que o Movimento Moderno tentou impor uma nova cultura de se viver, enquanto que os povos já possuíam suas próprias culturas e maneira de se construir e viver o seu lar. De acordo com o arquiteto, a diversidade cultural existente é imensa e a idéias do projeto universal não poderiam ser aplicadas

60 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

com sucesso. Dever-se-ia sim, estudar as diferenças culturais e trabalhar com projetos regionais, e abandonar a falida idéia moderna de projetos universais.

Outro arquiteto importante para essa época foi o neerlandês N. John Habraken, responsável, entre 1965 e 1975, pela *Stichting Architecten Research*, a SAR. Indonésio de nascimento, Habraken defendia uma espécie de arquitetura em que o usuário poderia ampliar e fazer certas modificações na sua edificação ao longo do seu uso. A idéia era muito boa, pois o governo entregaria uma edificação passível de se viver e ao longo do tempo de uso, e com as necessidades e recursos disponíveis pelo morador, a casa poderia ser alterada e ampliada. Esse conceito ainda é utilizado em alguns planos habitacionais do governo em países da América Latina, tais como Chile e Colômbia. Atualmente, o arquiteto chileno Alejandro Aravena desenvolve um projeto de conjuntos habitacionais para população de baixa renda que parece ter considerado a SAR como um dos princípios basilares de seus projetos, a ser detalhado no capítulo seguinte.

Os arquitetos pós-modernos que desenvolveram os primeiros estudos sobre a cultura popular passaram a aceitar a edificação popular como uma espécie de arquitetura, fato extremamente importante para que, nos dias atuais, as Escolas de Arquitetura e Urbanismo passassem a discutir e promover pesquisas sobre a arquitetura popular. Mesmo que esse movimento regionalista tenha perdido um pouco a sua força e ficado adormecido, a discussão foi colocada a todos os profissionais. É importante ressaltar que atualmente ainda há alguns profissionais, principalmente nos países em desenvolvimento, que defendem a idéias de projetos regionais, que respeitem as diferentes culturas e que tenham a participação do conhecimento do povo nas construções:

De todas as formas, esta posição foi perdendo importância dentro da cultura arquitetônica dominante e dentro do monopolista mundo editorial. Apesar de sua continuidade, as recentes experiências participativas nos países em desenvolvimento ou nos movimentos alternativos de grandes cidades ocidentais, foram silenciadas. As razões da escassa implantação dessa proposta na atualidade são diversas. Desde um ponto de vista arquitetônico, pelo fato de que a participação dos usuários é muito mais um

desejo sociológico que uma definitiva variável formal, metodológica e disciplinar.

*Somente uma vez a arquitetura abriu sua janela ao mundo, à realidade da maioria, na tentativa de superar seu círculo elitista. Mas rapidamente voltou a fechá-la e a esquecer-se de que devia servir a toda a humanidade e não só a uns poucos privilegiados clientes de revista.*⁶¹

4.4 O resgate das tradições populares no Brasil

No Brasil, ocorreu um movimento muito similar ao ocorrido na Europa sobre os estudos das tradições populares e suas aplicações na arquitetura. Em um primeiro momento, conforme apresentado no capítulo anterior deste trabalho, houve a tentativa de se utilizar as idéias corbusianas na íntegra, na busca da solução para o problema do déficit habitacional no país. Os primeiros arquitetos que fizeram obras conforme a “*máquina de morar*” de Le Corbusier, tais como Reidy e os irmãos Roberto, na primeira fase do movimento moderno, perceberam os problemas de viabilização dessa idéia quase utópica de Le Corbusier. Conforme apresentado anteriormente, os projetos universais não obtiveram o sucesso esperado.

Em um segundo momento do Movimento Moderno no Brasil, a partir da década de cinquenta, destacaram-se, entre outros, os arquitetos Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Esses arquitetos participaram ativamente do primeiro ciclo modernista e foram *pupilos brasileiros* de Le Corbusier, porém, aos poucos, foram mudando seu modo de projetar a arquitetura moderna no Brasil. Com o passar do tempo, passaram a incluir características tipicamente brasileiras em seus projetos arquitetônicos. Esse movimento de adequação do movimento moderno às características específicas de cada país foi muito comum em países da América Latina – tais como Brasil, México, Argentina e Chile.

Porém, ainda que essas características regionais fossem aplicadas à arquitetura moderna brasileira, para esses arquitetos brasileiros citados, arquitetura seguiu sendo a edificação feita por arquitetos. Assim como ocorreu no segundo movimento da

61 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

arquitetura moderna mundial, a construção do povo ainda não era aceita como arquitetura, era meramente construção.

No texto de Lucio Costa intitulado *1937: Documentação Necessária*, tomo da obra *Lucio Costa: sobre Arquitetura*, o arquiteto constata que até aquele momento pouco se havia estudado sobre a cultura popular brasileira, principalmente sobre a casa. O arquiteto aponta que, no Brasil no século XX, os estudos limitavam-se à arquitetura religiosa da época do Brasil-Colônia.

Ainda de acordo com o arquiteto, assim como em outros países europeus, como Portugal, o Brasil deveria começar a desenvolver estudos e pesquisas sobre a cultura popular, ou a não-erudita. O segundo ciclo da Arquitetura Moderna na Europa já estava começando a despertar interesse por essa arquitetura não-formal, como modo de conhecer as diferentes culturas e até mesmo para que os arquitetos começassem a aprender as técnicas assertivas elaboradas pelo povo.

A maneira como Lucio Costa apresentou as construções populares na obra citada estava mais ligada à admiração de como o povo construía, a despeito de sua limitação de recursos. O arquiteto também tinha a intenção de mostrar como essa manifestação popular era sábia, pois era a mais adequada ao local onde se instalava. Nessa época, as construções populares primeiramente foram objeto de uma visão mais *romântica*, somente algumas décadas mais tarde assumindo caráter mais ecológico ou, conforme a terminologia de nossos dias, sustentável.

É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado a por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de make up, uma saúde plástica perfeita – se é que podemos dizer assim.

Tais características, transferidas - na pessoa dos antigos mestres e pedreiros incultos – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à Arquitetura Portuguesa na colônia, esse ar despretenso e puro

*que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.*⁶²

Mesmo com toda admiração que Lucio Costa possuía pelas construções populares, a idéia do arquiteto era estimular os estudos sobre essas para que os arquitetos pudessem resgatar esse conhecimento na arquitetura oficial. Seria uma maneira de se apreender a construir com o povo, que possuía vasta experiência, e *um vasto laboratório* de tentativas com erros e acertos, na construção. Assim como foi apresentado anteriormente, Lucio Costa seguia a linha dos arquitetos da segunda fase do Movimento Moderno, que acreditavam que arquitetura era a edificação feita por arquitetos, já aquela feita pelo povo era apenas uma mera construção, mesmo que de uma enorme sabedoria.

É importante ressaltar que Lucio Costa sofreu influências diretas dos princípios de Le Corbusier. Porém, assim como outros arquitetos da América Latina, Lucio Costa foi, aos poucos, introduzindo as características regionais de seu país de origem em seus projetos arquitetônicos. De maneira que, com o passar dos anos, a arquitetura de Lucio Costa passou a ser um híbrido da arquitetura universal corbusiana com as características da arquitetura colonial brasileira.

Oscar Niemeyer foi outro arquiteto modernista brasileiro que utilizou características regionais brasileiras em seus projetos. Nas obras de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer, é nítida a inserção de elementos utilizados na arquitetura colonial. Um dos maiores destaques está no constante uso de azulejos, herança da arquitetura colonial brasileira. Também se deve destacar que a arquitetura modernista brasileira de Lucio Costa e Oscar Niemeyer tinha uma característica de direta relação com o entorno, com a paisagem. Era o projeto internacional, porém nem tão universal como o proposta corbusiana, pois possuía características peculiares.

*A arquitetura moderna brasileira se distinguirá da européia por uma vontade mais decidida de caracterização de cada edifício, pela expressão dos traços distintivos de cada programa mediante o uso imaginativo do repertório moderno e pela relação com a paisagem.*⁶³

62 COSTA, Lucio. *Lucio Costa: sobre arquitetura*, 1962.

63 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*, 2001.

Com o passar dos anos, Oscar Niemeyer ainda mostrou-se mais assertivo no abandono do funcionalismo proposto por Le Corbusier, adotando uma arquitetura com expressão própria e mais escultórica. É nítida a inserção de formas orgânicas nas obras arquitetônicas de Niemeyer, o que pode ser uma influência do segundo ciclo modernista.

Oscar Niemeyer segue até os dias atuais com essa linha de trabalho, mesmo assim, sua obra é considerada modernista. Por outro lado, Niemeyer não parece ter se dedicado aos estudos da arquitetura colonial popular brasileira, assim como fez seu mestre Lucio Costa. Porém, percebe-se que Oscar Niemeyer parece ter usado alguns traços da arquitetura religiosa brasileira do período colonial, isso por meio do uso de volumes e curvas constantes nas suas obras.

A exemplo do que ocorreu na Europa, os primeiros estudos simbólicos sobre as construções do povo no Brasil estavam relacionados ao Período Colonial e, até a década de setenta, ainda padeciam de um olhar romântico. Somente a partir das décadas de setenta e oitenta é que esses estudos miraram os aspectos de sustentabilidade e preservação cultural dos modos de viver dos diferentes cidadãos brasileiros.

No Brasil, o tema arquitetura popular passou a se constituir de uma integração entre diferentes disciplinas, tais como Sociologia, História e Antropologia. E foi com esse viés - principalmente sociológico - que o arquiteto Carlos A. C. Lemos lançou, a partir da década de setenta, estudos sobre a arquitetura popular, com o foco na arquitetura popular paulistana.

Seguindo uma linha de estudo muito similar ao do arquiteto Paul Oliver, o arquiteto brasileiro Günter Weimer empreendeu uma série de estudos sobre a arquitetura popular brasileira. Lançou, em 2005, a obra *Arquitetura popular brasileira*, em que justifica a importância desses estudos e discorre sobre como o arquiteto deve aprender a construir com o povo. Já partindo do princípio de que a construção popular é sim um tipo de arquitetura, apresenta as diversas formas de arquitetura encontradas no Brasil. Mostra como em cada região houve uma diferente influência cultural no modo de se construir e de se viver a casa.

Diferentemente de outros arquitetos brasileiros que estudaram a arquitetura popular até esse momento, Weimer passou a incluir sob o rótulo da arquitetura popular aquelas edificações produzidas pelos povos indígenas, bem como a tradição construtiva dos diferentes povos africanos que aqui se instalaram.

Esses estudos, mesmo que mantendo uma visão mais romântica do assunto, despertaram interesses por mais pesquisas e debates sobre a arquitetura popular. Passou-se a enxergar o assunto como uma maneira de os profissionais aprenderem a construir com o povo, com todas as suas restrições de recursos. E também a importância de se construir com a ajuda do povo, mesmo que sob supervisão de profissionais formalmente educados. Deram indícios de que os conhecimentos regionais seriam úteis à projetos melhor adaptados aos meios e culturas, otimizando orçamentos, com boa aceitação do usuário final.

É importante destacar que, atualmente, os estudos sobre arquitetura popular ou vernacular tomaram diferentes rumos no Brasil e no resto do mundo. Nos países europeus e nos Estados Unidos da América, o objetivo principal da arquitetura vernacular estaria voltado para o aprendizado de um estilo arquitetônico mais sustentável. Isso pode ser compreendido facilmente, tendo em conta que esses países foram os pioneiros no desenvolvimento industrial e sofrem fortemente com o impacto ambiental gerado e com as limitações de recursos e espaços.

No Brasil, o viés da sustentabilidade não predomina, mas também é uma das considerações. Atualmente, trabalha-se fortemente com a elaboração de estudos sobre a diversidade cultural do país, com enfoque no reconhecimento das moradias pelo usuário final. E também se estuda a questão financeira, pois se um projeto for elaborado utilizando os materiais e técnicas regionais, provavelmente haverá redução de gastos.

4.5 A importância da identidade para o sucesso da implementação de um projeto arquitetônico

Conforme já mencionado anteriormente, a primeira fase da arquitetura moderna empenhou-se em desenvolver-se projetos padronizados, por meio da universalização, negando diferenças culturais e individuais. Tudo indica que tal fenômeno possa ter contribuído para a não-identificação dos moradores com a

máquina de morar proposta por Le Corbusier e seus seguidores, incorporada aos conjuntos habitacionais no Brasil.

A arquitetura popular é uma manifestação cultural, ela exprime os hábitos, os materiais conhecidos, influências culturais acumuladas, modos de se construir e de vivenciar a casa. Nada mais natural, portanto, que cada sociedade tenha seus próprios costumes e que se identifique, ou sinta-se *mais à vontade*, quando inserida nesse meio familiar.

Para bem ilustrar essa idéia, voltemos ao icônico exemplo de implementação da *máquina de morar* no Brasil: o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, ou Pedregulho, em que a falta de identidade dos moradores com a edificação pode ser considerada um dos motivos da descaracterização do projeto de Reidy. Isso tendo em conta que o Conjunto Residencial Pedregulho representa a plástica modernista apresentada no início do século XX e essa nova habitação nada se parecia com as casas em que a população brasileira estava acostumada a viver.

Por meio de uma análise das plantas do Conjunto Residencial Pedregulho, verifica-se a inserção de novos parâmetros de se construir e vivenciar a casa. Algo muito diferente do que o povo brasileiro conhecia, identificava-se. Não se vê nos traços daquela casa tradicional o telhado de duas águas; portas e janelas tradicionais de madeira; o quintal para criar os animais de estimação - ou mesmo aqueles que pertenciam ao cardápio dos moradores; a área de serviços para lavar e estender as roupas; ou a varanda tão comum para poder ter as conversas com os vizinhos. Esses itens comuns até o momento nas casas dos cidadãos brasileiros não se encontravam no projeto de Reidy.

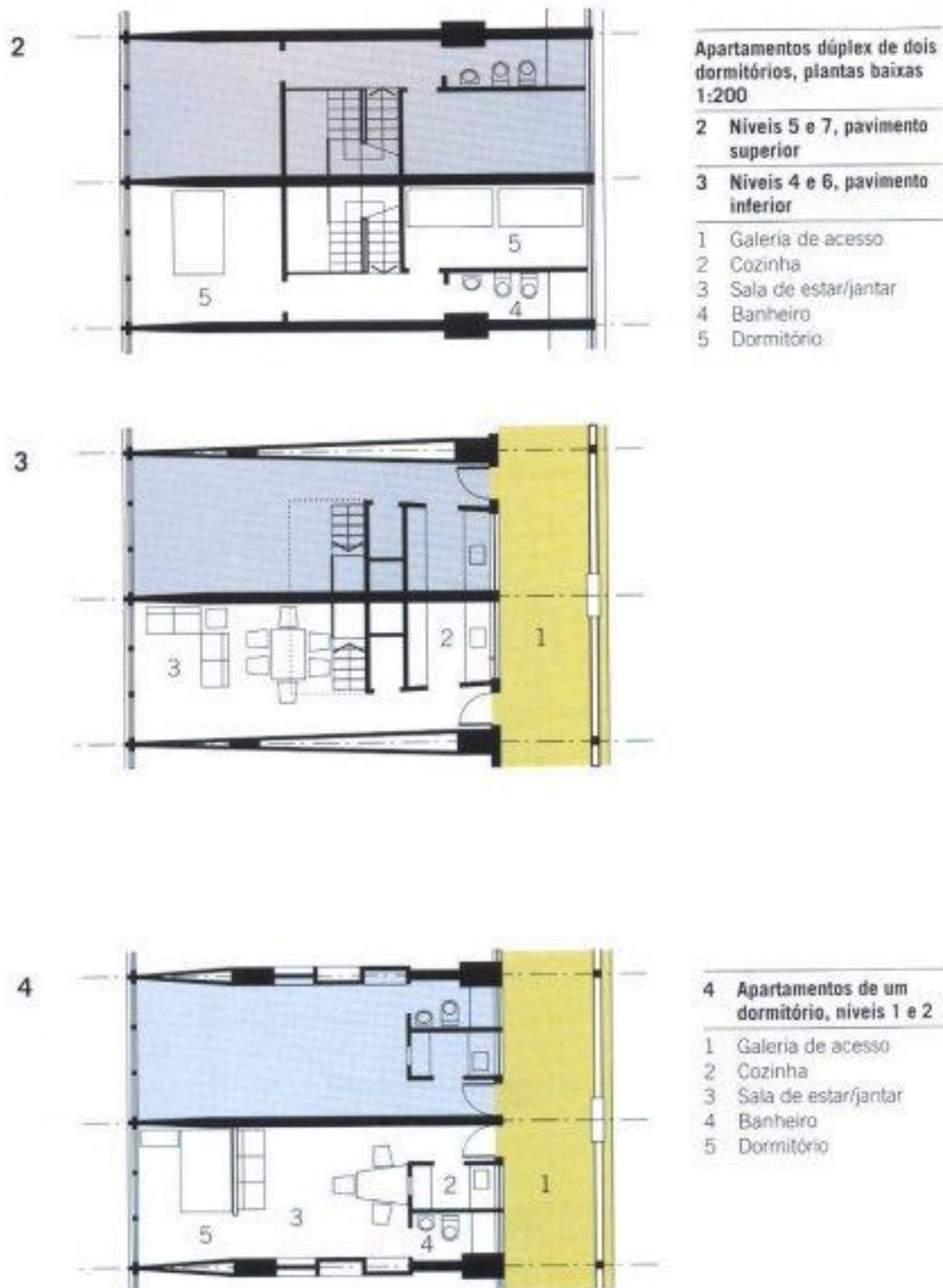


Figura 30: Plantas Baixas modelo habitacional do Conjunto Residencial Pedregulho.
 Fonte: <http://theurbanearth.wordpress.com/2009/08/26/arquitetura-moderna-no-brasil-pedregulho-de-affonso-eduardo-reidy/>. Consultada em janeiro de 2011.

Nota-se de imediato a ausência da área de serviço nos apartamentos, o que ocorreu devido à já discutida imposição de mais um novo hábito modernista: a área de serviços coletiva. Como se viu, de acordo com os arquitetos do primeiro ciclo modernista, a área de serviços coletiva almejava criar novo hábito: aproximar os moradores, ao mesmo tempo que economizava gastos nas construções de áreas de serviços individuais. Isso inclui a minimização de metros quadrados por apartamento e também de gastos de instalações hidrossanitárias, louças e metais.

Até então, os cidadãos brasileiros estavam acostumados a viver em uma casa com área de serviço individual. Mas, de acordo com o regulamento interno do Pedregulho, os moradores eram obrigados a utilizar a área de serviço coletiva, melhor dizendo, eram terminantemente proibidos de lavar e estender roupas dentro de suas casas, mesmo que fossem peças íntimas. Obviamente, era muito difícil para os moradores se acostumarem com esses novos hábitos, e não era incomum a ocorrência de infrações a essa regra, mesmo com a existência de toda uma rigorosa vigilância por parte das assistentes sociais.

Outra imposição era a proibição de conversas nos corredores dos apartamentos e também o veto à posse de cachorros ou gatos, normas totalmente contrárias aos costumes populares brasileiros. No primeiro caso, a intenção era a de incentivar os moradores a usar os espaços coletivos do Conjunto Residencial (SILVA; MAURO 2005).

Possuir um animal de estimação, mesmo que com o intuito de proteção da casa, sempre foi um hábito muito comum em diferentes regiões do país. Algumas vezes os moradores não só possuíam um cachorro para a proteção da casa, ou um gato para acabar com os ratos, como também havia o hábito de criar animais nos fundos da casa para a alimentação dos próprios moradores, tais como porcos, galinhas, perus, entre outros animais domésticos.

A fiscalização pelas assistentes sociais no conjunto também atingia a área interna dos apartamentos, e os moradores que colocavam muitos móveis em suas casas escutavam das assistentes sociais que eles *não estavam sabendo arrumar a casa nos moldes modernistas*. Era mais uma maneira de doutrinar os moradores ao uso das regras modernistas em busca do homem universal.

No artigo *Ensinando a Morar*, Silva e Mauro (2005), sobre o Conjunto Residencial Pedregulho, os arquitetos apresentam algumas entrevistas com moradores que viveram no conjunto durante a gestão do DHP e que estavam submetidos ao rígido Regimento Interno do Conjunto e fiscalização do órgão.

Um outra moradora (Moradora 02), que foi para o conjunto ainda criança, lembrou-se de alguns dos “detalhes” do regulamento: “Não podia colocar roupa na varanda, não podia anda de bicicleta no corredor, não podia jogar água lá pra baixo, não podia também conversar nos corredores, não podia fazer obra nenhuma; não podia ter cachorro nem gato.”⁶⁴

Na época da entrega dos apartamentos, despertou-se grande de orgulho por parte dos moradores, pois, afinal de contas, era um projeto reconhecido internacionalmente e seria o pioneiro de outros do mesmo estilo. Porém, durante os anos de uso sob a gestão do DHP, os moradores sentiram-se incomodados com a imposição de novos hábitos e pela proibição de elementos da cultura que possuíam de utilizar a sua própria casa (SILVA; MAURO 2005). O incômodo dos moradores fez com que muitos não identificassem suas moradias como o seu *lar*.

Obviamente, com o passar dos anos, e sem a administração e a fiscalização rígida no qual foram submetidos nos primeiros anos, os moradores ganharam a liberdade de vivenciar seus lares da maneira como quisessem. Porém, por serem pessoas de renda familiar relativamente baixa, não conseguiram zelar pela administração do conjunto da maneira que este exigia. Como consequência, o Conjunto Residencial Pedregulho ficou abandonado e perdeu muitas de suas características físicas e funcionais projetadas por Reidy, e idealizadas por Carmem Portinho na gestão do DHP.

Um dos exemplos mais citados, a lavanderia comunitária acabou praticamente abandonada com os anos de uso. É muito comum, atualmente, que os moradores do Conjunto lavem suas roupas em tanques instalados por conta própria nos banheiros e estendam suas roupas nos corredores ou nas janelas.

64 SILVA, Helga Santos da; SANTOS, Mauro Cesar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem através da arquitetura no Conjunto do Pedregulho*, 2005.

A presença de normas de cunho centralizador, fez com que os moradores tivessem sempre uma imagem de que o Conjunto não lhes pertencia. Essa visão hoje é partida, pois é clara através das intervenções realizadas nos apartamentos e pelo estado impecável no qual a maioria destes se encontra, que os moradores se sentem proprietários das unidades que ocupam. As partes comuns do conjunto, no entanto, não os pertencem, pertencem ao estado, cabendo a ele sua conservação.

Uma pergunta que sempre se fez ao Conjunto, é se houve a efetiva transformação do grupo que nele foi habitar. Essa pergunta, é facilmente respondida quando olhamos o aspecto exterior dos edifícios, com roupas penduradas nas fachadas, espaços comuns sujos e depredados. Moradores, que como a grande maioria, tentam fazer para seus apartamentos, aspectos da vida em casa térrea, com plantas no corredor e animais de estimação no interior dos apartamentos.

Mas a presença do tanque instalado na maioria dos apartamentos, geralmente no banheiro, não denuncia apenas uma rebeldia dos moradores, mas a falta de um dos equipamentos que foi implementado no conjunto, e que funcionou durante uma década. Não foram os moradores apenas os que não “assimilaram” os pressupostos modernos. A sociedade inteira não se transformou. Não houve a “revolução”, mas prevaleceu a arquitetura.⁶⁵

A questão da identidade para o sucesso do projeto arquitetônico é de extrema importância. Além do exemplo do Conjunto Residencial Pedregulho, poder-se-ia citar outros casos observados durante o trabalho realizado pela autora em projetos habitacionais *padronizados*, elaborados e financiados pelo governo durante os anos de 2005 a 2007.

Durante o tempo em que a autora trabalhou como arquiteta para o Ministério da Defesa, era muito comum a interferência de futuros moradores de casas que seriam construídas pela equipe em que a autora trabalhava, em tentativas de *participar* do projeto em andamento. Os futuros moradores militares, mesmo sabendo que suas futuras casas pertenceriam ao Estado, e que só viveriam por lá por alguns anos, com

65 SILVA, Helga Santos da; SANTOS, Mauro Cesar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem através da arquitetura no Conjunto do Pedregulho*, 2005.

grande frequência compareciam ao Setor de Projeto de Arquitetura da Comissão Regional de Obras (CRO) na tentativa de *opinar* nos projetos das casas.

Mesmo sendo algo comum, os engenheiros e arquitetos que trabalhavam na CRO não podiam atender aos pedidos dos futuros moradores. Isso ocorria devido à obediência que os profissionais deveriam ter aos projetos arquitetônicos *padronizados* que permitiam a agilização do processo licitatório.

Por outro lado, como as expectativas dos moradores não eram atendidas, o que se percebia é que, após a entrega da casa, os moradores faziam as modificações que queriam e que estavam ao seu alcance. O projeto original perdia suas características e dava lugar muitas vezes a casas repletas de alterações, construções bem diferentes da projetadas. Obviamente, a equipe de arquitetura não ficava satisfeita com as alterações que os moradores faziam na busca da idealização do seu lar, pois além de alterar o projeto, algumas vezes comprometiam a imagem e até mesmo a estrutura da obra entregue. Porém, os moradores só estavam buscando transformar aquele projeto padronizado na casa dos seus sonhos, no seu lar.

Em conclusão, o desajuste do projeto arquitetônico às expectativas pessoais dos usuários pode gerar a falta de identificação com a obra entregue. Esse fato, por consequência, pode levar o morador a tentar fazer as alterações da maneira que lhe cabe. No final das contas, gera-se a insatisfação do arquiteto responsável, devido a descaracterização de sua obra, assim como do morador, por ter que fazer as alterações por conta própria.

É importante que os arquitetos tenham em mente que a arquitetura é feita para o homem e adaptada ao local onde esse homem está inserido. Dessa maneira, é um equívoco tentar fazer uma arquitetura para um homem que não existe, na expectativa de fazer com que as pessoas que irão utilizar essa arquitetura mudem suas características durante o ato de vivenciar essa arquitetura. A arquitetura é que deve ser adaptada aos homens que irão recebê-la e nunca o contrário, de modo que o usuário da arquitetura identifique-se com ela, sem necessidade de alterações e também de *doutrinações* pós-entrega.

4.6 As questões econômicas e o regionalismo

De acordo com a experiência da autora na elaboração de orçamentos de obras, mesmo que se trabalhe com um projeto padronizado, para cada obra há um orçamento de execução específico. Seria um erro, desta forma, trabalhar com orçamentos padronizados. Também seria equivocado pensar que um projeto considerado barato em uma região também seria barato se construído em outra região diferente. Assim, deve-se, idealmente, levar em conta as características específicas de local de implementação da obra, os materiais disponíveis na região e a qualificação da mão-de-obra local, entre outros aspectos.

Com frequência, os profissionais recorrem a métodos de orçamentação padronizados, com uso de indicadores de custo médio na construção civil, tais como o CUB/m² (Custo unitário básico por metro quadrado). Estes agilizam a conclusão do orçamento para a execução da obra, embora sejam extremamente imprecisos, uma vez que as estimativas podem variar até dentro de uma mesma cidade.

Esses índices fornecem apenas estimativas de custos, e não um orçamento específico para as obras, com todas as suas peculiaridades. Ajudam simplesmente a dar uma idéia de custo que orienta a viabilidade do projeto. Assim, um orçamento específico da obra deve ser elaborado levando em consideração todas as suas especificações. Variáveis tais como salários e benefícios concedidos aos trabalhadores, impostos, materiais, sazonalidade de insumos, todos devem ser considerados especificamente para cada região.

Enfim, o orçamento de uma obra é algo ligado diretamente ao local onde será implementada. E para que esse orçamento seja realizado com precisão, é necessário a compreensão dessas características regionais, o que, a princípio, pode parecer uma despesa desnecessária, porém que, ao longo da execução, se mostrará de extrema importância. A falta de estudos das características específicas de cada projeto pode levar a gastos extras durante a execução da obra e também de adaptações pós-entrega.

Como exemplo, os materiais não possuem o mesmo valor em todas as regiões do território brasileiro, muito menos no mundo – assim como consideravam os projetos universais. Na realidade, em uma região pode haver abundância de um material e, por isso, ele torna-se menos custoso, e por outro lado, em outra região,

simplesmente pode não existir esse material e, por isso, ele torna-se muito mais caro, pois seria necessário adicionar um alto gasto referente ao frete. O ideal seria utilizar técnicas e materiais locais na execução da obra, com objetivo de tentar minimizar gastos com fretes e contratação de mão-de-obra “externa”.

De fato, a arquitetura feita pelo povo é rica em exemplos para a minimização de custos, em razão dos escassos recursos dos seus construtores. Normalmente, os materiais utilizados pelo povo são os mais abundantes na região, e sua manipulação é dominada pela mão-de-obra local, o que torna mais fácil também a sua futura manutenção.

Muitos arquitetos acreditam que a arquitetura vernacular, por ter se desenvolvido em condições humanas extremas, ter sobrevivido por tanto tempo e por ser um acúmulo de erros e acertos, poderia ter suas técnicas construtivas mais estudadas e aplicadas pelos profissionais da construção. Inicialmente, nas décadas de sessenta e setenta, quando a arquitetura popular começou a ser estudada como uma forma de arquitetura mais ecológica ou sustentável, ainda havia uma visão romântica. Algo como tentar reproduzir como os povos passados, de como era bela a arquitetura desses povos, mesmo não trabalhando com essa intenção em sua forma.

A partir do século XXI, os arquitetos que se interessavam pela arquitetura vernacular passaram a estudar as técnicas populares na construção como fonte de pesquisa para uma arquitetura que agredisse menos o meio ambiente e que mais facilmente se adaptasse a ele. A arquitetura sustentável seria também mais econômica, tanto na sua concepção quanto na sua manutenção, filosofia defendida pelos arquitetos que estudam as técnicas populares e sua inserção pelos profissionais no dia-dia de trabalho.

O fato é que o estudo prévio das características regionais de um projeto é essencial para a elaboração do orçamento mais preciso da obra. Por mais que esse estudo demande tempo dos profissionais, gerando custos adicionais, as informações coletadas serão necessárias ao orçamento e assim evitarão gastos não previstos durante a execução da obra. A elaboração de um projeto que leve em consideração essas características regionais e faça uso das especificações desses materiais e modo de construções regionais pode, de fato, minimizar o custo final da execução da obra.



APÍTULO 5

5. EFICIÊNCIA COM IDENTIDADE: UMA MISSÃO POSSÍVEL

O presente capítulo visa a apresentar alguns exemplos bem sucedidos de projetos ou metodologias que lograram unir eficiência na construção e identificação do usuário final. Ao longo dessa pesquisa, a autora percebeu que uma das maneiras de se utilizar os conhecimentos regionais ou locais pode ser por meio de metodologias de projetos ou construções participativas. Neste trabalho, serão apresentados três diferentes exemplos de métodos - cada um com características particulares - que buscaram a identificação do projeto com o usuário final por meio da participação das comunidades locais. Dois dos exemplos foram encontrados em países latino-americanos que possuem características econômicas e sociais bem similares às aquelas existentes no Brasil: Colômbia e Chile. O terceiro foi apresentado à autora em disciplina do curso de Mestrado da Universidade de Brasília.

É importante ressaltar que não existe *fórmula mágica* para tentar resolver a equação da eficiência com identidade, conforme se constatará com os exemplos que se seguem.

5.1 Colômbia: projetos participativos

El diseño y el planeamiento participativo es un intento de trabajar, no con la informalidad o por la informalidad, sino desde la informalidad; esta precisión es importante porque implica una manera de acercarse y de hacer frente al tema y pretender resolver el problema – es más: como se buscaba aclarar en el punto anterior, buena parte de la cuestión reside en lograr establecer el tema y en qué momento se convierte en problema: y lo más importante: Problema de quién? -. Esta práctica no pretende atender de una manera “participativa” la solución de una deficiencia o necesidad, sino que busca desarrollar de una manera crítica, hábitos y prácticas culturales alrededor de la concepción, uso, transformación y apropiación del espacio, de tal manera que en el proceso se

*vaya logrando cambios significativos frente a la relación de la comunidad – incluida la del profesional – con el entorno, sea ésta la ciudad o el campo.*⁶⁶

O arquiteto colombiano Walter López Borbón desenvolveu, com a parceria da *Universidad Piloto de Colombia*, uma metodologia de como utilizar os ensinamentos populares nas construções voltadas para essa população. A obra *Diseñar en Comunidad* apresenta a idéia de uma arquitetura participativa em todo o seu processo, na qual os usuários da arquitetura em elaboração têm a possibilidade de *projetar* junto com os profissionais e também a de atuar como obreiros, nos casos em que isso seja mais vantajoso para a implementação.

Borbón (2008) defende o resgate da função social do arquiteto, porém sem o viés doutrinador dos arquitetos modernistas do início do século XX. Assinala que a finalidade da arquitetura está no usuário, e que esta deve ser feita para o homem, consideradas suas diferenças culturais, assim como defendiam os arquitetos pós-modernistas. O arquiteto seria, assim, o agente social que viabiliza a idéia de uma arquitetura voltada para o homem comum.

Ao considerar a arquitetura popular uma manifestação cultural e social, assim como os arquitetos brasileiros Weimer e Carlos Lemos, parte da premissa de que a construção popular é uma forma de arquitetura. Entende que a arquitetura popular, ainda que informal, não é “um submundo” (BORBÓN, 2008). É apenas uma reafirmação cultural de quem a idealiza: o povo. Ator que almeja ser respeitado por suas diferenças culturais e que deseja ser escutado e respeitado por quem projeta para si. A arquitetura participativa deveria, portanto, ser idealizada *com* a comunidade e não *para* comunidade, como normalmente preconizam as políticas habitacionais públicas.

Avalia que o problema do déficit habitacional tem fundo político. Dessa maneira, conclui que ao estudar sobre casa popular deve-se levar em consideração a interrelação das esferas cultural e social com a política.

Na obra citada, Borbón revisa a literatura e mostra que o interesse por uma arquitetura para o homem comum, que valorize os saberes populares, começa a ser debatida nas décadas de sessenta e setenta por arquitetos de países desenvolvidos, com

66 BORBÓN, Walter López. *Diseñar en comunidad*, 2008.

posterior adesão de profissionais de países em desenvolvimento, principalmente da América Latina.

Na década de oitenta, Borbón e outros profissionais latino-americanos desenvolveram e colocaram em prática as idéias do projeto com a participação do usuário, que começou com a “autoconstrução” auxiliada por arquitetos. Na obra de Borbón são mencionados estudos e obras realizados por profissionais de outras nacionalidades, em alguns casos com sua participação direta. Arquitetos tais como Christopher Alexander (América do Norte), Jhon Turner (Inglaterra) e Hassan Fathy (Oriente Médio) fazem parte dos profissionais que nas décadas de setenta apresentaram estudos sobre a importância das tradições vernaculares na arquitetura. O estudo das obras desses arquitetos proporcionou a Borbón o embasamento teórico para a metodologia do *projeto participativo*.

Nos trabalhos conjuntos com Christopher Alexander, nas décadas de setenta e oitenta, o autor concluiu que a participação popular nos projetos habitacionais não era somente uma experiência de caráter técnico, era também uma questão política, na medida em que a participação popular permitia demonstrar às comunidades sua própria força.

Sobre o trabalho de Jhon Turner, Borbón cita o enfoque do papel do Estado como administrador de políticas públicas habitacionais. Coloca ênfase na relação do Estado com a iniciativa privada, que em muitos casos é a responsável pela construção. Para Turner, o Estado deve ter supremacia em relação às construtoras para que o interesse social seja sempre respeitado. Para esse arquiteto, o Estado deveria ter a função de representante dos interesses do povo perante a elaboração e execução de obras habitacionais para população de baixa renda.

Com o egípcio Hassan Fathy, Borbón frisa a relação das tradições e expressões culturais e a simbiose dessas com o meio ambiente (BORBÓN, 2008). Na obra *Construindo com o povo* - que é considerado um dos clássicos sobre a arquitetura vernacular – Fathy apresentou a sua metodologia na reconstrução de Nova Gurna, uma cidade no Egito, respeitando as tradições dos moradores. Nesse trabalho, Fathy argumentou que o sucesso do projeto não estaria somente na construção das casas em sua função de abrigo. Além dessa finalidade, haveria também a relação dos moradores

com o ambiente onde foram inseridos, a adaptação às novas condições de moradia, em confronto às tradições dos moradores.

Borbón apresenta o embasamento teórico e prático como parte fundamental para a compreensão de sua metodologia, conforme aplicada à população colombiana. O arquiteto afirma ter pesquisado por vinte anos junto com sua equipe até que conseguisse colocar em prática a metodologia do *projeto participativo* em seu país. Também apresenta a influência de estudos anteriores realizados sobre autoconstrução, que posteriormente tornaram-se projetos de *autoconstrução dirigida* assistidos pelos profissionais e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da *Universidad Piloto de Colombia*. Parece esforçar-se para descartar a possível interpretação de que sua metodologia seria algo *imatura*, ou idéia de um *jovem arquiteto revolucionário*.

Historicamente, a Colômbia teve uma dinâmica de urbanização em condições muito parecidas com as que ocorreram no Brasil. Os centros urbanos, sobretudo a capital Bogotá, cresceram de forma rápida e desordenada. A partir da década de cinquenta, a população rural colombiana, na busca por melhores oportunidades de trabalho nos centros urbanos, passou por forte processo migração das áreas rurais para os centros urbanos, que não estavam preparados para receber o grande número de famílias. Ao mesmo tempo, as taxas de mortalidade diminuíram devido aos avanços na área de medicina e saúde pública, o que causou um aumento populacional acelerado e concentrado principalmente nos centros urbanos. Até os dias atuais, o problema do déficit habitacional na capital colombiana ainda é considerado um dos grandes problemas a serem solucionados.

Na obra de Borbón há também uma pesada crítica aos profissionais que atuam para realizar os desejos arquitetônicos das elites, por desejo de fama e dinheiro. Apenas uma pequena minoria de arquitetos teria a vontade de atuar como agentes sociais, trabalhando em projetos repletos de limitações e dificuldades.

Apesar da metodologia do *Projeto Participativo* ter sido aplicada em obras para a população de baixa renda na Colômbia, cabe esclarecer que ela poderia ser aplicada em projetos direcionados a qualquer segmento – classe média, crianças, portadores de necessidades especiais, estudantes, entre outros. Borbón diz que o mais importante é manter a idéia de democracia durante o processo de criação e execução. A divisão de responsabilidades dentro do projeto faz com que seus integrantes tenham

noção da responsabilidade compartilhada que possuem e acentua a sensação de “pertencimento” nas comunidades.

De acordo com Borbón, o processo pode ser dividido em nove momentos: (1) o encontro; (2) a geografia; (3) os modelos; (4) o programa; (5) a simulação; (6) o projeto; (7) a gestão; (8) a obra; e (9) a transformação permanente, nessa ordem.

Durante o momento do encontro, é importante que o profissional tenha em mente a diferença do que esse encontro significa para o profissional e para a comunidade. Para o profissional, é mais um trabalho com data de começo e fim; enquanto que para a comunidade é um grande fato histórico que está ali para modificar, melhorar a vida da comunidade. É importante que, nesse momento, o profissional converse com os líderes dessa comunidade para conhecê-la melhor, e estreitar o contato com o líder comunitário: o responsável pela intermediação do arquiteto com a comunidade. Ainda não é o momento de tirar fotos ou fazer anotações, sem que tenham a permissão do líder. A agenda de trabalho deve ser elaborada nesse momento, em uma ação conjunta dos profissionais com o líder comunitário. A credibilidade do profissional perante a comunidade começa a ser erigida nesse momento, por isso a importância desse primeiro momento. O ideal é que então seja criado um atelier de trabalho, uma oficina, dentro da comunidade, onde os profissionais trabalharão de *portas e ouvidos bem abertos* aos anseios da comunidade, durante todo o processo.

O momento da geografia estaria relacionado à trajetória dessa comunidade. Como descreve Borbón, é o momento da geografia pela ótica da história (BORBÓN, 2008). Pesquisam-se, então, os relatos históricos da formação da comunidade, os personagens importantes na comunidade, como estava antes organizada e como está conformada nesse momento. Essa pesquisa deve contemplar também as tradições da comunidade, transmitidas verbalmente. Essas versões passadas de *boca-a-boca* devem ser confrontadas com as fontes escritas ou oficiais. Nesse momento, a confiança já deve estar estabelecida entre o profissional e a comunidade. Para que seja dada continuidade ao processo, o arquiteto deve ter fé no que diz a comunidade e essa deve acreditar que o arquiteto está trabalhando com as informações por ela prestadas.

O momento dos modelos é quando a idéia começa a sair do imaginário para ser representada em três dimensões. Um bom modelo de compreensão da comunidade é a *maquete móvel*, aquela que possui os elementos *soltos*, que serão mexidos e

remexidos ao longo do projeto por todos: profissionais e comunidade. Os modelos bidimensionais – plantas baixas, cortes e fachadas – apesar de serem de fácil entendimento para os arquitetos, não são indicados para este tipo de trabalho por sua difícil tradução aos olhos dos populares.

O momento do projeto é dos mais importantes, pois é a materialização dos anseios da comunidade e dos profissionais. É importante ressaltar que o projeto deve contemplar os custos econômicos e sociais que a execução da obra vai gerar para a comunidade. Todas as partes da execução devem ser apresentadas a comunidade, ou melhor, devem ser elaboradas em conjunto com a comunidade no atelier criado no primeiro momento.

O momento da gestão está associado aos momentos do projeto e da obra. É a gestão das atividades das pessoas que participam na elaboração do projeto e também na execução da obra: é como o profissional *escuta*, aceita e respeita os anseios da comunidade. A gestão bem feita evita que ocorram frustrações relacionadas às expectativas da comunidade pelo que será executado no projeto final.

No momento da obra dividem-se as tarefas e todos participam. Aqui a figura do líder comunitário também se destaca como parceiro dos profissionais que trabalham junto à comunidade. O líder tem a responsabilidade de fazer a intermediação do profissional e da comunidade. É importante destacar que o momento da obra não necessariamente será executado pela comunidade, pois se for verificado que para a execução a contratação de mão-de-obra especializada será a melhor opção, assim será feito. Porém a fiscalização da obra terá a participação da comunidade e dos profissionais, no caso de execução por terceiros. De fato, os momentos do projeto e da obra podem ajudar a melhorar a convivência entre os moradores da comunidade.

O momento da transformação permanente é a avaliação do resultado da obra elaborada por todos que fizeram parte do projeto: profissionais e comunidade. Analisam-se seus pontos positivos e negativos, os ajustes finais necessários não-previstos, entre outros itens.

É importante que todos os momentos contem com a participação da comunidade, pois os profissionais do *Projeto Participativo* devem trabalhar *com* a

comunidade e não *para* ela. Também que todo o processo seja de fácil compreensão e manejo para a comunidade, por isso a *maquete móvel* é uma ótima opção para a apresentação do projeto e manejo das alterações ocorridas durante o processo.

O sucesso do *Projeto Participativo* depende principalmente do posicionamento adotado pelos profissionais que fazem parte da equipe. Esses devem saber aceitar a participação da comunidade, e serem capazes de mostrar que não há diferença entre os profissionais e a comunidade, tendo em mente que todos formam uma equipe e são iguais.

Os projetos postos em prática com essa metodologia pela equipe de Borbón são: *El Taller infantil de arquitectura popular, Villa Armerita, El Cacarica y El Río Atrato*.

Em 1982 começou a ser implementado o projeto *El Taller infantil de arquitectura popular* (TIAP) por Borbón e sua equipe em um bairro de classe baixa na Colombia. A idéia era a de se projetar uma área de lazer infantil e para co-autores dessa obra foram escaladas as próprias crianças que iriam usufruir desse espaço no dia-a-dia. A oficina de criação foi montada no local da obra e inicialmente os profissionais sentiram certa resistência na instalação da oficina por parte dos moradores do bairro. O questionamento era sobre qual era a real necessidade de se projetar, ou seja, de desenhar, ou mesmo de planejar. Os moradores queriam algo concreto, porém acreditavam que os projetos seriam uma *perda de tempo*, eles queriam a obra e não *o papel*. Porém, com o passar do tempo e a proposição conjunta de uma agenda de trabalho, a comunidade conseguiu perceber a importância do projeto.

Para o caso específico desse projeto, que receberia a colaboração infantil, foi necessário o acréscimo de alguns outros profissionais: uma psicóloga infantil, uma pedagoga e um músico. Por dezoito meses, a equipe composta por profissionais e crianças *passou o tempo desenhando* e pesquisando o *parque ideal*. Observe-se que esse lapso de tempo é bem superior ao que seria despendido caso tivesse sido contratado um arquiteto para elaborar esse projeto de área de lazer infantil de 53m x18m.

Porém, a idéia principal do projeto ia além de se construir uma praça infantil, era também a de despertar outros interesses até então desconhecidos daquelas crianças,

de agregar a comunidade e mostrar que aquelas pessoas também têm boas idéias e que devem ser escutadas. Tem-se assim o papel cultural, social e também político do *Projeto Participativo*:

Esta experiencia contempla cuatro momentos: uno inicial de definición de roles, dinámicas de trabajo, formas de relación tanto al interior del grupo como con el barrio y la ciudad; un momento posterior de consolidación de los participantes – tanto así, que hacer parte del TIAP daba estatus entre los niños y niñas al punto de llegar a plantear condiciones para la admisión; un tercero de concreción del diseño y gestión del proyecto, y un último de construcción y mantenimiento. La manera fundamental de trabajar se dió a partir del juego y las actividades lúdicas, de tal forma que la participación en el proyecto era una prolongación de muchas actividades adelantadas espontáneamente en la calle, o momentos ganados a las difíciles condiciones de vida de los niños y las niñas, como por ejemplo, las constantes escenas de violencia intrafamiliar. Instrumentos como la bitácora, el seguimiento fotográfico, el paneamiento mensual y trimensual de las actividades, el archivo en la oficina, eran mecanismos que garantizaban la continuidad de las actividades .⁶⁷

A praça para as crianças foi inaugurada três anos após o início do projeto. Depois de pronta, passou a ser administrada pela associação de moradores do bairro. Após alguns anos de intenso uso essa área de lazer infantil, percebeu-se um grande problema: nos finais de semana, no horário noturno e na madrugada, alguns jovens começaram a utilizar o espaço como ponto de encontro juvenil. O que passou a ocorrer foi que esses frequentadores noturnos eram barulhentos e incomodavam os moradores ao redor da praça. A associação de moradores decidiu então derrubar a obra, pois se viram impossibilitados de controlar os jovens frequentadores noturnos, apesar de, à época, ainda continuar atendendo às crianças durante o dia.

De acordo com Borbón, o projeto participativo realizado nessa área infantil conseguiu atingir seu objetivo, não obstante seu destino. Ele crê que o projeto participativo deve ser analisado como um meio e não como um fim. Dessa maneira, esse projeto teria fortalecido as relações sociais do bairro e despertado interesses até o

⁶⁷ BORBÓN, Walter López. *Diseñar em comunidad*, 2008.

momento desconhecidos naquela comunidade: descobriu-se a importância do trabalho em grupo e despertaram-se capacidades latentes. A comunidade, enfim, foi responsável pela produção de um projeto que imprimia no terreno sua própria identidade.



Figura 31: Maquete móvel - TIAP.

Figura 32: Trabalho participativo com a comunidade - TIAP.

Figura 33: execução obra - TIAP.

Fonte: arquivos pessoais BORBÓN, Walter López

O projeto da *Villa Armenita* tinha como objetivo realocar famílias que perderam suas casas devido a um grave desastre natural. Borbón foi chamado, em 1986, para ser o responsável pelo projeto, e o processo de projetar e executar o bairro popular terminou em três anos. A participação dos futuros moradores nesse projeto foi quase que completa, desde a escolha do terreno até a execução de parte das edificações.

A equipe de arquitetos responsável analisou a opção mais vantajosa para a construção: um mutirão assistido por arquitetos ou a execução por obreiros terceirizados, tendo optado por uma solução mista. Durante os dias de semana, obreiros especializados trabalhavam na obra e, nos finais de semana, eram incluídos na escala de trabalho os adultos das famílias que receberiam as novas habitações. Até a escolha dos materiais também levou em consideração aqueles que poderiam ser manipulados pelos próprios moradores.

Absolutamente todas as etapas de construção desse bairro foram elaboradas em conjunto com os novos moradores, com resultado altamente satisfatório para ambas as partes. Posteriormente, a administração do bairro também foi passada para os moradores com sucesso, graças ao profundo envolvimento da população.

O projeto habitacional de *El Cacarica y El Río Atrato* foi elaborado para realocar famílias que viviam em áreas onde sofriam por violência devido à atuação de grupos guerrilheiros. O governo colombiano destinou um terreno para esse projeto

habitacional e mobilizou grande verba para o projeto. A equipe de profissionais de Borbón foi chamada para trabalhar com a metodologia do projeto participativo para a elaboração do projeto desse novo bairro. Inicialmente, trabalhou-se com a mão-de-obra de equipe especializada, alternado com mutirão, sempre com a participação dos moradores. A maquete móvel foi o maior aliado para a aplicação dessa metodologia, pois era de fácil compreensão a todos.

Infelizmente, após quatro anos de execução as obras continuaram incompletas, pois o projeto saiu da lista de prioridades das políticas habitacionais do Governo colombiano. A idéia atual da equipe de Borbón é a de se trabalhar em mutirão com a comunidade, supervisionado pela equipe de profissionais, de maneira a conseguirem finalizar as obras do bairro. A parte que ficou incompleta foi a de infraestrutura urbana, de complexa realização pelos próprios moradores.

O que se percebe é que, a despeito de seus méritos, a metodologia do projeto participativo é bem mais lenta do que as políticas habitacionais tradicionais. Porém, apresenta resultados mais satisfatórios para os novos moradores e para a equipe de profissionais. Por ser uma metodologia e não *uma receita* de construção, possui grande flexibilidade, bastando somente adaptá-la ao projeto em questão.

5.2 Chile: Projeto Elemental

O Chile também é um país que sofre com alto déficit habitacional e possui condições sócio-econômicas parecidas com Brasil e Colômbia. O projeto habitacional desenvolvido pela equipe de arquitetos da empresa Elemental, liderado pelo arquiteto Alejandro Aravena, ganhou destaque internacional por seus resultados positivos, tanto do ponto de vista do Governo, quanto pela boa aceitação por parte da comunidade favorecida.

Em 2003, o Governo do Chile procurava uma solução para abrigar uma comunidade que já ocupava, irregularmente, um terreno de 5.000 m² em Quinta Monroy – bairro da cidade desértica de Iquique. A idéia era regularizar as casas das cem famílias que ali viviam e dar a elas habitações decentes, e o mais importante era que todas as famílias que ali viviam recebessem casas.

Alejandro Aravena havia sido selecionado por meio de concurso para o desenvolvimento de uma metodologia de produção de habitações de interesse popular

baseada na mistura do trabalho de profissionais e na possibilidade de alterações posteriores pelos moradores, e por isso foi convocado pelo Governo chileno para resolver o problema de regularização das casas da população de Quinta Monroy.

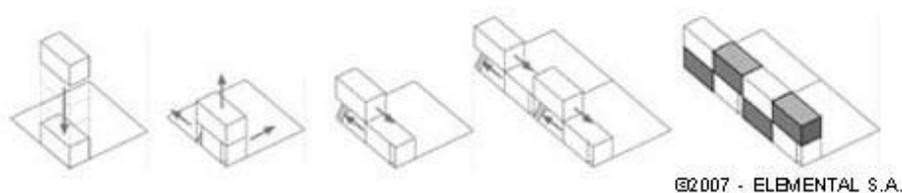


Figura 34: esquema desenvolvido pela Equipe Elemental para expansão das unidades habitacionais.
Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011.

A idéia do Governo Chileno era fazer da metodologia do projeto habitacional Elemental um projeto piloto para tentar resolver o problema de déficit habitacional no país, de acordo com o orçamento disponível pelo governo. No projeto do bairro Quinta Monroy foram construídas 100 habitações de interesse popular. Porém, o Governo pretende beneficiar um total de 1.050 famílias no território chileno.

Para o projeto da Quinta Monroy, o Governo disponibilizou US\$7.500 para a construção de cada casa, incluída toda a infra-estrutura necessária para que as famílias vivessem em suas novas habitações. Como o orçamento disponível era relativamente baixo para toda a construção, a equipe de arquitetura decidiu que seria construída a parte do projeto que necessitava o conhecimento de profissionais – infra-estrutura urbana, estruturas, vedações, escadas, coberturas, instalações, entre outras – o restante seria realizado pelos moradores ao longo do tempo e de acordo com o poder aquisitivo que cada um tivesse disponibilizado. Entregaram-se, portanto, construções *cruas*, sem os acabamentos. Para a equipe Elemental, seria melhor construir com qualidade e segurança as partes que realmente necessitavam um conhecimento de arquitetura e engenharia, do que usar materiais de baixa qualidade na tentativa de diminuir o custo da unidade habitacional e entregar uma obra completa, porém de baixa qualidade.

As casas tinham previsão de expansão e para que isso ocorresse com qualidade e de forma organizada, foi criada no bairro uma oficina de auxílio aos moradores acerca de como fazer essa expansão de maneira participativa.

O projeto da Quinta Monroy foi elaborado em meados de 2003, e em 2004 iniciaram-se as obras. O prazo para a finalização da obra foi de nove meses,

relativamente rápida, e o resultado levou a um reconhecimento por parte dos moradores e também internacional dessa metodologia de construção.



Figura 35: Projeto Elemental Quinta Monroy.

Fonte : [//www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/](http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/). Consultada em fevereiro de 2011.



Figura 36: Projeto Elemental Quinta Monroy- Construção crua (esquerda) e já com intervenções dos moradores (direita).

Fonte : [//www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/](http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/). Consultada em fevereiro de 2011.



Figura 37: Planta de situação Projeto Elemental para Quinta Monroy.
 Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011.

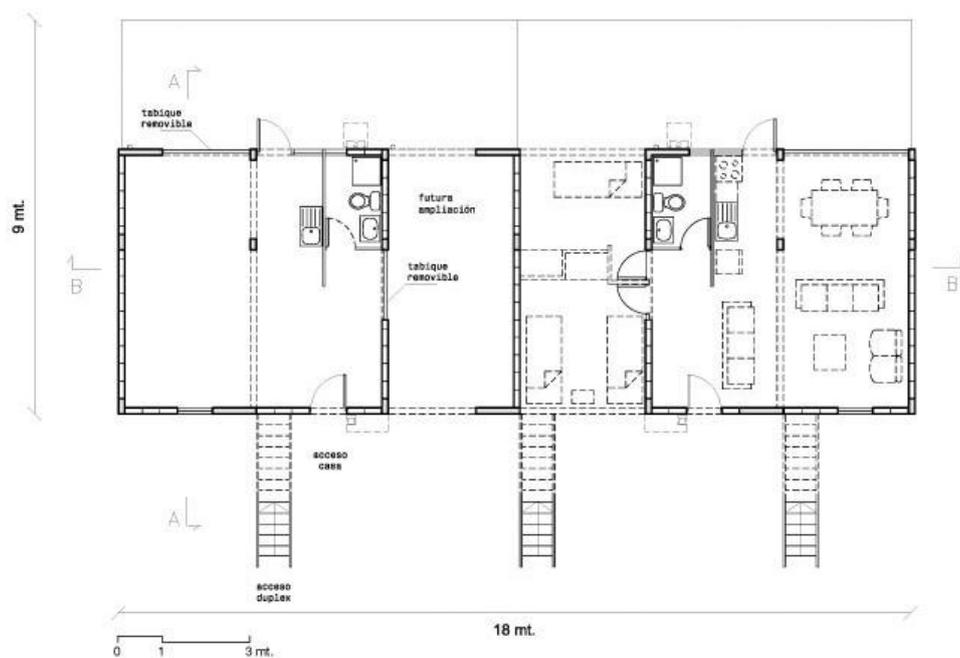


Figura 38: Planta baixa, primeiro piso. Projeto Elemental para Quinta Monroy.
 Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011.

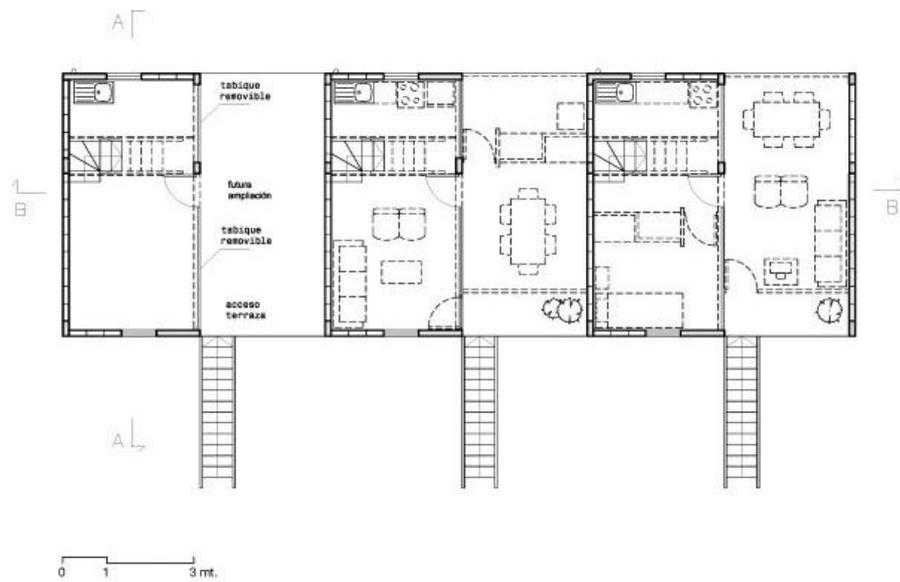


Figura 39: Planta baixa, segundo piso. Projeto Elemental para Quinta Monroy.
 Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011.

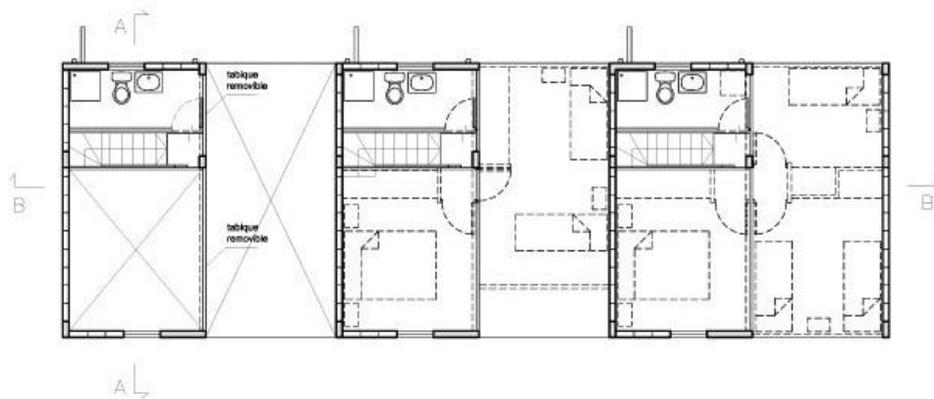


Figura 40: Planta baixa, terceiro piso. Projeto Elemental para Quinta Monroy.
 Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011

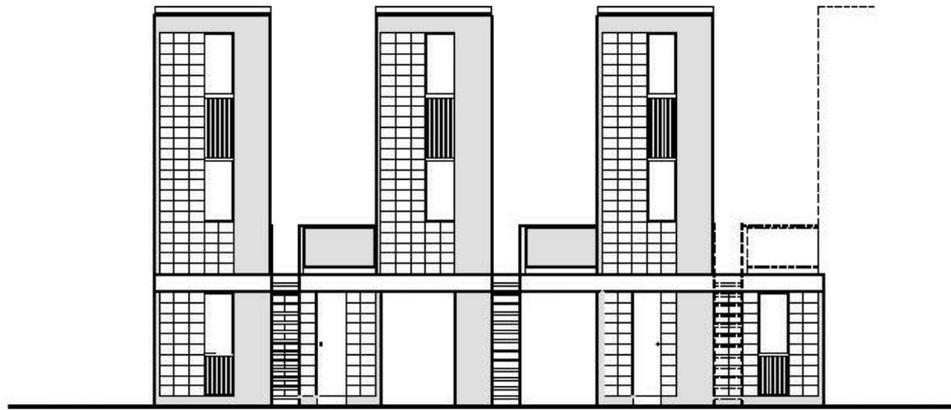


Figura 41: Fachada. Projeto Elemental para Quinta Monroy.
Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011

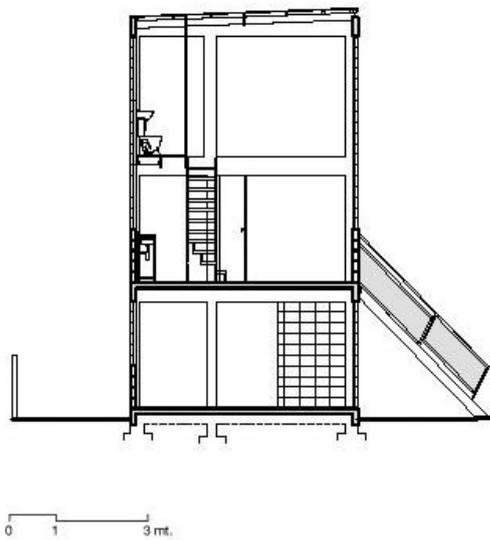


Figura 42: Corte transversal. Projeto Elemental para Quinta Monroy.
Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011

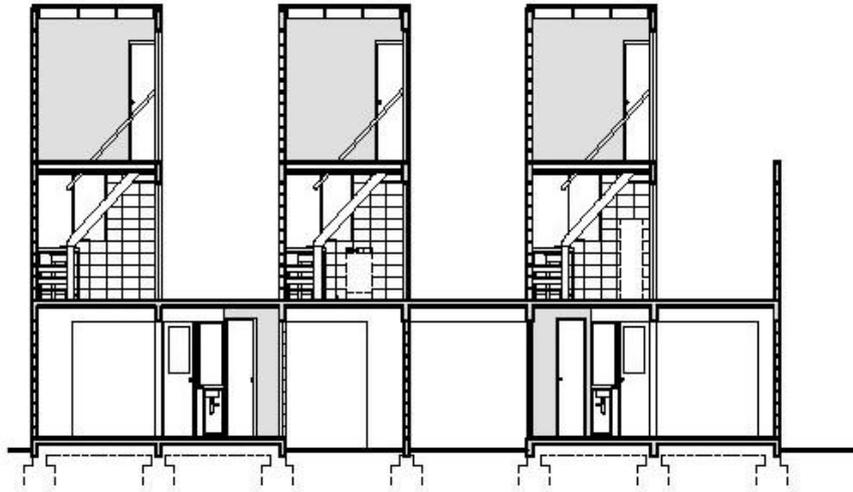


Figura 43: Corte longitudinal. Projeto Elemental para Quinta Monroy.
Fonte: <http://www.archdaily.com/10775/quinta-monroy-elemental/>. Consultada em fevereiro de 2011

Em 2006, o arquiteto Sergio Arturo Alfaro Malatesta dedicou um capítulo de sua tese de doutorado para a *Universidad Politécnica de Cataluña* para fazer uma análise do projeto de Alejandro Aravena na Quinta Monroy. A tese, intitulada *Proyectos de Innovación Tecnológica en la Ingeniería del Proceso y del Producto*, detalha toda a metodologia aplicada nesse projeto. Malatesta também analisa a situação em que se encontrava o conjunto habitacional em 2006, já com dois anos de uso.

El estado actual del proyecto ha superado su fase de construcción inicial, las familias se encuentran habitando la estructura básica desde diciembre de 2004, dado que el sentido de la propuesta plantea un enfoque de crecimiento progresivo, los espacios vacantes de la estructura están disponibles para ejecutar las ampliaciones que requiere cada familia de acuerdo a sus posibilidades economicas, las reformas interiores como las exteriores cuentan con un apoyo permanente de especialistas que operan en terreno, para regular las soluciones implicadas en cada caso .⁶⁸

68 MALATESTA, Sergio Arturo Alfaro. *Capítulo 4: Estudio y presentación Elemental, Quinta Monroy, Iquique, Chile In Proyectos de Innovación Tecnológica en la Ingeniería del Proceso y Producto.*, 2006.

Malatesta credits o sucesso do Projeto Elemental à organização técnica e social provida pela Oficina de Trabalho. Nesse escritório administrativo do bairro, além de profissionais da área de construção, também trabalham assistentes sociais para auxiliar a organização social dos moradores dessa comunidade.

De acordo com o trabalho de Malatesta, as obras realizadas pelos moradores são de muito boa qualidade, o que poderia ser explicado pelo fato de a oficina de trabalho atuar também como assessora na autoconstrução do bairro, numa espécie de autoconstrução assistida. Essa atitude diminui as chances de se construir com materiais e técnicas que possam adicionar risco às construções. Vale também lembrar que as estruturas das construções foram projetadas para receber as expansões, logo estão superdimensionadas, o que passa maior segurança nas obras de autoconstrução realizadas posteriormente.

O autor enfatiza que o projeto tem uma preocupação social: prover e manter a boa convivência entre os vizinhos. Como há a possibilidade de expansão das unidades habitacionais e isso ocorre em diferentes momentos para cada casa, a oficina de trabalho no bairro auxilia os moradores a fazerem suas ampliações sem que seja ultrapassado o limite de cada vizinho. Dessa maneira, a oficina de trabalho também tenta prover a organização social na comunidade.

Para facilitar a compreensão por parte da comunidade, os profissionais do Projeto Elemental fazem uso da *maquete móvel*, de audiências participativas - e não meramente expositivas, de modo a garantir que os moradores participem diretamente do processo de construção, garantindo maior credibilidade.

Em capítulo anterior fez-se referência à proposta do arquiteto neerlandês N. John Habraken, denominada *Suportes*, baseada na metodologia da *Stiching Architecten Research* (SAR), apresentada na década de sessenta, na Europa. Chamou a atenção da autora que Habraken propôs algo similar à proposta da Elemental viabilizada algumas décadas mais tarde. Habraken apresenta o projeto para alojamento em massas, pela flexibilidade na moradia. Dever-se-ia construir aquilo que é essencial – estruturas, instalações, os vãos, entre outros – e as outras partes seriam feitas aos poucos.

A metodologia do Projeto Elemental lembra em partes a proposta do *Desenho de Suportes*, principalmente no projeto da unidade habitacional. Porém, vale lembrar

que a proposta Elemental vai além, pois também propõe toda a organização social no projeto habitacional.

O Projeto Elemental é mais do que uma simples política habitacional, é também uma política de inserção social. Outro item essencial para o êxito dessa metodologia foi a regularização do terreno, ocupado há anos de maneira irregular. As autoridades não realocaram essa comunidade para uma zona afastada da cidade, como normalmente ocorre, o que facilitou a relação entre comunidade e Governo. Além disso, essa confiança foi reafirmada no momento em que se estabeleceu uma política de autoconstrução assistida. A participação da comunidade nos projetos de ampliação de suas casas fez com que essa população se sentisse escutada, respeitada e realmente atendida em suas necessidades.

Essa metodologia obteve sucesso por estar apoiada em uma relação entre Governo, construtores e comunidade. Relação em que todos os atores acrescentam seus conhecimentos e todos são valorizados. Há uma separação de papéis e cada ator respeita o seu espaço, pois vê o bom resultado no funcionamento do conjunto.

A metodologia do Projeto Elemental também trabalha com o projeto participativo na comunidade, mas é uma metodologia bem diferente da apresentada anteriormente: o *Projeto Participativo* de Borbón. Na metodologia de Borbón os atores se misturam e trabalham no sentido mais amplo da palavra *participação*. Os resultados normalmente são mais lentos que o comum, porém são positivos para todos os atores. Borbón também faz um trabalho de divulgação no meio acadêmico de sua metodologia, dessa maneira embasando teoricamente o passo-a-passo da metodologia do *Projeto Participativo*.

Já na metodologia do Projeto Elemental há uma divisão de papéis muito rigorosa e todos os atores compreendem essa divisão, pois essa é a uma das *chaves* do sucesso. A participação é relativa, pois cada um tem o seu momento de agir, porém isso é perfeitamente aceitável por todos. O que ocorre na metodologia do Projeto Elemental é uma forte gestão de todo o processo.

O mais importante é que tanto a metodologia aplicada na Colômbia quanto a que está em uso no Chile conseguem atingir o sucesso tanto quanto política habitacional e social, agregando valores às comunidades atingidas por elas. Há a

participação da comunidade, essa é escutada e respeitada, de maneira a não estranhar o resultado final. Ao contrário, vê nessas casas o seu *lar doce lar*, pois o resultado apresenta um respeito às suas tradições em à forma como esses moradores vivenciam uma casa, havendo o reconhecimento da identidade de cada comunidade nesses projetos.

5.3 Brasil: experiência estágio docente na UnB com Prof. Luiz Albert Gouvêa – Jacaré

(...). A participação não somente estabelece as prioridades da maioria na destinação dos recursos públicos, como também induz a uma manutenção mais cuidadosa dos espaços por aqueles que participaram da sua concepção, tornando a conservação da cidade economicamente mais viável e mais sustentável.

A participação também imprime à forma urbana a marca cultural da população que irá se apropriar dos espaços, garantindo mais o atendimento às necessidades funcionais, pois pode perpetuar e incluir, de maneira consciente e genuína, a cultura de uma comunidade e mesmo de todo um povo na organização da cidade.⁶⁹

Durante o primeiro semestre de 2009, a autora realizou seu Estágio Docente sob a supervisão do Professor Luiz Alberto Gouvêa - conhecido no meio acadêmico por Jacaré, na disciplina “Projeto Urbano”, parte integrante do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB). Nessa disciplina, o Professor Luiz Alberto Gouvêa desenvolve um trabalho aplicado de urbanização em cidades próximas de Brasília que sofreram com o crescimento desordenado, a ocupação irregular e, conseqüentemente, com o déficit habitacional.

O arquiteto e professor Luiz Alberto Gouvêa desenvolveu em seu livro *Cidadevida* um método de ensino que passou a ser utilizado como roteiro das aulas aos seus alunos, aplicado no semestre em que a autora participou da disciplina como estagiária. Essa metodologia destaca-se por seu engajamento social - o resgate do papel de agente social do arquiteto - e está baseada em anos de pesquisa e ensino na área de projetos de arquitetura e urbanismo de caráter participativo, levados a cabo pelo

69 GOUVÊA, Luiz Alberto. *Cidadevida*, 2008.

professor. Gouvêa considera, em seus projetos, as necessidades socioeconômicas, ecológicas, culturais, regionais e locais.

A obra de Gouvêa, assim como o trabalho desenvolvido em sala de aula com os alunos, foram elaborados com enfoque no Planalto Central do Brasil. Porém, por ser uma metodologia de trabalho, esta poderia ser adaptada e aplicada em qualquer projeto de arquitetura e de urbanismo. Faceta interessante desta filosofia é despertar o interesse pela arquitetura participativa desde a faculdade, em bases pragmáticas, fazendo que os alunos trabalhem e projetem nas reais condições que um profissional faria caso fosse contratado para tal.

Durante o estágio docente da autora, as áreas escolhidas para desenvolver projetos de urbanização foram a Vila Telebrásilia (DF), Paranoá (DF), Itapoã (DF) e Corumbá (GO): áreas no Distrito Federal (DF) e entorno que possuem ocupações irregulares, têm déficit habitacional e de infra-estrutura urbana.

Ao longo do semestre, foram apresentadas a disciplina, sua finalidade e as etapas da metodologia de projeto. As avaliações foram divididas em três etapas, no mesmo período.

A primeira etapa é denominada *Planejando o projeto – um caminho*:

*Apresentação sintética e objetiva de um método de planejamento do projeto, de levantamento de dados, de análise, diagnose e formulação de diretrizes para planejar o projeto urbano, numa visão de projeto ambiental urbano sustentável, para a região Planaltina de Goiás. Seu desenvolvimento deverá considerar problemas concretos, contextualizados e na perspectiva de as faculdades de Arquitetura e Urbanismo e das universidades públicas brasileiras assumirem seu papel social e trabalharem no sentido de formular soluções para os problemas da sociedade que, em última instância, é quem as financia.*⁷⁰

Nessa etapa, os alunos realizaram visita ao local escolhido para o projeto urbano – uma das cidades citadas acima – e coletaram dados e observações preliminares. Gouvêa orientou os alunos a atuarem não só como arquitetos, mas,

70 GOUVÊA, Luiz Alberto. *Cidadevida*, 2008.

principalmente, como sociólogos ou assistentes sociais a fim de inspirar a credibilidade da comunidade desde o primeiro contato.

Inicialmente, os alunos deveriam preparar um *planejamento preliminar*, de maneira a auxiliá-los na elaboração de uma visão do projeto como um todo. Os itens contidos nesse planejamento inicial sugeridos foram: título do projeto, objetivo e justificativa, problema/potencialidade, objetivos, utilização social dos resultados, etapas e cronogramas, meios e bibliografia básica (GOUVÊA, 2008).

Após desenvolver uma idéia global do projeto, os alunos foram orientados a iniciar o levantamento de dados. Foi esse o momento de entrar em contato direto com a comunidade em questão, escutando as suas necessidades. Os dados que foram apresentados pelos alunos ao professor foram classificados em antrópicos e ecológicos, em forma de mapas, tabelas, texto, fotos, entre outros.

A análise – de problemas e de potencialidade - também deveria ser apresentada nessa etapa, e levava em consideração os dados levantados anteriormente. O professor orientou os alunos para que dessem o devido valor às análises feitas pela própria comunidade, para que não obtivessem somente a visão do profissional, e frisou a importância da análise daqueles que usam o espaço no dia-a-dia.

Após a análise, procedeu-se ao diagnóstico e ao esboço das diretrizes do projeto. Os alunos deveriam dedicar-se a conhecer profundamente os problemas apresentados pela comunidade e a estabelecer os caminhos para que esses fossem sanados. Nesse momento, o diagnóstico deveria se apresentar de forma sintética, pois nas etapas seguintes é que os alunos deveriam detalhar essas diretrizes. Também dever-se-ia apresentar um mapa-síntese ambiental urbano.

O professor sugeriu que os alunos fizessem uma *maquete móvel* que iria ser utilizada durante todo o semestre nas apresentações das diferentes etapas do projeto com vistas a aproximar a linguagem técnica à linguagem da comunidade.

Os alunos também foram orientados a escutar a todos e dar atenção a cada cidadão que participasse da coleta de dados. O contato do profissional com pessoas importantes na comunidade – líderes comunitários, religiosos e outras pessoas de confiança da comunidade escolhida – é de extrema importância para que o arquiteto seja aceito pela comunidade, ressaltava o mestre a seus alunos. Nesse momento, dever-

se-ia fazer o levantamento de dados, a análise, o diagnóstico e uma primeira elaboração de diretrizes. Para o sucesso dessa etapa, cada um desses elementos deveria ser debatido e discutido junto à comunidade beneficiada para que fossem respeitados os seus anseios e aumentasse a probabilidade de se conceber um projeto sustentável no longo prazo.

A primeira avaliação da disciplina ocorreu um mês após o início das aulas e foram apresentadas pelos alunos a etapa de planejamento do projeto de cada grupo. A impressão que a autora teve durante a execução da primeira etapa é que, de início, os alunos tenderam a resistir às observações e análises dos moradores, por se tratar de metodologia incomum nas faculdades de arquitetura e urbanismo. Porém, ao longo do processo, os alunos começaram a se familiarizar com as comunidades, aproximando-se principalmente dos líderes comunitários.

Na etapa seguinte, foi executado o planejamento urbano propriamente dito, com as correções sugeridas – pelo professor e também pela comunidade. Também se fez uma avaliação dos riscos potenciais da implementação do projeto para a comunidade beneficiada, incluindo aspectos socioeconômicos. Apresentou-se, ademais, a planta urbanística com as informações levantadas até o momento. A *maquete móvel* continuou a ser utilizada nessa etapa e articulada sempre para auxiliar na visualização do projeto.

Na terceira e última etapa do projeto, os alunos procederam às correções solicitadas na etapa anterior – pelo professor e pela comunidade - e apresentaram os detalhes do projeto urbanístico. Durante todas as etapas houve participação de representantes das comunidades convidados a assistir, avaliar e sugerir alterações ao projeto em questão. Gouvêa sugeriu aos alunos que essa terceira etapa fosse apresentada diretamente na comunidade onde deveria ser executado o projeto urbano, em uma espécie de apresentação participativa e não meramente expositiva.

Esse trabalho de apresentação da metodologia do projeto participativo, idealizada pelo Professor Luiz Alberto Gouvêa, é de extrema importância na formação dos novos arquitetos. Normalmente, as instituições de ensino de arquitetura no Brasil passam grande parte do curso ensinando aos alunos as grandes obras arquitetônicas e seus grandes mestres, muitas vezes deixando de apresentar que, além de artista, o arquiteto também tem a função de agente social. O arquiteto não atua

somente na elaboração de projetos que serão estampados nas revistas de grande circulação do meio, esse profissional também é muitas vezes o idealizador do sonho de viver em uma habitação descente e também o provedor de lares a uma grande parte da população menos favorecida. Esse arquiteto deve escutar e permitir a participação da população por vários motivos, entre eles está o de valorizar o saber popular na construção, enfatizar a democracia na construção. Há também a questão da sustentabilidade do projeto, pois se a comunidade participa da elaboração e da execução do projeto, está também melhor capacitada a gerir sua manutenção após a entrega, em razão de possuir conhecimento total do projeto.

O ensinamento do projeto participativo nas faculdades abre um precedente para a geração de futuros arquitetos atuando de uma maneira mais democrática e aprendendo a utilizar as tradições populares na construção. Permite que a população menos favorecida participe dos projetos voltados para ela, aumentando a satisfação com a obra recebida. Por outro lado, o arquiteto aprende também as técnicas populares e fica satisfeito por ver o seu projeto ser bem aceito e não ser *mutilado* – na tentativa de adaptação aos costumes de quem recebeu a obra - depois de alguns anos de uso.

A disciplina que a autora teve a honra de participar conseguiu mostrar esses novos valores àqueles futuros arquitetos. No início do trabalho, a autora percebeu certo estranhamento por parte de alguns alunos a essa metodologia de participação da comunidade na elaboração do projeto. Porém, no final da disciplina, ficou nítido o aprendizado por parte de todos: alunos e comunidades. Essa metodologia ajuda o arquiteto a imprimir a identidade da população beneficiada nos projetos, e isso é de extrema importância para o sucesso final da obra.

A autora recorda-se de Gouvêa haver mencionado em uma das aulas que, durante a elaboração de um desses projetos urbanos participativos, um líder comunitário com quem o professor havia trabalhado se sentiu tão prestigiado e satisfeito com essa metodologia que aflorou nele a vontade de voltar a estudar para também poder ensinar a outros cidadãos, o que ele realmente fez. Esse é o verdadeiro papel social da arquitetura e urbanismo.

A metodologia de Gouvêa é um tanto quanto parecida com a apresentada pelo arquiteto colombiano Borbón. Ambos são professores universitários e, nos dois casos,

há uma didática muito bem embasada. Além de apresentar as suas metodologias aos profissionais, e despertar neles a vocação para o trabalho participativo, imprimindo nos projetos a identidade de quem os recebe. Parece haver também o desejo de provocar nos alunos o interesse na discussão, no meio acadêmico, sobre a relevância dos estudos e aplicações de técnicas regionais nos projetos de arquitetura para projetos de interesse sociais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um momento histórico no Brasil em que as políticas habitacionais voltaram a receber a devida atenção governamental, é de grande valia que os profissionais reflitam sobre o que foi feito no Brasil nessa área até os dias de hoje.

Só assim pode-se aprender com os erros do passado, a exemplo das repetidas tentativas de produzir altos números de moradias sem a preocupação em saber se o usuário final se identificava ou não com o produto entregue. Seguindo esta via, será possível evitar que, com o passar dos anos, novos projetos sejam alterados por seus usuários na tentativa de reproduzir seu conceito próprio de lar nas casas entregues pelo Governo. Pois está claro que o povo deseja um lar, e não somente uma casa.

Os exemplos apresentados de projetos e metodologias que utilizam a participação do povo são evidência da importância e da viabilidade do envolvimento de todos os atores interessados no atendimento de suas necessidades habitacionais. Essas metodologias fazem parte de algumas das práticas arquitetônicas que utilizam conhecimentos regionais ou locais e podem ajudar a obter melhores resultados nas construções direcionadas para população de baixa renda. Os diferentes métodos participativos exemplificados nesse trabalho podem representar muito bem como buscar a identidade do usuário final por meio das tradições regionais ou locais.

Esse trabalho não tem intenção de apresentar *fórmulas mágicas*. A intenção da autora é despertar o interesse dos profissionais em trabalhar junto com o povo nos projetos para ele voltados. Se um arquiteto é capaz de *transferir para o papel* os anseios dos usuários finais de um projeto privado, por que deveria fazer diferente nas construções de interesse social? A participação do povo - nos projetos e também nas obras - pode ser uma das respostas para a busca de projetos economicamente mais eficientes, e que, ao mesmo tempo, garantam o reconhecimento do usuário final.

A autora, finalmente, deseja que esse trabalho estimule o aprofundamento dos estudos das tradições e costumes populares, de tal forma que o povo seja escutado em seus anseios e respeitado em suas crenças e valores. O grande anseio da autora seria ver no futuro projetos habitacionais sendo elaborados e construídos em sintonia com

características regionais, que otimizem os recursos públicos ao mesmo tempo que logrem obter o reconhecimento dos moradores das camadas de baixa renda.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. *O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930*. Revista Risco. São Paulo, n.8, fev. 2008. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco8-pdf/02_art03_risco8.pdf>. Acesso em: outubro de 2010.

ASQUITH, Lindsay; **VELLINGA**, Marcel. *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century: Theory, education and practice*. New York: Taylor & Francis, 2006.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro: O Globo/Klick Editora, 1997.

AZEVEDO, André Nunes de. *A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n.10, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf>. Acesso em: novembro de 2010.

BAKER, Geoffrey H. *Le Corbusier uma análise da forma*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do rio de Janeiro como a Cidade Maravilhosa*. Revista Bibliográficas de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, v. XV, n. 865, março. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>>. Acesso em: dezembro de 2010.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BITTAR, Willian Seba Mallmann. *O espaço do “habitar” no Brasil: considerações sobre sua evolução*. 1995. Tese (Livre Docência). Faculdade de Arquitetura - Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 1995.

BORBÓN, Walter López. *Diseñar em comunidad*. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2008.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 1998.

COELHO, Carla Maria Teixeira. *Preservação de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro*. In: O moderno já passado, o passado no moderno: reciclagem, requalificação, rearquitetura, 2007, Porto Alegre, 7º Seminário DOCOMOMO Brasil 2007. Disponível em:

<<http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/011.pdf>>. Acesso em: setembro de 2010.

CORDEIRO, Simone Lucena. *Projetos e Iniciativas sobre a Habitação Popular em São Paulo*. *Histórica – Revista Eletrônica do arquivo do Estado*. São Paulo, n.29, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao29/materia03/>>. Acesso em: dezembro de 2010.

COSTA, Lucio. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. *Lucio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre, 1962.

_____. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DA MATTA, Roberto. *A Casa & A Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Paulo Roberto Vilela. *Engenharia de Custos: uma metodologia de orçamento para obras civis*. Rio de Janeiro: Hoffman, 2005.

ELEMENTAL. Elemental Iquique. Disponível em <http://www.elementalchile.cl/iquique/?lang_pref=en>. Acesso em: julho 2009.

FATHY, Hassan. *Construindo com o povo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2004.

FERNANDES, Nélon Nóbrega ; **TAVARES**, Alfredo César. *Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista*. *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. XIV, n. (87), ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. Acesso em: novembro 2010.

FIGUEIREDO, Rui. *Função e Razão: a procura da razão arquitectónica*. Disponível em: <<http://teoriarquitectura.blogspot.com/2009/06/funcao-e-razao.html>>. Acesso em: dezembro 2010.

FILHO, Antonio Triana. *Habitação popular no Brasil: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais*. Dissertação (Mestrado). 2006. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

FINEP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro: GAP, 1983.

FOI UM RIO QUE PASSOU. Disponível em: <<http://www.rioquepassou.com.br/2007/12/04/villa-ruy-barbosa-2/>>. Acesso em: novembro de 2010.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos.* São Paulo: Global Editora, 2006.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. *Habitação e Questão Social - Análise do caso brasileiro.* Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona, v.9, n.194 (26), ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-26.htm>>. Acesso em: dezembro de 2010.

GONSALES, Célia Helena Castro. *Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2(1).* Revista Vitruvius. n.0.59.04, abril. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/473>>. Acesso em: novembro 2010.

GOUVÊA, Luiz Alberto. *Cidadevida: curso de desenho ambiental urbano.* São Paulo: Nobel, 2008.

HERBST JÚNIOR, Hélio. *Pelos Salões das Bienais e pelas Ruas do Brasil: Um Olhar sobre os Conjuntos Arquitetônicos Premiados nas Cinco Primeiras Edições das Bienais Paulistanas – 1951/1959.* In: *Arquitetura e Urbanismo Modernos: Projeto e Preservação*, 2003, São Carlos, 5º Seminário DOCOMOMO Brasil 2003. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/060R.pdf>>. Acesso em: julho 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.* Curitiba: Positivo, 2004.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: julho 2009.

LANNOY, Camilo Pablo de. *O descompasso das políticas públicas para a solução do déficit habitacional.* 2006. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

LE CORBUSIER. *Mensagem aos Estudantes de Arquitetura.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Por uma arquitetura.* São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

LEMOS, Carlos A.C., *Cozinha, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEMOS, Fernando Arias. *Le Corbusier em Bogotá: el proyecto del “grand immeuble”, 1950-1951*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

LEVYN, Michael. *Desenho Urbano e Criminalidade*. Revista Vivercidades. Rio de Janeiro, nov, 2008. Disponível em: <http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1434&sid=5>. Acesso em: dezembro 2010.

MALATESTA, Sergio Arturo Alfaro. Capítulo 4: Estudio y presentación Elemental, Quinta Monroy, Iquique, Chile In *Proyectos de Innovación Tecnológica em la Ingeniería del Proceso y Producto*. Tese (Doutorado). 2006. Universidad Politécnica de Cataluña, Cataluña, 2006. Disponível em: <http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UPC/AVAILABLE/TDX-0419107-095151/05SAam05de18.pdf>. Acesso em: março 2011.

MENDES, Chico; **VERÍSSIMO**, Francisco Salvador; **BITTAR**, Willian Sebba Mallmann. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MENEGHELLO, Isabela Belém. *Conjunto Habitacional da Várzea do Carmo: do projeto ideal ao conjunto real*. In: Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes, 2009, Rio de Janeiro, 8º Seminário DOCOMOMO Brasil 2009. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/082.pdf>>. Acesso em: dezembro 2010.

MINHA CASA MINHA VIDA. Disponível em: <www.minhacasaminhavidagov.br>. Acesso em: julho de 2009.

MINHA CASA MINHA VIDA. Cartilha Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://www.sinduscon-mg.org.br/site/arquivos/cartilha_minha_casa_minha_vida.pdf>. Acesso em: dezembro: de 2010.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2001.

MONTEIRO, Marcelo. *Morrendo na praia*. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from_info_index=11&sid=7> . Acesso em: dezembro de 2010.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50*. Revista Risco. São Paulo, n.3, fev. 2006.

Disponível em: <http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art3_risco3.pdf>. Acesso em: outubro de 2010.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; **BOTAS**, Nilce Cristina Aravecchia. *O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade*. In: Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes, 2009, Rio de Janeiro, 8º Seminário DOCOMOMO Brasil 2009. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/140.pdf>> . Acesso em: dezembro 2010.

OLIVER, Paul. *Built to Meet Needs: Cultural Issues in Vernacular Architecture*. Burlington: Architectural Press, 2006.

POLÍTICA HABITACIONAL E A INTEGRAÇÃO URBANA DE ASSENTAMTOS PRECÁRIOS. Disponível em: <<http://www2.mp.pr.gov.br/direitoshumanos/docs/moradia/publ01.pdf>>. Acessado em: setembro 2010.

PORTAL ETE VISCONDE DE MAUÁ. Nossa História. Disponível em: <http://etevm.g12.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&catid=43:current-users&id=110:joomla-security-strike-team&Itemid=75>. Acessado em: novembro de 2010.

PORTAL SÃO FRANCISCO. História do Brasil: A Revolta da Vacina. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/revolta-da-vacina/revolta-da-vacina-1.php>>. Acesso em: novembro 2010.

PVS SGO 2010. Artigo complementar: República Velha (1889- 1930). Disponível em: <<http://pvssgo2010.blogspot.com/2010/10/artigo-complementar-republica-velha.html>>. Acesso em: novembro 2010.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1989.

ROHDE, Geraldo Mário. Cap.: Arquitetura espontânea no Rio Grande do Sul. In **BERTUSSI**, Paulo Iroquez. *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

RUDOFISKY, Bernard. *Architecture without architects*. Nova York: Doubleday, 1964.

SILVA, Helga do Santos da. *O conforto na arquitetura moderna brasileira*. Revista Risco. São Paulo, n.10, fev, 2009. Disponível em:

<http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art08_risco10.pdf>.
Acessado em outubro de 2010.

SILVA, Helga Santos da; **SANTOS**, Mauro Cesar de Oliveira. *Ensinando a morar: a busca pelo homem através da arquitetura no Conjunto do Pedregulho*. In: Moderno e nacional, Niterói, 6º Seminário DOCOMOMO Brasil 2005. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Helga%20Santos%20da%20Silva,%20Mauro%20Cesar%20Santos.pdf>> . Acesso em: janeiro 2011.

SAIEH, Nico. *Quinta Monroy / Elemental*. Revista Arch Daily. Dez, 2008. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/10775>>. Acesso em: março 2011.

SUÁREZ, Fabio Enrique Forero. *Arquitectura y Urbanismo modernos y ciudad informal y la construcción del hábitat popular*. Bogotá: Universidad La Gran Colombia, 2008.

SUÁREZ, Fabio Enrique Forero; **FORERO**, Jenny Alexandra Forero. *Vivenda Social, modernidad e informalidad em Bogotá (1911 - 1982)*. Bogotá: Universidad La Gran Colombia, 2009.

TEIXEIRA, Letícia Miguel. *O habitar popular nas paisagens urbanas tradicionais*. Dissertação (Mestrado). 2010. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

TERRA LITERATURA BRASILEIRA. Literatura Brasileira por Sergius Gonzaga. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/literatura/realnaturalismo/realnaturalismo_30.htm> . Acessado em novembro 2010.

VALLA, Victor Vincent. *Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980*. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.1, n.3, jul-set, 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000300002> . Acesso em: dezembro de 2010.

VAZ, Lilian Fessler. *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. Revista Análise Social. Lisboa, v.XXIX n.127, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>> . Acesso em: novembro 2010.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; **BITTAR**, Willian Seba Mallmann. *500 anos da Casa no Brasil: As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; **BITTAR**, Willian Seba Mallmann; **ALVAREZ**, José Maurício. *Vida Urbana: A evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VILA MARIA ZÉLIA. Primeiro site oficial da Vila Maria Zélia. Disponível em: <<http://www.vilamariazelia.com.br/vilahoje.htm>>. Acessado em: novembro de 2010.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Raízes).